



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Resolução n.º 13/2016:

Aprova a Revisão do Plano Económico e Social de 2016 e republica a Resolução n.º 125/2015, de 29 de Dezembro e o respectivo Plano Económico e Social de 2016.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução n.º 13/2016

de 12 de Agosto

Tendo apreciado a Proposta de Revisão do Plano Económico e Social de 2016, ao abrigo do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 179, da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovada a Revisão do Plano Económico e Social de 2016 em anexo, que faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. Na implementação do Plano Económico e Social de 2016, o Governo deve ter em consideração as recomendações do Plenário, constantes dos Pareceres n.ºs 22/2016, de 20 de Julho e 2/2016, de 21 de Julho, emitidos pelas Comissões dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade e do Plano e Orçamento, respectivamente, os quais fazem parte integrante da presente Resolução.

Art. 3. É republicada a Resolução n.º 125/2015, de 29 de Dezembro e o respectivo Plano Económico e Social de 2016, com alterações decorrentes da revisão.

Art. 4. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 27 de Julho de 2016.

Publique-se.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade

(1.ª Comissão)

Parecer n.º 22/16

de 20 de Julho

Sumário: Em cumprimento do disposto na alínea c), do artigo 73, e dos números 3 e 4 do artigo 188, ambos da Lei n.º 17/2013, de 12 de Agosto, que aprova o Regimento da Assembleia da República (RAR) e do Despacho de 12 de Julho de 2016, da Presidente da Assembleia da República, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade recebeu a Proposta de Revisão do Plano Económico e Social para 2016, para efeitos de análise e emissão do competente parecer.

Metodologia

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade apreciou, na generalidade e na especialidade, a Proposta de Revisão do Plano Económico e Social para 2016, analisando os aspectos jurídicos, materiais e formais para aferir a sua conformidade com o ordenamento jurídico vigente no País, tendo chamado à colação, no plano comparativo, o Plano Social Económico de 2016, aprovado pela Assembleia da República, através da Resolução n.º 125/2015, de 29 de Dezembro e o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, aprovado pela Assembleia da República, através da Resolução n.º 12/2015, de 14 de Abril, para conferir o seu alinhamento programático.

1. Considerações Preliminares

O documento com a cota AR-VIII/Prop.Lei/192/14.07.2016 – ADENDA, não deve ser encarado como uma adenda à proposta de Lei do Orçamento Rectificativo, mas sim, como uma Proposta de Revisão do Plano Económico e Social para 2016.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 128 da CRM, o Plano Económico e Social (PES) tem a sua expressão financeira no Orçamento do Estado (OE).

Devido a profundas alterações dos pressupostos macroeconómicos que estiveram na base da elaboração e aprovação do Plano Económico e Social, das 308 acções constantes do PES de 2016, foram revistas 151 metas de 118 acções e retiradas 69 acções, urge assim rever o Plano Económico e Social 2016, de modo a garantir a necessária harmonia com a Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo, conformando com o disposto no n.º 2, do artigo 128 da CRM.

É mister notar que, do ponto de vista material, o Plano Económico Social precede sobre o OE, porém o Orçamento do Estado é aprovado por lei e o PES por Resolução, e tendo em conta que do ponto de vista hierárquico, a lei é que requisita a resolução, o legislador moçambicano é chamado a ponderar em sede

de uma eventual revisão da Constituição e da legislação pertinente, no sentido de estabelecer a necessária harmonia entre os dois instrumentos, conferindo-lhes igual valor e dignidade normativa.

1.1. Enquadramento constitucional

A Proposta de Revisão do Plano Económico e Social de 2016, tem o seu fundamento no disposto nos artigos 128, e 129, ambos da CRM.

1.2 Fundamentação

Regista-se uma alteração profunda dos pressupostos macro-económicos que estiveram na base da elaboração e aprovação do PES 2016. Com efeito o PES 2016 foi elaborado num contexto em que se previa uma aceleração da economia mundial de 3.1% em 2015, para uma previsão de 3.5% em 2016. No entanto, os novos desenvolvimentos da actividade económica a nível mundial apontam para uma desaceleração do ritmo de crescimento de 3.5% previstos inicialmente para 3.2%. Este comportamento é justificado pela queda dos preços das matérias-primas, “commodities”, especialmente o petróleo, a desaceleração do investimento e do comércio, e o declínio dos fluxos de capital para países emergentes e em desenvolvimento.

Esta situação do contexto internacional adversa, impacta sobre a economia nacional e sobre os pressupostos dos principais indicadores macroeconómicos assumidos no PES 2016, aprovado, nomeadamente, um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 7% e uma taxa de inflação média anual de 5.6%.

A conjuntura nacional é igualmente adversa, devido aos efeitos conjugados das calamidades naturais, situação político-militar, depreciação do metical face às principais moedas de troca, a redução do volume de importações e exportações, com impacto significativo na arrecadação de receitas, a redução dos fluxos de investimento directo estrangeiro, e dos fluxos do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), bem como o aumento dos encargos com os serviços da dívida pública externa.

O efeito combinado destes factores leva ao abrandamento da actividade económica, pressões nas Reservas Internacionais Líquidas e aumento generalizado de nível de preços, daí a pertinência da proposta de revisão do Plano Económico e Social, devido a alteração significativa dos pressupostos dos principais indicadores macroeconómicos que estiveram na base da sua elaboração e aprovação, pois das 308 acções inicialmente previstas no PES, foram revistas 151 metas de 118 acções e retiradas 69 acções. A revisão permitirá a necessária sincronia e alinhamento entre o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 128 da CRM.

2. Posicionamento dos Grupos Parlamentares

a) Grupo Parlamentar do MDM

O Grupo Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique, na Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, entende que, a revisão do Plano Económico e Social para 2016, é a confirmação da marginalização das camadas mais pobres da população moçambicana, aumentando a pobreza e as desigualdades sociais, pelas seguintes razões:

- i. A actual crise resulta não só de factores externos como se pretende justificar (fortalecimento do dólar, queda dos preços das principais commodities no mercado internacional) e internos (cheias, seca e o conflito

militar) mas também das más opções dos últimos dez anos onde assistimos a proliferação de investimentos de duvidoso interesse público e evados de fortíssimos indícios de corrupção. A título de exemplo as infraestruturas não produtivas, Ponte Maputo-Catembe, circular de Maputo, Ponte de Unidade, Ponte Kassuende em Tete, entre outras infraestruturas que vão engrossar a lista de elefantes brancos onde pontifica o aeroporto de Nacala;

- ii. A actual situação agravou o défice orçamental, a crise de tesouraria e ao colapso das contas públicas, as expectativas desactualizadas e descontextualizadas do contexto macroeconómico mundial, em relação a viabilidade dos projectos da indústria extractiva e a ingenuidade na projecção da taxa de retorno da exploração e exportação dos produtos petrolíferos. Estas expectativas do Governo levaram a um despesismo desenfreado e irresponsável e no fim deste roteiro resultou no agravamento do limite do endividamento interno e externo;
- iii. O Governo mostra-se incapaz de combater o branqueamento de capitais e a evasão fiscal com vista a conter a queda de receitas, e não mostra sinais tendentes a reduzir o IVA de 17 para 14% para tornar o seu pagamento mais atractivo e os produtos nacionais mais competitivos nos mercados nacional e regionais;
- iv. O aumento da produção e da produtividade interna propalada pelo governo não passa de uma miragem, pois a agricultura que devia dar resposta a esse desiderato tem sido secundarizada nos últimos 40 anos, por essa razão o país importa quase tudo que consome. O Plano Económico Social para 2016, apesar de indicar como uma das suas prioridades o relançamento da actividade agrícola, não apresenta uma estratégia que vise transformar a agricultura como base de desenvolvimento e factor dinamizador da indústria para preparar as bases com vista a uma independência económica;
- v. Com os cortes previstos neste Plano Económico e Social para 2016, sobretudo nas despesas de investimento em cerca de 12,7 mil milhões de meticais, a sobrevivência das Pequenas e Médias empresas está ameaçada e o governo não estabelece nenhuma estratégia de protecção destas empresas o que pode configurar numa contínua estagnação da actividade económica empresarial e por consequência o agravamento da crise financeira e orçamental do Estado a médio e longo prazos.

A revisão do Plano Económico e Social adultera completamente os pressupostos, matrizes, metas, objectivos e número de postos de trabalho provocando desta forma o aumento do desemprego e consequente instabilidade social estabelecidos no Programa Quinquenal do Governo (2015 – 2019).

Por estas e outras razões, o Grupo Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique recomenda a apreciação negativa do Plano Económico e Social de 2016 que visa perpetuar a pobreza e sofrimento do povo moçambicano.

b) Grupo Parlamentar da Renamo

O Grupo Parlamentar da Renamo na Comissão dos Assuntos Constitucionais Direitos Humanos e de Legalidade, considera que a guerra, apesar de todos os dias repetirem-se os apelos

à paz, continua a ser uma prioridade do Governo, como está patente na Proposta de Revisão do Plano Económico e Social que foi submetido para aprovação desta Magna Casa. Ademais, e em clara contradição com a promessa de não cortar nos sectores sociais, os Ministérios da Educação e Saúde têm as suas verbas reduzidas assim como os Bombeiros.

Com efeito, estamos perante uma situação em que, o cidadão que for vítima de um incêndio vai se deparar com a falta de meios e de pessoal dos bombeiros, do Serviço Nacional de Bombeiros que é uma das instituições públicas que menor verba tem em sede da presente revisão, tendo ficado com uma verba tão exígua.

Outrossim, as despesas com pessoal, e nos bens e serviços previstos, previstos no OE rectificativo que o Executivo apresentou como solução para o buraco deixado pelos doadores internacionais que suspenderam o seu apoio directo à Moçambique em virtude dos empréstimos secretamente contraídos pelas empresas estatais Proindicus, MAM e EMATUM com Garantias ilegais do Estado, não reflecte as reais necessidades de sectores vitais.

Somos ainda por não aprovação porque, o Governo embora tenha prometido que os cortes nas actividades Orçamento rectificativo não iriam afectar os sectores de carácter social, “o aspecto mais importante é que nas áreas de educação, saúde, bem como no sector social, nota-se que, efectivamente há cortes contrariando, as informações postas a circular na comunicação social em torno desta matéria.

Outrossim, verifica-se na proposta submetida ao Parlamento que há cortes nos salários do Ministério da Educação e de Desenvolvimento Humano assim como no Ministério da Saúde.

Não está claro se o corte é nas remunerações dos professores no activo ou se está relacionada com a os mais de 8 mil novos docentes que se prevêem ser contratados em 2016. Também não foi possível apurar que bens e serviços não serão adquiridos para as escolas e se austeridade vai afectar a construção de novas escolas.

As despesas com pessoal do exército estão previstas aumentar em mais de 8,2 milhões de meticais. Os salários da Casa Militar também tiveram um acréscimo de mais de 62 milhões de meticais assim como a Força de intervenção Rápida tem um agravamento de aproximadamente 70 por cento nas despesas com os seus funcionários.

Parece paradoxal que para num Governo que apregoa todos os dias a paz os salários só nas Forças Armadas, sem incluir as outras forças militares e paramilitares, sejam mais de cinco vezes superior às remunerações combinadas da Educação e Saúde.

O Conselho Constitucional, que tem legitimado as Eleições apesar das várias fraudes detectadas, vai receber um acréscimo de mais de 30 por cento no seu orçamento para salários.

Outra realidade que não se percebe tem a ver com o Gabinete do Provedor de Justiça cuja necessidade não se compara por exemplo com o Serviço Nacional de Bombeiros, mas tem um orçamento sete vezes superior ao do corpo de salvação, e tem previsto nesta proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 um aumento de mais de 80 por cento da sua verba para remunerações.

De uma forma geral está evidente na proposta de Orçamento de Estado rectificativo que não há cortes onde eles deviam ser feitos, embora o Executivo tenha-se comprometido com o Fundo Monetário Internacional, em reduzir em sectores não prioritários.

As despesas de funcionamento distrital do Governo também vão aumentar em 2016, em mais de 277 milhões de meticais, ainda sem incluírem os novos distritos criados recentemente na província de Gaza que no próximo ano deverão custar mais de 144 milhões de meticais.

Mas o orçamento que propõe a ser de austeridade esconde mais de 9 mil milhões de meticais numa rubrica identificada como “Demais Despesas Correntes” de nível Central o que claramente não é uma medida de contenção ou de racionalização da Despesa Pública. Por estas e outras razões o Grupo Parlamentar é pela apreciação negativa.

c) Grupo Parlamentar da FRELIMO

O Grupo Parlamentar da FRELIMO na Comissão dos Assuntos Constitucionais Direitos Humanos e de Legalidade, considera que a revisão do Plano Económico e Social de 2016 é oportuno devido a conjuntura económica actual no País, influenciada pelos seguintes factores: (i) a queda dos preços internacionais de produtos minerais desincentivando a expansão da produção dos mesmos; (ii) o efeito da seca e estiagem na zona sul, cheias e inundações na zona norte, que ditaram a perda significativa de diversas culturas; (iii) atrasos na execução de alguns empreendimentos (iv) a consolidação fiscal que implicará reduções em várias rubricas de despesas; e (v) a postura restritiva da política monetária através do aumento das taxas de juro directoras com impacto sobre o crédito ao sector privado.

A Bancada Parlamentar da FRELIMO, considera como factores críticos para o alcance dos objectivos e metas do plano Económico e Social para 2016, a manutenção da paz, da estabilidade política e económica, condições fundamentais para a atracção de investimento externo e da expansão do investimento nacional nas diversas áreas de actividades económicas e sociais.

A Bancada Parlamentar da FRELIMO saúda e apoia as iniciativas de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, na promoção de um diálogo estruturado com todas as forças políticas e actores de desenvolvimento para a consolidação e preservação de uma paz efectiva, da estabilidade política e coesão social entre os moçambicanos. A Bancada Parlamentar da FRELIMO continuará a assumir as suas responsabilidades perante o povo moçambicano, contribuindo para a implementação de políticas macroeconómicas consentâneas coma necessidade de manter a estabilidade económica.

Com a aprovação da presente proposta de revisão do Plano Económico e Social, os moçambicanos serão os maiores beneficiários pois o Governo vai prosseguir com as obras em curso na área de infra-estruturas; reforçar a capacidade do estado de prover mais bens e serviços sociais básicos à população; fortalecer o apoio à capacidade produtiva dos sectores, com a mobilização de recursos internos e externos; prosseguir com reformas institucionais para a consolidação da descentralização administrativa do estado, bem como do estreitamento contínuo da cooperação económica a nível regional, continental e mundial.

A Bancada Parlamentar da FRELIMO apela aos moçambicanos a continuarem engajados no trabalho, pelo aumento da produção e da produtividade, redução da dependência externa, em prol do crescimento e desenvolvimento do País.

A Bancada Parlamentar de FRELIMO apela a aprovação de proposta de Revisão do Plano Económico e Social 2016.

3. Conclusão

A Proposta de Revisão do Plano Económico e Social está revestida de mérito, pois tendo havido uma alteração dos pressupostos que estiveram na base da sua elaboração e aprovação, e adversa conjuntura económica superveniente há uma necessidade de revisão de 151 metas de 118 acções e a retirada de 69 acções das 308 que estavam inicialmente previstas no PES 2016, e garantir a necessária sincronia com o Orçamento Rectificativo conformando com o plasmado no n.º 2 do artigo 128 da CRM.

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, considera que a Proposta de Revisão do PES 2016, está em conformidade com a ordem jurídica em vigor, não enferma de nenhum vício de inconstitucionalidade e nem de ilegalidade orgânica, material e formal, pelo que recomenda a sua apreciação positiva.

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, recomenda a revisão e republicação da Resolução n.º 125/2015, de 29 de Dezembro, que aprovou o PES 2016, de modo a garantir a necessária sincronia e alinhamento entre o Plano Económico e Social e o Orçamento Rectificativo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 128 da CRM.

4. Adopção

O presente parecer foi analisado em plenária da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade nas Sessões dos dias 18, 19 e 20 de Julho de 2016, depois de lido e achado conforme, foi adoptado e subscrito pelos Deputados:

1. Edson da Graça Francisco Macúacua – Presidente;
2. Isequiel Molde Gusse– Relator;
3. Manuel Vasconcelos E. M. Maria – Vice-Presidente;
4. António Augusto Eduardo Namburete- Vice-Relator;
5. Edmundo Galiza Matos Júnior;
6. Hélder Ernesto Injojo;

7. Agostinho Gomes Chipindula;
8. Patrício M'pangai;
9. Afonso Lopes Nipero;
10. Esmeralda Aurélio Mutemba;
11. João CatembaChacuamba;
12. Jovial Setina Mutombene Marengue da Cruz;
13. Saimone Muhambi Macuiana;
14. Maria Angelina Dique Enoque;
15. Rafael António de Sousa Gusmão;
16. Carlos Manuel Simbi;
17. Laurinda Sílvia Pedro António Cheia.

5. Voto Vencido

Votaram vencidos, pelas razões aduzidas a folhas 4 a 9 do presente parecer, os seguintes Deputados dos Grupos Parlamentares da RENAMO e do MDM na Comissão:

1. Isequiel Molde Gusse;
2. António Augusto Eduardo Namburete;
3. Saimone Muhambi Macuiana;
4. Maria Angelina Dique Enoque;
5. Rafael António de Sousa Gusmão;
6. Carlos Manuel Simbi; e
7. Laurinda Sílvia Pedro António Cheia.

Parecer nº 2/2016, de 21 de Julho

Assunto: Parecer sobre as Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016.

Sumário: Apreciação das Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016, documentos com as Referências AR-VIII/Prop.Lei/192/12.07.2016 e AR-VIII/Prop.Lei/192/14.07.2016-ADENDA, nos termos do nº.3 do artigo 188 e nº. 4 do artigo 190, todos da Lei nº.13/2014, de 17 de Junho, Regimento da Assembleia da República.

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do número 1 do artigo 34 da Lei 9/2002, de 12 de Fevereiro, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE, as alterações dos limites fixados no Orçamento do Estado são efectuadas por Lei, sob proposta do Governo, devidamente fundamentada.

Neste contexto, em cumprimento das disposições conjugadas da alínea d) do artigo 183 da Constituição da República de Moçambique e do número 1 do artigo 139 da Lei 13/2014, de 17 de Junho, Regimento da Assembleia da República, foi solicitado o agendamento, com carácter de urgência, das Propostas de Revisão do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para 2016.

Assim, por despachos de S. Exa. a Presidente da Assembleia da República, de 12 e 14 de Julho de 2016, foram remetidas para efeitos de Parecer da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) as Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016.

Nos termos do despacho, Sua Excia. a Presidente da Assembleia da República mandata as comissões 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª para a emissão de pareceres.

O presente documento constitui o parecer harmonizado da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Comissões.

Na apreciação das Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016, a Comissão do Plano e Orçamento tomou em consideração os documentos submetidos pelo

Governo, nomeadamente, o Plano Económico e Social (PES) para 2016 aprovado pela Resolução nº.125/2015, de 29 de Dezembro e a Lei nº 9/2015, de 29 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado (OE) para 2016, bem como o Relatório de Execução Orçamental relativo ao I Trimestre de 2016 (REO I).

A CPO solicitou ainda, por escrito, às Organizações da Sociedade Civil através do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), contribuições que foram submetidas ao Governo para pronunciamento, tendo em Audição Parlamentar procedido aos respectivos esclarecimentos.

A Audição Parlamentar foi realizada a 19 de Julho de 2016, na qual tomaram parte as Comissões do Plano e Orçamento e de Defesa, Segurança e Ordem Pública e o Governo representado pelo Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Afonso Maleiane. Assistiram a esta Audição Parlamentar membros de Organizações da Sociedade Civil, representados no FMO.

2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO JANEIRO A MARÇO DE 2016

As Receitas do Estado, de Janeiro a Março de 2016, atingiram um montante de 32.783,4 Milhões de MT, o equivalente a 18,6% da Receita Total prevista. O nível de arrecadação alcançado representa um crescimento nominal de 4,9% em relação ao ano transacto. Contribuíram para este desempenho um maior controlo dos benefícios fiscais nos projectos de investimento inscritos nas Direcções de Áreas Fiscais; o controlo nas retenções de pagamentos ao exterior e o constante controlo das retenções na fonte e das entregas às Direcções de Área Fiscal.

As Despesas do Estado no período em análise atingiram cerca de 48.073,2 Milhões de MT que correspondem a uma execução de 19,5% em relação à meta programada, representando um incremento em 2,7pp em relação ao período homólogo do ano anterior, justificado essencialmente pelo maior nível de execução das Despesas de Funcionamento.

As Despesas de Funcionamento, de Janeiro a Março de 2016, atingiram o montante de 37.825,8 Milhões de MT, que corresponde a 27,8% da previsão anual. O incremento neste agregado de despesas é justificado pelo incremento na execução nas rubricas de Despesas em Bens e Serviços, Transferências Correntes e Subsídios em 5,1pp, 15,2pp e 8,0pp, respectivamente, se comparado com igual período do ano transacto.

As Despesas de Investimento tiveram uma realização de 7.016,5 milhões de MT, equivalente a 8,4% da meta prevista, significando uma manutenção em relação a igual período do ano transacto. Nesta rubrica, as Despesas de Investimento Interno tiveram um nível de realização de 12,3% e as Despesas de Investimento Externo tiveram um nível de realização de 4,5% justificado pelo baixo nível de desembolsos.

As Operações Financeiras tiveram uma realização de 3.230,9 milhões de MT, o equivalente a 12,4% da dotação orçamental anual, o que representa uma redução de 1,7% comparativamente ao registado em igual período do ano transato.

No que se refere às Despesas programadas, apesar de em termos globais estarem dentro dos parâmetros previstos para o período, o qual foi caracterizado por um incremento na execução em 2,7pp em relação ao período homólogo do ano anterior, justificado essencialmente pelo maior nível de execução das Despesas de Funcionamento, a CPO manifesta preocupação em relação à execução orçamental referente às Despesas de Investimento que tiveram uma realização de apenas 7.016,5 milhões de MT, equivalentes a 8,4% da meta prevista, significando uma manutenção em relação a igual período do ano anterior, justificado pelo baixo nível de execução das Despesas de Investimento Externo que tiveram um nível de realização de 4,5%, devido ao baixo nível de desembolsos por parte dos Parceiros de Cooperação.

3. PROPOSTAS DE REVISÃO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E DO ORÇAMENTO DO ESTADO

3.1. Proposta de Revisão do Plano Económico e Social para 2016

Da análise das Propostas de Revisão do PES e do OE para 2016, a CPO tem a referir que: (i) segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no I Trimestre de 2016, a economia moçambicana cresceu 5,3%; (ii) estima-se uma taxa de crescimento anual do PIB na ordem 4,5%, contrariando as previsões iniciais de 7,0% para 2016.

Segundo informação do Governo, o PES 2016 foi elaborado num contexto em que se previa uma aceleração da economia mundial de 3,1%, em 2015, para uma previsão de 3,5%, em 2016. No entanto, os novos desenvolvimentos da actividade económica a nível mundial indicam uma desaceleração do ritmo de crescimento de 3,5% previstos inicialmente para 3,2%: A desaceleração da economia nacional será influenciada em grande medida pela redução do desempenho nos sectores da Construção em 5,1%, Serviços Financeiros em 5,0%, Comércio em 4,5%, Educação em 3,8% e Agricultura em 2,7%.

Salienta-se ainda que as reduções estão associadas à conjuntura económica actual no País, influenciada pelos seguintes factores: (i) queda dos preços internacionais de produtos minerais desincentivando a expansão da produção dos mesmos; (ii) efeito da seca e estiagem nas zonas Sul e Centro, cheias e inundações na zona Norte, que ditaram a perda significativa de diversas culturas e gado; (iii) atrasos na execução de alguns empreendimentos (iv) consolidação fiscal que implicará reduções em várias rubricas de despesas; e (v) postura restritiva da política monetária através do aumento das taxas de juro directas com impacto sobre o crédito ao sector privado.

Neste sentido, como impacto da revisão da Lei do Orçamento para 2016, das 308 acções constantes no PES de 2016, foram revistas 151 metas de 118 acções, destacadas na proposta do documento, e retiradas 69 acções, apresentadas como anexo do documento.

A Proposta de Revisão do PES submetida pelo Governo indica ainda como factores críticos para o alcance dos objectivos e metas do Plano Económico e Social para 2016, a manutenção da paz, da estabilidade política e económica, condições fundamentais para a atracção de investimento externo e da expansão do investimento nacional nas diversas áreas de actividades económicas e sociais.

Neste sentido, o Governo propõe-se envidar esforços para a manutenção do diálogo estrutural com todas as forças políticas e actores de desenvolvimento para a consolidação e preservação da paz, da estabilidade política e coesão social entre os moçambicanos. Outrossim, o Governo continuará com a implementação de políticas macroeconómicas consentâneas com a necessidade de manter a estabilidade económica.

Como base nos pressupostos expostos, em 2016, será prioridade da acção Governativa, a consolidação dos progressos registados em 2015, nos diversos sectores da actividade produtiva.

Não obstante a revisão em baixa do crescimento económico (para 4,5%), espera-se um desempenho positivo dos seguintes sectores: Indústria Extractiva (22,8%), Electricidade e Gás (8,7%), Saúde (5,5%), Indústria Transformadora (5,1%), Pescas (4,8%), Educação (4,2%), Agricultura (3,8%), Transportes (3,8%), Comércio (3,5%), Sector Financeiro (3,2%) e Construção (2,8%).

Espera-se ainda, (i) controlar os actuais níveis da taxa de inflação média anual de cerca de 16,7%; (ii) alcançar o valor de 3.214 milhões de dólares americanos, em exportações de bens; (iii) constituir Reservas Internacionais Líquidas suficientes para cobrir 3 meses de importações de bens não factoriais; (iv) construir e expandir a rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturantes para o suporte à actividade produtiva, dando prioridade às áreas geográficas de elevado potencial ou aquelas com investimentos em curso no sector agrário, pesqueiro, industrial e turístico; (v) desenvolver o sector industrial, incentivando a transformação interna de matérias-primas para acrescer valor na exportação; (vi) melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública, justiça e formação profissional, dando prioridade às áreas com maiores necessidades.

Face às constatações observadas durante a análise das Propostas de Revisão do PES e do OE para 2016, a CPO solicitou esclarecimentos ao Governo, incorporando questões formuladas pela Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente, que foram prontamente respondidos em audição parlamentar realizada a 18 de Julho de 2016. Participaram na audição parlamentar as Comissões do Plano e Orçamento e de Defesa, Segurança e Ordem Pública, bem como representantes do FMO.



A Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente solicitou ainda informações e recebeu esclarecimentos dos Ministros das seguintes áreas:

- a) Agricultura, Segurança Alimentar e Nutricional;
- b) Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural;
- c) Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos;
- d) Indústria e Comércio;
- e) Recursos Minerais e Energia;
- f) Transportes e Comunicações.

Para além das questões levantadas pelas Comissões anteriormente referidas, o Governo recebeu perguntas apresentadas pela Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública. O FMO remeteu à CPO um conjunto de questões para esclarecimento, tendo tido a oportunidade de insistir sobre as questões durante o decorrer da audição parlamentar.

As questões levantadas estão enfocadas nos seguintes aspectos: (i) mecanismos para cobertura do défice orçamental face à revisão em baixa do crescimento económico; (ii) critérios de alocação orçamental face aos cortes orçamentais; (iii) sectores e projectos afectados pelos cortes orçamentais; (iv) medidas tomadas para responder aos reajustes orçamentais; (v) mecanismos para garantir a dinamização da economia; (vi) impacto na implementação da Proposta de Lei que Cria o Serviço Nacional de Investigação Criminal; (vii) como assegurar a consecução das metas de construção de infraestruturas da Polícia da República de Moçambique previstas no PES (página 66, quadro 163 da Proposta de Revisão do PES para 2016); (viii) esclarecimento sobre Despesas de Investimento do Ministério do Interior; (ix) gastos relativos às Forças de Defesa e Segurança.

Sobre os mecanismos para a cobertura do Défice Orçamental face à revisão em baixa do crescimento económico:

O Governo esclareceu que com a revisão orçamental, prevê financiar o Défice Orçamental de 11.3% do PIB nos seguintes moldes:

- Crédito Externo no valor de 37.850,4 milhões de MT. O incremento de cerca de 608 milhões de MT em relação ao montante da Lei Orçamental aprovada decorre do efeito da depreciação do Metical;
- Recurso ao Crédito Interno no valor de 21.767,7 milhões de MT, correspondentes a 3,2% do PIB, um acréscimo de 2.1pp, um incremento de 14.1 mil milhões quando comparado com a Lei Orçamental aprovada.
- Donativos Externos de 18.192,7 milhões de MT, correspondentes a 2,6% do PIB, que representa um decréscimo de 1.0pp quando comparado com a Lei Orçamental aprovada.

O Governo salientou ainda que o incremento do Défice Orçamental resulta por um lado da redução da Receita do Estado em cerca de 10.8 mil milhões de MT e da suspensão do Apoio Geral ao Orçamento em cerca de 10.9 mil milhões de MT, perfazendo um total de 21.7 mil milhões de MT. Por outro lado registam-se aumentos das rubricas de despesa com serviço da dívida (capital e juros), transferências correntes ao exterior, resultantes do efeito da depreciação do metical face ao dólar, bem como do vencimento do período de pagamento dos créditos a partir de 2016.

Sobre os critérios de alocação orçamental aos diversos sectores afectados pelos ajustamentos.

O Governos esclareceu que os ajustes irão ocorrer em todos os sectores, com base nos seguintes critérios:

- Ao nível das Despesas de Funcionamento:
 - Não libertação de cativo obrigatório de 10% a 15%, com excepção dos salários e pensões – constantes do Decreto nº 1/2016 de 1 de Fevereiro sobre Delegação de Competências;
 - A redução em 40% (10% do cativo + 30% do critério) na rubrica de Bens e Serviços, nomeadamente:
 - Combustíveis e lubrificantes;
 - Comunicações em geral;
 - Viagens (bilhetes de viagem).
 - A redução em 50% (10% do cativo + 40% do critério) na rubrica de Outras Despesas com Pessoal, nomeadamente:
 - Ajudas de Custo dentro e fora do país.
- Ao nível das Despesas de Investimento:
 - Projectos de Apoio Institucional Administrativo: foi revisitada a composição das despesas de modo a expurgar as despesas correntes;
 - Projectos de reabilitação de edifícios públicos;
 - Projectos de construção e apetrechamento de edifícios do Governo;
 - Novos projectos de investimento ainda não iniciados em 2016.

Estes ajustes, de acordo com o esclarecimento do Governo, tiveram como impacto a redução das Despesas de Funcionamento em 7 mil milhões de MT e das Despesas de Investimento em 12.5 mil milhões de MT.

Sobre as medidas tomadas para responder aos reajustes orçamentais

Em relação às medidas tomada para responder aos ajustes orçamentais, o Governo sublinhou que a proposta de revisão do Orçamento do Estado de 2016 foi feita de modo a permitir um ajustamento fiscal adequado à realidade económica actual e salvaguardar a sustentabilidade macroeconómica, observando o seguinte:

- Ajustar em baixa os níveis de despesa interna (financiada com recursos internos), decorrente da alteração dos pressupostos macroeconómicos;
- Ajustar em baixa os valores do Apoio Geral ao Orçamento decorrente da suspensão dos desembolsos;
- Incrementar os encargos com o pagamento da Dívida Pública (juros + capital), decorrentes da depreciação do metical e da concentração do período de vencimento dos créditos;
- Ajustar em alta o efeito da depreciação do metical sobre o financiamento externo (projectos de investimento).

O Governo esclareceu ainda que no exercício da revisão do Orçamento do Estado irá garantir que os sectores económicos e sociais continuem a absorver parte considerável dos recursos disponíveis com o objectivo de assegurar a implementação da política económica e social, através de acções tendentes à redução da pobreza urbana e rural, promovendo um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Relativamente às Despesas de Investimento, o Governo referiu que serão prioridades as que têm em vista garantir o incremento da base produtiva, a diversificação da economia, bem como a redução do défice de infra-estruturas a nível nacional.

Sobre os mecanismos para garantir a dinamização da economia

O Governo esclareceu que no exercício da revisão do Orçamento do Estado para 2016, as Despesas de Investimento que foram objecto de ajustes estão relacionadas maioritariamente com os projectos de apoio institucional administrativo, nomeadamente:

- Construção, reabilitação e apetrechamento de edifícios do Governo;
- Novos projectos de investimento ainda não iniciados em 2016.

Neste contexto, o Governo garantiu que os sectores económicos e sociais continuarão a absorver parte considerável dos recursos disponíveis com o objectivo de assegurar a implementação da política económica e social, através de acções tendentes à redução da pobreza urbana e rural, promovendo um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Sobre o impacto da implementação da Proposta de Lei que Cria o Serviço Nacional de Investigação Criminal

O Governo referiu que a transformação da Polícia de Investigação Criminal para o Serviço Nacional de Investigação Criminal não será afectada pela revisão orçamental.

Sobre como assegurar a consecução das metas de construção de infraestruturas da Polícia da República de Moçambique previstas no PES (página 66, Quadro 163 da Proposta de Revisão do PES para 2016)

O Governo informou que o Ministério do Interior optou por reduzir o número de esquadras a construir de 2 para 1 e aumentar o número de postos policiais de 2 para 3, uma vez que o custo para a construção de Postos Policiais é relativamente menor que o exigido para a construção das esquadras.

Sobre esclarecimento das Despesas de Investimento do Ministério do Interior

O Governo esclareceu que o valor alocado para Despesas de Investimento do sector está em consonância com as actividades inscritas no PES. São recursos destinados a reforçar o combate ao crime e a manutenção da ordem e segurança pública para proteção dos cidadãos.

Sobre gastos relativos às Forças de Defesa e Segurança

O Governo esclareceu que a Proposta de Revisão Orçamental visa a assegurar o funcionamento normal do Estado e a provisão dos serviços públicos essenciais à população, entre os quais, a segurança e tranquilidade públicas, não existindo provisões adicionais.

3.1.1. A proposta de revisão do Plano Económico e Social para 2016 define como principais objectivos a alcançar com as acções do Governo os seguintes:

- Atingir um crescimento do Produto Interno Bruto de 4,5%;
- Controlar os actuais níveis da taxa de inflação média anual em cerca de 16,7%;
- Alcançar o valor de 3.214 milhões de dólares americanos, em exportações de bens;
- Constituir Reservas Internacionais Líquidas suficientes para cobrir 3 meses de importações de bens não factoriais;
- Construir e expandir a rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturantes para o suporte à actividade produtiva, dando prioridade às áreas geográficas de elevado potencial ou aquelas com investimentos em curso no sector agrário, pesqueiro, industrial e turístico;
- Desenvolver o sector industrial, incentivando a transformação interna de matérias-primas para acrescer valor na exportação;
- Criar oportunidades de emprego através da melhoria contínua do ambiente de negócios que favoreça a atracção do investimento privado, a par do fortalecimento do empresariado nacional;
- Melhorar a gestão do ambiente e aumentar a transparência na utilização dos recursos naturais como base importante para o desenvolvimento nacional;
- Melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública e justiça e formação profissional, dando prioridade às áreas com maiores necessidades;
- Consolidar a Administração Pública Central, Local e Autárquica de modo a tornar o Estado cada vez mais próximo e ao serviço do cidadão;

- Expandir o acesso à justiça tornando-a mais célere e próxima dos cidadãos, incluindo os cidadãos economicamente carenciados; e
- Reforçar a cooperação internacional orientada para a cooperação estratégica no âmbito económico e para a defesa dos interesses nacionais no contexto internacional.

3.2. Proposta de Revisão do Orçamento do Estado para 2016

A proposta de Revisão da Lei n. 9/2015, de 29 de Dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2016 é solicitada pelo Governo para ajustar os pressupostos macroeconómicos aos desenvolvimentos recentes da economia nacional em resultado da conjuntura nacional e internacional.

Em 2015, a economia moçambicana cresceu em média 6.6%, menos 0.4pp do planificado, situando-se, contudo, acima da média da região da SADC e da África Subsahariana. As perspectivas económicas para 2016 apontam para um abrandamento na actividade económica, face aos níveis inicialmente previstos, influenciado fortemente pelo cenário verificado na economia mundial que afecta directamente a economia moçambicana.

Neste contexto, estima-se uma taxa de crescimento do PIB na ordem 4,5%, contrariando as iniciais previsões de 7,0%.

No que diz respeito à taxa de inflação média anual, prevê-se que esta atinja os níveis de 16.7% em 2016 contra os 5.6% inicialmente previstos ultrapassando a meta de um dígito preconizada no Programa de Convergência Macroeconómica da SADC. As perspectivas de preços para 2016 apontam para uma continua pressão inflacionária em virtude de, entre outros factores, a baixa na produção agrícola devido à estiagem, a situação político-militar que dificulta a livre circulação de pessoas e bens, a redução das importações e exportações, a suspensão dos desembolsos dos Parceiros de Cooperação e a redução do Investimento Directo Estrangeiro.

Nestes termos e de modo a permitir o ajustamento fiscal adequado à realidade económica actual e salvaguardar a sustentabilidade macroeconómica, a proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 submetida pelo Governo, é feita observando os seguintes aspectos:

- Ajustar em baixa o nível de Receita do Estado;
- Ajustar em baixa os níveis de despesa interna (financiada com recursos internos), decorrente da alteração dos pressupostos macroeconómicos;
- Ajustar em baixa os valores do Apoio Geral ao Orçamento decorrente da suspensão dos desembolsos;
- Incrementar os encargos com pagamento da dívida pública (juros + capital), decorrente da depreciação do metical e da concentração do período de vencimento dos créditos;

- Ajustar em alta o efeito da depreciação do metical sobre o financiamento externo (projectos de investimento).

Na proposta de revisão apresentada, o Governo compromete-se a garantir que os sectores económicos e sociais continuem a absorver parte considerável dos recursos disponíveis com o objectivo de assegurar a implementação da política económica e social, através de acções tendentes à redução da pobreza urbana e rural, promovendo um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Assim, as Comissões de Trabalho consideram que a Proposta de Revisão da Lei do Orçamento do Estado para 2016 é oportuna, na medida em que as alterações solicitadas nos agregados de receitas e despesas visam permitir um ajustamento fiscal adequado à realidade económica actual e salvaguardar a sustentabilidade macroeconómica.

A proposta de Revisão da Lei do Orçamento do Estado para 2016 apresentada propõe uma redução da Despesa Pública e uma política fiscal de consolidação, que tem em vista garantir a correcção gradual dos desequilíbrios macroeconómicos.

De referir que a proposta de revisão apresentada pelo Governo propõe reorientar a política orçamental no sentido de responder à actual conjuntura macroeconómica, de forma a alcançar as metas previstas no Programa Quinquenal do Governo 2015 - 2019, sem descurar da necessidade de consolidação fiscal. A mesma preconiza, no quadro da Política Orçamental, o prosseguimento da consolidação fiscal, com salvaguarda das principais prioridades na alocação de recursos, definidos pela política orçamental da Lei n. 9/2015, de 29 de Dezembro, nomeadamente:

- Construção e expansão da rede de infraestruturas sociais, da educação, saúde, abastecimento de água, saneamento e justiça, dando prioridade às áreas geográficas de elevada demanda;
- Construção e expansão da rede de infraestruturas económicas prioritárias e estruturantes para a dinamização da actividade económica, com enfoque para o sector agrário, industrial, energético e turístico;
- Promoção da cadeia de valor de produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local para permitir a substituição das importações; e
- Prosseguimento da construção, manutenção e reabilitação das vias de acesso.

A redução da Despesa Pública aos níveis demonstrados na proposta, mostra uma Política Fiscal de consolidação, que tem em vista garantir a correcção gradual dos desequilíbrios macroeconómicos.

3.2.1. As linhas gerais da Política Orçamental indicam para um ajustamento fiscal nos seguintes moldes:

- **Para as Despesas de Funcionamento:**

- Redução das despesas com combustíveis, lubrificantes e comunicação em geral;



- Redução de despesas com passagens aéreas dentro e fora do país;
- Redução de despesas com ajudas de custo dentro e fora do país.

- **Para as Despesas de Investimento:**

- Cancelamento de projectos de Apoio Institucional Administrativo;
- Cancelamento de novos projectos de natureza administrativa não iniciados no ano em curso, com destaque para construções, reabilitações e apetrechamento de edifícios públicos.

A proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 tem por objectivo incorporar na Lei Orçamental o impacto da variação nos pressupostos macroeconómicos, a revisão em baixa da arrecadação das receitas internas, a redução dos recursos externos, bem como o incremento do serviço da dívida pública decorrente da depreciação do metical.

Pressupostos Macroeconómicos

A Proposta de Lei de Revisão do Orçamento do Estado para 2016 apresenta alteração dos pressupostos macroeconómicos, com destaque para a redução da taxa de crescimento do PIB de 7% para 4,5%; o aumento da taxa de inflação média anual de 5.6% para 16.7%; uma redução das Reservas Internacionais Líquidas de 2.3 mil milhões de dólares para 1,2 mil milhões de dólares americanos e a redução dos níveis de exportação de 3,6 mil milhões de dólares para 3,2 mil milhões de dólares americanos, conforme indica a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Pressupostos Macroeconómicos

	LOE	Proposta de Revisão OE
Taxa de Crescimento do PIB	7%	4.5%
Taxa de Inflação Media Anual	5.6%	16.7%
Reservas Internacionais Líquidas	2.3 Mil Milhões de Dólares	1.2 Mil Milhões de Dólares
Exportações	3.6 Mil Milhões de Dólares	3.2 Mil Milhões de Dólares

Em linha com a alteração dos pressupostos macroeconómicos, torna-se necessário proceder à alteração dos limites de receita e de despesa fixados no Orçamento do Estado para o ano de 2016, aprovado pela Lei n. 9/2015, de 29 de Dezembro.

Receitas

Para efeitos da revisão do Orçamento do Estado para 2016, a previsão de cobrança de receitas passará de 176.409,2 milhões de MT para 165.541,0 milhões de MT, o que representa 24,1% do PIB, uma

redução em 1,8pp do PIB face à meta prevista na Lei Orçamental de 2016. A arrecadação de receitas no valor de 165.541,0 milhões MT corresponde a uma redução de 6,16% em relação ao Orçamento 2016 aprovado pela Lei n. 9/2015, de 29 de Dezembro.

No contexto da nova conjuntura, estima-se que a previsão das receitas será nos seguintes moldes:

- As Receitas Fiscais passarão de 151.433,4 milhões de MT para 144.450,3 milhões de MT, o equivalente a 21,0% do PIB e uma redução em 1,3pp;
- As Receitas sobre Bens e Serviços, passarão da previsão inicial de 82.055,7 milhões de MT para 78.445,2 milhões de MT, o equivalente a 11,4% do PIB e uma redução em 0,7pp do PIB;
- As receitas consignadas passarão de 11.548,5 milhões de MT para 8.034,0 milhões de MT, representando uma redução em 0,5pp do PIB.

Recursos Externos

Os recursos externos passarão dos actuais 62.041,6 milhões de MT para 56.043,0 milhões MT, o que representa uma redução de 0,9pp comparativamente à Lei nº 9/2015 de 29 de Dezembro. A redução verificada nos recursos externos em 5.998,6 Milhões de MT é justificada essencialmente pela suspensão do Apoio Geral ao Orçamento do Estado por parte dos Parceiros de Cooperação.

No entanto, como alternativa para fazer face à necessidade de continuar a garantir a realização de investimentos, espera-se um incremento de 0,4pp do PIB de créditos para projectos.

Despesas

A Despesa Total irá passar dos actuais 246.070,4 milhões de MT, o equivalente a 36,2% do PIB para 243.358,2 milhões de MT, equivalente a 35,4%.

As alterações na estrutura das despesas dar-se-ão nos seguintes moldes:

- Despesas de Funcionamento:
 - A proposta de Revisão do Orçamento para 2016 prevê um incremento das Despesas de Funcionamento em 0,6pp do PIB face a Lei nº 9/2015 de 29 de Dezembro, justificadas essencialmente pelo incremento nos Encargos da Dívida e Transferências Correntes em 0,4pp e 0,3pp do PIB, respectivamente. Este incremento é resultante dos custos adicionais da depreciação do metical;
 - As Despesas com Pessoal, estão orçadas em 70.089,1 milhões de MT, cerca de 10,2% do PIB, representando uma redução em 0,3pp do PIB face à Lei do OE 2016, facto que demonstra os esforços do Governo em conter a massa salarial a níveis sustentáveis;
 - As Despesas com Bens e Serviços deverão atingir 24.804,2 milhões de MT, representando 3,6% do PIB, um decréscimo em 0,7pp do PIB em relação à Lei do OE 2016;
 - As Transferências Correntes estão fixadas em 21.346,4 milhões de MT. Deste montante, cerca de 70% serão destinados a Transferências às Famílias para o aprovisionamento dos

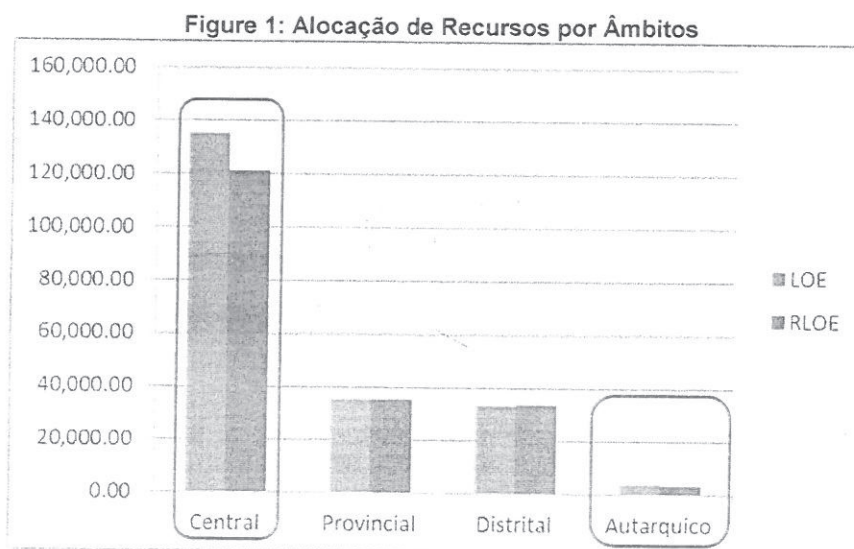
encargos com pensões e prosseguimento dos programas de protecção social; os restantes 30% destinados a Transferências à Administração Pública, Privada e ao Exterior.

- Em relação à dívida pública, a proposta da revisão orçamental prevê um acréscimo de 608,6 milhões de MT no total do serviço da dívida pública, passando de 30.345,6 milhões de MT para 30.954,2 milhões de MT, que decorre, essencialmente, do impacto da depreciação cambial e da concentração do período de vencimento dos créditos, a partir de 2016. Assim, os juros da dívida deverão atingir o valor de 15.122,3 milhões de MT, e as amortizações o montante de 15.831,9 milhões, o que corresponde 2,2% e 2,3% do PIB, respectivamente.

- **Despesas de Investimento:**

- Irão passar de 83.865,5 milhões de MT para 76.014,9 milhões de MT, o que representa uma redução em 1,2pp do PIB, resultante da redução da componente interna de investimento em cerca de 12.468,6 milhões de MT.

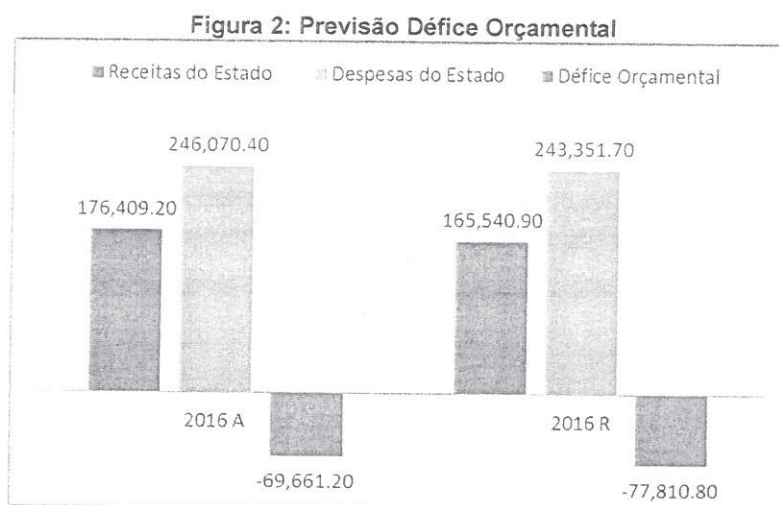
Ainda em relação às despesas, não obstante a redução da Despesa Pública, o Governo propõe-se a apostar na descentralização de recursos para o nível local. Em termos proporcionais da Despesa Total, excluindo operações financeiras e encargos da dívida, a alocação de recursos para o nível central, provincial, distrital e autárquico, irá absorver 62.6%, 18.3%, 17.4% e 1.8% respectivamente.



A proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 continua a priorizar a alocação de recursos aos sectores económicos e sociais, não obstante a redução da Despesa Pública no seu global. Para a proposta de revisão da Lei nº 9/2015 de 29 de Dezembro, foram priorizados cerca de 63% do total de recursos excluindo encargos da dívida pública e operações financeiras do Estado, o que corresponde a 128.744,1 milhões de MT para os sectores prioritários, tendo como destaque as áreas de educação (21.7%), infra-estruturas (17.1) e saúde (11.7%).

O montante actual para os sectores económicos e sociais mostra uma redução em termos nominais, de 7% face a Lei em apreço. Porém, esta ligeira redução, não prejudica as acções nucleares destes sectores, uma vez que os ajustes incidem sobre acções relativas à construção de edifícios administrativos, construção de novos campus universitários, aquisição de viaturas com excepção de ambulâncias, redução de metas de construção e reabilitação de algumas estradas e pontes, bem como a racionalização das despesas com combustíveis e lubrificantes e passagens aéreas.

Com a revisão Orçamental o défice passará de 69.661,3 milhões de MT, correspondente a 10,2% do PIB, para 77.817,2 milhões de MT, equivalente a 11,3% do PIB, um acréscimo de 1,1pp.



Os Montantes globais propostos comparados com os Orçamento do Estado para 2016, aprovado pela Lei n. 9/2015, de 29 de Dezembro são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2: Montantes Globais Proposta do OE em Comparação com o OE Aprovado

Valores em mil MT

	Descrição	Lei	Proposta	Valor (%)
	Receita Total	176 409 178.36	165 540 949.31	-6.16
a)	Receitas Correntes	173 221 775.66	162 353 546.61	-6.27
	(I) Tributárias	165 644 124.65	155 059 168 .89	-6.39
	(II) Contribuições Sociais	3 118 393.32	3 093 445.63	-0.80
	(III) Patrimoniais	380 732.53	377 763.95	-0.78
	(IV) Exploração de Bens de Dominio Publico	548 346.67	329 476.67	-39.91
	(V) Venda de Bens e Serviços	3 347 570.61	3 313 083.59	-1.03
	(VI) Outras receitas Correntes	182 607.88	180 607.88	-1.10
b)	Receitas de Capital	3 187 402.70	3 187 402.70	0.00
	(I) Alienação do Património do Estado	3 187 402.70	3 187 402.70	0.00
	Despesas do Estado	246 070 425.48	243 358 161.07	-1.10
	Despesas de Funcionamento	136 159 334.87	143 411 431.79	5.33
	Despesas de Investimento	83 865 494.61	76 014 884.57	-9.36
	Operações Financeiras	26 045 596.00	23 931 844.71	-8.12
	Défice Orçamental	69 661 247.12	77 817 211.76	11.71

As Comissões de Trabalho consideram que a Proposta de Revisão do Orçamento do Estado 2016 é pertinente, oportuna e tem mérito face à actual conjuntura económica que afecta a economia mundial e do país em particular, a qual tem contribuindo para a desaceleração da economia, desvalorização da moeda nacional, aumento generalizado do nível de preços, pressão nas Reservas Internacionais Líquidas e subida do custo de vida.

As Comissões de Trabalho consideram ser pertinente o Governo envidar esforços para promover a produção de produtos básicos ao nível nacional, o que permitirá a substituição das importações.

As Comissões notam com satisfação as prioridades que o Governo dá na alocação de recursos definidos pela Política Orçamental da Lei n.º 9/2015 de 29 de Dezembro, nomeadamente:

- Construção e expansão da rede de infra-estruturas sociais, da educação, saúde, abastecimento de água, saneamento e justiça, dando prioridade a área geográfica de elevada demanda;
- Construção e expansão da rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturas para a dinamização da actividade económica, com enfoque para o sector agrário, industrial, energético e turismo;
- Prosseguimento da construção, manutenção e reabilitação de vias de acesso.

As Comissões entendem igualmente que, a Proposta de Revisão da Lei do Orçamento 2016, submetida pelo Governo, salvaguarda os sectores de Desenvolvimento Humano, bem como inclui acções fulcrais que visam a realização da Despesa Pública tendo em conta as prioridades e pilares definidos no Programa Quinquenal do Governo 2015 - 2019.

4. POSICIONAMENTO DOS GRUPOS PARLAMENTARES NAS COMISSÕES DE TRABALHO

4.1. Posicionamento do Grupo Parlamentar do MDM

O Grupo Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique, na Comissão do Plano e Orçamento, entende que a revisão do Plano Económico e Social e o respectivo Orçamento do Estado para 2016, é a confirmação da marginalização das camadas mais pobres da população moçambicana, aumentando a pobreza e as desigualdades sociais, pelas seguintes razões:

- i. A actual crise resulta não só de factores externos como se pretende justificar (fortalecimento do dólar, queda dos preços dos principais produtos no mercado internacional) e internos (cheias, seca e o conflito militar) mas também das más opções dos últimos dez anos, onde assistimos a proliferação de investimentos de duvidoso interesse público e eivados de fortíssimos indícios de corrupção. A título de exemplo as infraestruturas não produtivas: Ponte Maputo-Catembe, Circular de Maputo, Ponte de Unidade, Ponte Kassuende em Tete, entre outras infraestruturas que vão engrossar a lista de elefantes brancos, onde pontifica o Aeroporto de Nacala;

- ii. A actual situação agravou o défice orçamental, a crise de tesouraria e o colapso das contas públicas, as expectativas desactualizadas e descontextualizadas do contexto macroeconómico mundial, em relação a viabilidade dos projectos da indústria extractiva e a ingenuidade na projecção da taxa de retorno da exploração e exportação dos produtos petrolíferos. Estas expectativas do Governo levaram a um despesismo desenfreado e irresponsável e no fim deste roteiro resultou no agravamento do limite do endividamento interno e externo;
- iii. O Governo mostra-se incapaz de combater o branqueamento de capitais e a evasão fiscal com vista a conter a queda de receitas e não mostra sinais tendentes a reduzir o IVA de 17 para 14% para tornar o seu pagamento mais atractivo e os produtos nacionais mais competitivos nos mercados nacional e regionais;
- iv. A proposta de revisão orçamental prevê um crescimento do défice orçamental, porém na proposta do Governo não há clareza sobre como será financiado e como será contornada a crise cambial que resulta da dolarização da nossa economia e a deterioração das Reservas Líquidas Internacionais;
- v. O aumento da produção e da produtividade interna propalada pelo governo não passa de uma miragem, pois a agricultura que devia dar resposta a esse desiderato tem sido secundarizada nos últimos 40 anos, por essa razão o país importa quase tudo que consome. O Plano Económico Social e Orçamento do Estado retificativo para 2016, apesar de indicar como uma das suas prioridades o relançamento da actividade agrária, não apresentam uma estratégia que vise transformar a agricultura como base de desenvolvimento e factor dinamizador da indústria para preparar as bases com vista a uma independência económica;
- vi. Com os cortes previstos neste Orçamento para 2016, sobretudo nas Despesas de Investimento em cerca de 12,7 mil milhões de meticais, a sobrevivência das Pequenas e Médias Empresas, está ameaçada e o Governo não estabelece nenhuma estratégia de protecção destas empresas o que pode configurar numa contínua estagnação da actividade económica empresarial e por consequência o agravamento da crise financeira e orçamental do Estado a médio e longo prazos.

A revisão do Plano Económico e Social e o respectivo Orçamento desvirtuam completamente os pressupostos, matrizes, metas, objectivos estabelecidos no Programa Quinquenal do Governo (2015 – 2019) resultando no aumento do desemprego e consequente instabilidade social.

Por estas e outras razões, o Grupo Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique, recomenda a apreciação negativa destes instrumentos que visam perpetuar a pobreza e o sofrimento do Povo Moçambicano.

4.2. Posicionamento do Grupo Parlamentar da Renamo

Os Grupos Parlamentares do Partido Renamo na Assembleia da República entendem que as Propostas de Revisão do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado para 2016 são o corolário de uma governação desastrosa que se arrasta de 1975 aos nossos dias, culminando com negócios duvidosos que acabaram por atirar o país para o abismo.

O Grupo Parlamentar da Renamo (GPR) na Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades, entende que:

A suspensão do apoio ao Orçamento e a redução dos investimentos no país irão contribuir para a redução da produção com o consequente aumento do desemprego.

Outrossim, a subida da taxa de inflação média anual para o triplo do previamente definido (de 5,6% para 16,7%) irá piorar a vida do cidadão devido à subida dos preços dos produtos básicos.

O GPR na Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública entende que:

Dentre os factores que levam o Governo a recorrer às presentes propostas do PES e do Orçamento Rectificativos destaca-se a dívida oculta que com a suspensão dos desembolsos por parte dos Parceiros de Cooperação desequilibrou todos os passos do Governo, em todos os sectores de actividade económica, aumentando a inflação, diminuindo as Reservas Internacionais e as exportações e por fim a criação do desemprego e aumento da pobreza.

O GPR na Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social entende que: É assustador que a soma do valor de 19 orçamentos atribuídos a 19 Ministérios (Vide Mapa E) seja inferior ao orçamento do Ministério do Interior. Isto significa que tudo o que a política orçamental preconiza para a consolidação fiscal não será para a salvaguarda das prioridades elencadas na alocação de recursos definidos pela política orçamental da Lei n. 9/2015, de 29 de Dezembro.

O GPR na Comissão do Plano e Orçamento entende que:

A redução do Orçamento do Estado de 246.070.425,48 mil meticais para os propostos 243.358.161,07 mil meticais evidencia o incumprimento das metas do Plano Económico e Social (PES) para 2016, deixando antever, ainda, que as metas do Programa Quinquenal do Governo 2015 - 2019, correm também sério risco de incumprimento.

O aumento das Despesas de Funcionamento dos actuais 136.159.334,87 mil meticais para 143.411.431,79 mil meticais é incompreensível porquanto, o Governo tem afirmado que pretende reduzir despesas mas por outro lado aumenta onde não devia aumentar o que é incongruente.

Por tudo quanto foi aduzido, os Grupos Parlamentares da Renamo nas Comissões de Trabalho da Assembleia da República entendem que a Proposta de Lei de Revisão do Orçamento do Estado para 2016, é a expressão financeira de uma política despesista e incongruente.

Por estas razões, os Grupos Parlamentares do Partido Renamo nas Comissões de Trabalho da Assembleia da República recomendam a rejeição da Proposta de Lei do Orçamento Rectificativo para 2016.

4.3. Posicionamento do Grupo Parlamentar da Frelimo

O Grupo Parlamentar da FRELIMO considera que as Propostas de Lei de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016 são oportunas e relevantes pelos motivos claramente abordados no parecer.

Com efeito, a razão principal para a revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016, apresentados pelo Governo, é a desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica a nível mundial; a conjuntura nacional caracterizada pelos efeitos da seca e estiagem nas zonas centro e sul, cheias e inundações na zona norte do País, a situação político-militar que dificulta a livre circulação de pessoas e bens no nosso País, a queda dos preços dos principais produtos de exportação, com impacto no aumento do custo de vida, a redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro e dos fluxos do Apoio Directo ao Orçamento do Estado por Parceiros de Cooperação e a depreciação do Metical face às principais moedas, com impacto no aumento dos encargos com o serviço da dívida pública externa.

Esta desaceleração da economia será influenciada em grande medida pelo fraco desempenho esperado nos sectores da agricultura (3,8%), indústria extractiva (22,9%), electricidade e gás (8,7%), comércio (3,5%), transportes (3,8%), serviços financeiros (3,2%) e administração pública (3%).

Para conter a desaceleração da economia e estimular o investimento, o Governo irá desenvolver medidas económicas com impacto a curto prazo e outras com impacto a médio e longo prazo.

A proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 visa fundamentalmente a consolidação fiscal como resultado da alteração da conjuntura macroeconómica internacional e nacional, com destaque para a revisão em baixa do crescimento económico, subida generalizada do nível de preços e o fortalecimento contínuo do dólar americano. Esta proposta irá continuar a pautar por medidas de contenção e de racionalização da Despesa Pública procurando materializar os Objectivos preconizados no Programa Quinquenal do Governo 2015 - 2019.

Neste contexto, no segundo semestre de 2016 será priorizada a alocação de recursos para:



- A construção e expansão da rede de infraestruturas estruturantes para a dinamização das actividades económicas, com enfoque para os sectores agrícola, industrial, energético e turístico;
- A construção e expansão de infraestruturas sociais, da educação, saúde, abastecimento de água, saneamento e justiça, dando prioridade às áreas geográficas de elevada demanda.
- A promoção da cadeia de valor de produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local para permitir a substituição de importações.

O Grupo Parlamentar da FRELIMO nas Comissões de Trabalho considera que o Governo deve continuar a tomar medidas de racionalização, contenção da Despesa Pública, a par da cobrança de mais receitas para ultrapassar esta crise que abala o País.

O Grupo Parlamentar da FRELIMO nas Comissões de Trabalho considera como factores críticos para o alcance dos objectivos e metas de revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado para 2016, a manutenção da paz, da estabilidade política, económica e social, condições fundamentais para o aumento da produção e da produtividade, o desenvolvimento económico e social do País, a reconquista da confiança das instituições financeiras internacionais e dos Parceiros de Cooperação, a atracção de Investimento Directo Estrangeiro e a expansão do Investimento Directo Nacional nas diversas áreas de actividades económicas e sociais.

O Grupo Parlamentar da FRELIMO nas Comissões de Trabalho recomenda ao Plenário a apreciação positiva das Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016, por ser oportuna e ter mérito.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As Comissões de Trabalho consideram aceitáveis os argumentos e a proposta do Governo, na medida em que a actual situação deriva de factores internos e externo adversos, sobretudo os novos desenvolvimentos da actividade económica a nível mundial que indicam uma desaceleração do ritmo de crescimento de 3,5% previstos inicialmente para 3,2%.

Assim, do reajustamento do crescimento do PIB resultará uma diminuição do volume de receitas fiscais a serem arrecadas em 2016 e por consequência um reajustamento do lado das despesas inicialmente projectadas.

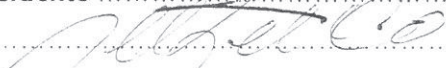
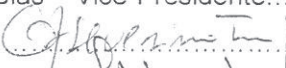
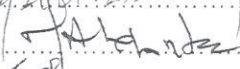
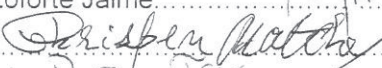
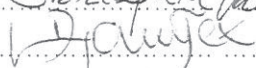
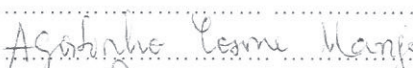
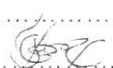
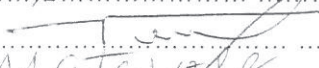
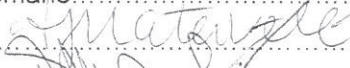
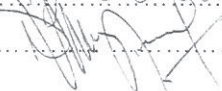
As Comissões de Trabalho concluem que a Proposta de Revisão do Orçamento do Estado para 2016 é pertinente, oportuna e tem mérito, tendo em conta a fundamentação apresentada.

Assim, as Comissões de Trabalho consideram que as Propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016 estão alinhadas com o Programa Quinquenal do Governo 2015 - 2019. Assim sendo, propõem ao Plenário a apreciação positiva, com a recomendação de que o Governo:

- a) Encontre medidas para conter a desaceleração da economia nacional e incentivar o investimento do empresariado nacional e estrangeiro;
- b) Envide esforços no sentido de conter a inflação para conter o agravamento do custo de vida;
- c) Capitalize os recursos disponíveis dos Parceiros de Cooperação sobretudo na área de segurança alimentar e nutricional;
- d) Intensifique a fiscalização da comercialização dos produtos agrícolas;
- e) Eleve o nível de inspecção das actividades económicas, impondo maior rigor no controlo da especulação na fixação de preços;
- f) Envide esforços para promover a produção de produtos básicos ao nível nacional, o que permitirá a substituição das importações;
- g) Imprima maior dinâmica e celeridade na reconstrução pós calamidades das infra-estruturas dos órgãos do Estado nas zonas Norte e Centro;
- h) Intensifique as acções de mitigação dos efeitos de estiagem e seca nas zonas Sul e Centro do País;
- i) Imprima maior flexibilidade no processo de aquisição e distribuição de sementes agrícolas aos produtores;
- j) Priorize as obras não acabadas nos sectores sociais;
- k) Assegure que o processo de reassentamento não prejudique as populações abrangidas pela construção da estrada circular de Maputo; e
- l) Assegure uma estratégia de comunicação eficaz no esclarecimento aos cidadãos sobre as razões que ditaram a revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016.

Considerando que a Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016 visa adequar os pressupostos macroeconómicos aos desenvolvimentos recentes da economia, as Comissões de Trabalho recomendam a apreciação positiva das Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016.

Este Parecer foi adoptado pelos seguintes membros da Comissão do Plano e Orçamento:

1. Eneas da Conceição Comiche – **Presidente**.....
2. José Manuel Samo Gudo – **Relator**.....
3. Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias – Vice-Presidente.....
4. António Severino Timba – Vice-Relator.....
5. Marquita Alexandre Loforte Jaime.....
6. Chrispen Matches.....
7. Danilo Aly Teixeira.....
8. Celmira Irene Melo Xavier.....
9. Agostinho Cosme Manje.....
10. Cernilde Amélia Muchanga.....
11. Emília Alfredo Pereira.....
12. Alsácia João Chochoma.....
13. Elisa Rajamo
14. Felizarda Clara de Castro.....
15. Mohamad Bacir Abdul Remane.....
16. Albertina Julião Matavele.....
17. Fernando Bismarque Ali.....

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2016 REVISTO

SUMÁRIO EXECUTIVO

- i. O Plano Económico e Social para 2016 (PES 2016), constitui um instrumento de programação e de gestão da actividade económica e social que irá orientar a acção governativa, em 2016, no âmbito da materialização das prioridades e pilares de suporte do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.
- ii. O presente documento constitui revisão do Plano Económico e Social para 2016, aprovado pela Resolução nº 125/2015 de 29 de Dezembro pela Assembleia da República. A revisão assenta no contexto da proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016, conforme previsto nos termos do nº 1, do artigo 34, da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE.
- iii. O PES 2016 foi elaborado num contexto em que se previa uma aceleração da economia mundial de 3,1%, em 2015, para uma previsão de 3,5%, em 2016. No entanto, os novos desenvolvimentos da actividade económica a nível mundial indicam uma desaceleração do ritmo de crescimento de 3,5% previstos inicialmente para 3,2%, impulsionado principalmente pelas economias em Desenvolvimento e de Mercados emergentes.
- iv. Como impacto da revisão da Lei do Orçamento de 2016, das 308 acções constantes no PES de 2016, foram revistas 151 metas de 118 acções, destacadas no presente documento, e retiradas 69 acções, apresentadas em anexo.
- v. No Contexto Nacional, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que no I. Trimestre de 2016, a economia moçambicana cresceu 5,3%, e estima-se uma taxa de crescimento anual do PIB na ordem 4,5%, contrariando as previsões iniciais de 7,0% para 2016. A desaceleração da economia será influenciada em grande medida pela redução do desempenho nos sectores da Construção em 5,1%, Serviços Financeiros em 5,0%, Comércio em 4,5%, Educação em 3,8% e Agricultura em 2,7%.
- vi. Estas reduções estão associadas a conjuntura económica actual no País, influenciada pelos seguintes factores: (i) a queda dos preços internacionais de produtos minerais desincentivando a expansão da produção dos mesmos; (ii) o efeito da seca e estiagem na zona sul, cheias e inundações na zona norte, que ditaram a perda significativa de diversas culturas; (iii) atrasos na execução de alguns empreendimentos (iv) a consolidação fiscal que implicará reduções em várias rubricas de despesas; e (v) a postura restritiva da política monetária através do aumento das taxas de juro directoras com impacto sobre o crédito ao sector privado.
- vii. O Governo considera como factores críticos para o alcance dos objectivos e metas do Plano Económico e Social para 2016, a manutenção da paz, da estabilidade política e económica, condições fundamentais para a atracção de investimento externo e da expansão do investimento nacional nas diversas áreas de actividades económicas e sociais.
- viii. Deste modo, o Governo envidará esforços para continuação da manutenção do diálogo estruturado com todas as forças políticas e actores de desenvolvimento para a consolidação e preservação da paz, da estabilidade política e coesão social entre os moçambicanos. Outrossim, o Governo continuará com a implementação de políticas macroeconómicas consentâneas com a necessidade de manter a estabilidade económica.
- ix. Com estes pressupostos, em 2016, será prioridade da acção Governativa, continuar a consolidar os progressos registados em 2015, nos diversos sectores da actividade produtiva

e social; concluir e prosseguir com as obras em curso na área de infra-estruturas; reforçar a capacidade do Estado de prover mais bens e serviços sociais básicos à população; fortalecer o apoio à capacidade produtiva dos sectores, com a mobilização de recursos internos e externos; prosseguir com reformas institucionais para a consolidação da descentralização administrativa do Estado, bem como do estreitamento contínuo da cooperação económica a nível regional, continental e mundial.

x. Neste contexto, o Plano Económico e Social define como principais objectivos macroeconómicos para o ano de 2016, os seguintes:

- Atingir um **Crescimento Económico de 4,5%** que será sustentado pelo desempenho positivo dos seguintes sectores: Indústria Extractiva (**22,8%**), Electricidade e Gás (**8,7%**), Saúde (**5,5%**), Pescas (**4,8%**), Educação (**4,2%**), Agricultura (**3,8%**), Transportes (**3,8%**), Comércio (**3,5%**), Sector Financeiro (**3,2%**) e Construção (**2,8%**).
- Atingir um crescimento do Produto Interno Bruto de **4,5%**;
- Controlar os actuais níveis da taxa de inflação média anual de cerca de **16,7%**;
- Alcançar o valor de **3.214** milhões de dólares americanos, em exportações de bens;
- Constituir Reservas Internacionais Líquidas suficientes para cobrir **3** meses de importações de bens não factoriais;
- Construir e expandir a rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturantes para o suporte à actividade produtiva, dando prioridade às áreas geográficas de elevado potencial ou aquelas com investimentos em curso no sector agrícola, pesqueiro, industrial e turístico;
- Desenvolver o sector industrial, incentivando a transformação interna de matérias-primas para acrescentar valor na exportação;
- Melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública, justiça e formação profissional, dando prioridade às áreas com maiores necessidades;

xi. No Quadro da concretização das premissas das prioridades e pilares de suporte do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 é compromisso do Governo, no âmbito da Consolidação da Unidade Nacional, da Paz e da Soberania, continuar com a realização das comemorações de datas históricas, da educação patriótica, do IX Festival Nacional da Cultura, do recenseamento militar de 190.000 jovens e a realização de exposições fotográficas sobre os Heróis da Luta de Libertação Nacional.

xii. No âmbito do Desenvolvimento do Capital Humano e Social, o Governo, irá continuar a expandir o acesso e a disponibilidade dos serviços sociais básicos à população nas seguintes áreas:

- Na Saúde, serão colocados 2.968 profissionais dos quais, 557 médicos dos quais 205 generalistas, 2.272 técnicos médios (756 de enfermagem geral e 406 de Saúde Materno-Infantil-SMI); esperando-se um aumento da cobertura de partos institucionais para 73% e da taxa de cobertura de crianças, menores de 12 meses de idade, completamente vacinadas para 88%, em 2016.
- Na Educação serão matriculados 7 milhões de alunos no Ensino Geral, 68.5 mil alunos no Ensino Técnico-Profissional e 185.4 mil estudantes no Ensino Superior, contratados 8.500 novos professores para todos os subsistemas de ensino e serão

adquiridas 70.000 carteiras, a par da abertura de 367 novas escolas primárias e 27 escolas do Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1), e introduzidos novos níveis de ensino em 1.055 escolas do Ensino Primário do 1º grau e 31 escolas do segundo ciclo.

- No Abastecimento de água, serão estabelecidas 22.000 novas ligações domiciliárias e construídos 29 fontenários públicos, beneficiando 125.300 famílias e estendida a redes de distribuição de água, em 221Km, em Cuamba (50 km), Quelimane (25 km, Nacala (80 km) e Maputo (66 km).
- Na Energia, serão electrificadas através da Rede Eléctrica Nacional (REN), 4 sedes distritais, 1 Postos Administrativos e 2 Vilas fronteiriças, permitindo a ligação de cerca de 100 mil novos consumidores, elevando o número total acumulado de consumidores da REN para 1.579.498, em 2016, aumentando a taxa da população com acesso à energia eléctrica para 28,9%. Prevê-se, ainda em 2016, a conclusão da actualização do estudo de viabilidade técnico económico e sócio-ambiental para a construção da Linha de Interligação Regional entre Moçambique e Malawi.

xiii. Para a Promoção do Emprego da Produtividade e Competitividade prevê-se a realização das seguintes acções:

- Na área do Emprego, a criação de 221.612 novos postos de trabalho, dos quais, 49.800 empregos através de iniciativas do sector público, 12.623 admissões directas na função pública, 126.632 pelo sector privado e 32.557 para o emprego no exterior, bem como a inscrição no sistema de segurança social de 9.607 contribuintes e 80.554 beneficiários por conta de outrem e 4.350 por conta própria;
- No sector Agrário serão assistidos 4.000 produtores, pela rede nacional de extensão, sobre tecnologias melhoradas de produção e de conservação pós-colheita; produzidas e distribuídas 17.506.000 doses de vacinas diversas para a sanidade animal; libertadas 18 novas variedades de sementes, a par da produção de sementes adaptadas às diferentes regiões agro-ecológicas;
- Na área da Indústria e Comércio serão financiados 35 empreendedores e Pequenas e Médias Empresas (PME's) que lidam com a exportação, comercialização agrícola, lojas rurais, pesca, aquacultura, avicultura e processamento;
- Na área dos Transportes e Comunicações serão distribuídos 130 novos autocarros para o reforço da frota de transporte público urbano, expandidos os serviços de telecomunicações para mais 50 localidades. Dar-se-á a continuidade à reabilitação e expansão do Porto de Nacala, Fase II, a Dragagem do Porto de Maputo para aumento da profundidade do canal de acesso, dos actuais 11,5 para 14,2 metros;
- Nas Pescas serão construídos 3 aquaparcos, 400 tanques piscícolas e concedido crédito formal a 400 mutuários para projectos de Pesca e a 65 mutuários para projectos de Aquacultura; e
- Na Indústria Extractiva serão emitidos 200 títulos mineiros no âmbito da criação de oportunidades de negócios para os cidadãos nacionais.

xiv. No âmbito do **Desenvolvimento de Infra-estruturas** o esforço do Governo está orientado para as seguintes acções prioritárias:

- **Construção de 442 salas de aula sendo 400 para o Ensino Primário, 42 para o Ensino Secundário** nas províncias de Niassa (32), Cabo Delgado (30), Nampula (65), Zambézia (92), Manica (7), Sofala (15), Inhambane (54), Gaza (90), Maputo (18) e Cidade de Maputo (39); concluída a construção e apetrechamento de **3 instituições de ensino técnico profissional** nas províncias de Cabo Delgado (1), Zambézia (1) e Sofala (1), bem como a reabilitação de **3 instituições de ensino técnico** em Manica (1), Zambézia (1) e Niassa (1);

- **Construção de 38 unidades sanitárias** sendo: Niassa (7 Centros de Saúde e 1 Hospital Distrital), Cabo Delgado (8 Centros de Saúde e 3 Hospitais Distritais), Nampula (6 Centros de Saúde, 1 Hospital Distrital e 1 Hospital Geral), Zambézia (4 Hospitais Distritais), Tete (2 Hospitais Distritais), Inhambane (1 Hospital Distrital), Maputo Província (1 Hospital Distrital), Gaza (1 Hospital Distrital) e Manica (2 Hospitais Distritais);

- **Reabilitação, construção/asfaltagem de 369 Km** de estradas nacionais e regionais, manutenção de rotina de 15.800 km, manutenção periódica de 50 km de estradas nacionais e regionais e manutenção de 1.092 km de estradas distritais e municipais;

- Continuar com a **construção de 17 pontes, reabilitação de 2 pontes** e manutenção de 8 pontes;

- Início das obras de expansão do abastecimento de água a região do Grande Maputo a partir da nova fonte de abastecimento de água, em Corumana;

- Continuar com a reabilitação de sistemas de drenagem na Cidade da Beira (Rio Chiveve) e construção do sistema de saneamento e drenagem de águas pluviais de Macurungo;

- Continuar com a construção das Barragens de Moamba Major, Gorongosa e Metuchira, e reabilitação das barragens de Massingir e Macarretane;

- Prosseguir com a construção de 3 Palácios de Justiça (Nampula, Guro e Gaza).

xv. No âmbito da Gestão Sustentável e Transparente de Recursos Naturais e do Ambiente, serão repostos 500 animais bravios nas áreas de conservação, e elaborados 10 Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas; criados 65 Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC); fiscalizados 7 projectos de reassentamento resultante de actividades económicas e ordenamento e monitorados 25 projectos de prospecção e pesquisa de recursos minerais.

xvi. No que tange a Consolidação do Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização, o Governo primará pelo fortalecimento das capacidades institucionais

através da formação e capacitação de 4.953 dirigentes dos órgãos locais do Estado, funcionários e agentes do Estado, e extensão da rede Electrónica do Governo (GovNet) para mais 6 distritos.

- xvii. No âmbito da Promoção de um Ambiente Macroeconómico e Sustentável, o Governo prosseguirá com a descentralização financeira, com a criação de 70 Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs) a operarem no e-SISTAFE, a institucionalização do Instituto Nacional de Previdência Social, a expansão da arrecadação da receita interna através do alargamento da base tributária para cobrir 75% do Orçamento do Estado, na perspectiva de reduzir a dependência externa.
- xviii. Para garantir a sustentabilidade do serviço da dívida, o Governo irá priorizar a gestão da carteira de empréstimos actuais, reduzindo os investimentos com recurso a créditos e abertura de espaço orçamental para o endividamento em projectos de geração de rendimento e não de consumo.
- xix. Para o Reforço da Cooperação Internacional, o Governo vai continuar a promover a imagem do País além-fronteiras, com a divulgação das potencialidades económicas e mecanismos de investimento, assegurar o estabelecimento de representações diplomáticas nas regiões com maior interesse estratégico e continuar com a reafirmação das fronteiras marítimas e terrestres.

GLOSSÁRIO

AMC	Adaptação às Mudanças Climáticas
ATM	Caixa de Pagamento Automático
BAU	Balcão de Atendimento Único
CCL	Conselhos Consultivos Locais
CCP's	Conselhos Comunitários de Pesca
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTTDH	Centro de Transferências de Tecnologias para o Desenvolvimento Humano
CLGRC	Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EUA	Estados Unidos da América
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FNIJ	Fundo Nacional de Iniciativa Juvenil
GPJ	Gabinete do Provedor de justiça
GRC	Gestão do Risco de Calamidades
HLLN	História da Luta de Libertação Nacional
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPI	Instituto de Propriedade Industrial
INNOQ	Instituto Nacional de Normalização de Qualidade
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MTPA	Milhões de Toneladas por Ano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
OCI	Órgão de Controlo Interno
OE	Orçamento do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
P.As	Postos Administrativos
PCR's	Poupança e Créditos Rotativos
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLA's	Planos Locais de Adaptação
PME's	Pequenas e Médias Empresas
POS	Pontos de Venda
PQG	Programa Quinquenal do Governo
REN	Rede Eléctrica Nacional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SISFLOT	Sistema de Informação de Gestão de Florestas e Fauna Bravia
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
VMS	<i>Vessel Monitoring System</i> /Sistema de Monitorização de Embarcações de Pesca
ZEE	Zona Económica Exclusiva

I. NOTA INTRODUTÓRIA

1. O “Plano Económico e Social para 2016” (PES 2016), é o instrumento de operacionalização do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, e de programação e gestão da actividade económica e social do Governo.
2. O presente documento constitui revisão do Plano Económico e Social para 2016, aprovado pela Resolução nº 125/2015 de 29 de Dezembro pela Assembleia da República. A revisão assenta no contexto da revisão do Orçamento do Estado para 2016, conforme previsto nos termos do nº 1, do artigo 34, da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE.
3. O PES 2016 foi elaborado num contexto em que se previa uma aceleração da economia mundial de 3,1%, em 2015, para uma previsão de 3,5%, em 2016. No entanto, os novos desenvolvimentos da actividade económica a nível mundial apontam para uma desaceleração do ritmo de crescimento de 3,5% previstos inicialmente para 3,2%. Este comportamento é justificado pela queda dos preços das matérias primas, “as commodities”, especialmente o petróleo, a desaceleração do investimento e do comércio, e declínio dos fluxos de capital para países emergentes e em desenvolvimento.
4. Esta situação do contexto internacional adverso, impacta sobre a economia nacional e sobre os pressupostos dos principais indicadores macroeconómicos assumidos no documento do PES 2016 aprovado, nomeadamente, um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 7,0% e uma taxa de inflação média anual de 5,6%.
5. A conjuntura nacional é igualmente adversa, caracterizada pelos efeitos das cheias e secas, depreciação do metical face as principais moedas de troca, a redução do volume das importações e exportações, com impacto significativo na arrecadação das receitas, a redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro, e dos fluxos do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), bem como o aumento dos encargos com o serviços da dívida pública externa.
6. O efeito combinado destes factores tem levado a um abrandamento da actividade económica, pressões nas Reservas Internacionais Líquidas e aumento generalizado do nível de preços.
7. Nestes termos, de modo a permitir um ajustamento fiscal adequado a realidade económica actual e salvaguardar a sustentabilidade macroeconómica, tem lugar a revisão do Orçamento do Estado para 2016, implicando a revisão das acções e metas preconizadas no Plano Económico e Social para 2016. É neste contexto que se apresenta o documento de Revisão do Plano Económico e Social para 2016.
8. No entanto, para o ano de 2016 o Governo se compromete a prosseguir com a implementação de acções e opções de política viradas para a promoção do desenvolvimento humano, alicerçadas na consolidação da afectação de recursos para as áreas produtivas e investimento público em infra-estruturas sociais e económicas prioritárias e estruturantes, como vectores centrais para a transformação estrutural da economia, e desta forma, cimentar

as bases para o aumento da produção, produtividade e competitividades nos diversos sectores de actividades, empregos e aumentar a renda dos moçambicanos.

9. O presente documento do Plano Económico e Social para 2016, está estruturado em cinco (5) capítulos: o primeiro capítulo faz a Introdução ao documento; o segundo capítulo, sobre o Contexto Internacional, apresenta a evolução da economia mundial, dando primazia às previsões do desempenho, em 2015, nos indicadores que poderão influenciar a implementação da política económica e social no País.

10. O terceiro capítulo, Contexto Nacional, apresenta as premissas que servirão de base para o alcance dos objectivos e metas do desempenho económico e social, estabelecidas para as diversas áreas de intervenção do Governo.

11. O quarto capítulo, referente aos Objectivos do Plano Económico e Social, para 2016, apresenta o compromisso do Governo, expondo as metas previstas dos principais indicadores económicos e sociais, nomeadamente: (i) Crescimento económico, (ii) Inflação, (iii) Exportações, (iv) Reservas Internacionais Líquidas, (v) Provisão de bens públicos (vi) Prestação de serviços sociais básicos e (vii) Finanças públicas.

12. Finalmente, o quinto capítulo enumera as Principais Medidas e Acções de Política por Prioridade e Pilar do Programa Quinquenal do Governo revistas, apresentado no formato matricial, enumeram-se as intervenções específicas a realizar ainda em 2016 para o alcance de cada um dos Objectivos Estratégicos do Programa Quinquenal 2015-2019, alinhados aos programas com recursos assegurados na revisão do Orçamento do Estado. Todas as acções programadas para 2016, serão monitoradas através do indicador do produto, a meta física, assim como a localização geográfica da acção e o universo de beneficiários indicados. Para cada acção é indicado o sector responsável pela sua implementação.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNDIAL

13. As previsões do *World Economic Outlook* publicadas em Abril de 2016, apontam para revisão em baixa do crescimento da economia mundial de 3,5% inicialmente previstos para 3,2% o que significa uma desaceleração em 0,3 pp. Não obstante a desaceleração, o nível de crescimento esperado é impulsionado principalmente pelo desempenho das economias em desenvolvimento e economias emergentes de 1,9% e 4,1% respectivamente.

Quadro 1. Previsão de crescimento do PIB por áreas geográficas

	Em percentagem do PIB				
	Projeções				Revisão
	2013	2014	2015	2016	2016
	Variação Percentual				
ECONOMIA MUNDIAL (%)	3.4	3.4	3.1	3.5	3.2
Economias Desenvolvidas	1.4	1.8	2.0	2.2	1.9
Estados Unidos da América	2.2	2.4	2.6	2.8	1.9
Zona Euro	-0.5	0.9	1.5	1.6	1.5
Alemanha	0.2	1.6	1.5	1.6	1.5
França	0.3	0.4	1.2	1.5	1.1
Itália	-1.7	-0.4	0.8	1.3	1
Espanha	-1.2	1.4	3.0	2.5	2.6
Japão	1.6	-0.1	0.6	1.0	0.5
Reino Unido	1.7	2.6	2.6	2.2	1.9
Canadá	2.0	2.5	1.0	1.7	1.5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5.0	4.6	3.9	4.5	4.1
Rússia	1.3	0.6	-3.8	-0.6	-1.8
Médio Oriente, África do Norte, Afeganistão, e Paquistão	2.4	2.6	2.5	3.9	3.1
Arábia Saudita	2.7	3.5	3.4	2.2	1.2
África Subsaariana	5.2	5.0	3.8	4.3	3
Nigéria	5.4	6.3	3.9	4.3	2.3
África do Sul	2.2	1.5	1.9	1.3	0.6
Ásia em Desenvolvimento	7.0	6.8	6.5	6.4	6.4
China	7.8	7.4	6.8	6.3	6.5
Índia	6.9	7.2	7.3	7.5	7.5
América Latina e Caraíbas	2.9	1.3	-0.2	0.7	-0.5
Brasil	2.7	0.1	-3.0	-1.0	-3.8

Fonte: FMI (WEO, Abril 2016)

14. Para a Zona Euro, projecta-se um crescimento de 1,5% em 2016, contra as previsões iniciais de 1,6%, o que representa uma desaceleração de 0,1%. As grandes economias, Reino Unido, Alemanha e França continuam a impulsionar o crescimento da zona euro.

15. Nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, prevê-se uma queda em relação às projecções inicialmente previstas para 2016. Esta revisão em baixa é justificada pelo facto dos países exportadores de petróleo estarem a enfrentar ambiente macroeconómico menos favorável face à acentuada queda dos termos de troca e baixo fluxo de investimento.

16. Relativamente à região da África Subsaariana, as projecções indicam uma desaceleração de 4,3% inicialmente previstos para 3,0% em 2016 e uma redução em 0,8% em relação ao verificado no ano de 2015.

17. A produção industrial global, especialmente de bens de capital, manteve-se moderada ao longo de 2015. Este desempenho é justificado pela queda do investimento em grande parte

dos países, particularmente nos ramos da energia e mineração, bem como a desaceleração da actividade industrial da China.

18. O declínio dos preços das matérias primas resulta da queda de mais de 32% dos preços entre Agosto 2015 a Fevereiro de 2016, devido ao aumento da oferta dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e da Rússia e pelas expectativas de maior oferta do Irão, e as preocupações sobre a capacidade de resistência da procura.

Gráfico 1. Preço das Principais Produtos Primários (2006-2016)



Fonte: FMI (WEO, Abril 2016)

19. Uma diversidade de factores continuam a influenciar a baixa do preço do petróleo, com destaque: (i) o excesso de produção do petróleo por parte dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), com o fim das sanções económicas ao Irão, um dos maiores produtores de petróleo, e (ii) a diminuição da procura na Europa, China e Índia, como consequência do abrandamento económico.

20. Os preços do carvão e do gás natural também diminuíram, estando de alguma forma ligados aos preços do Petróleo, através dos contratos indexados aos preços do petróleo. Os preços das matérias primas não combustíveis reduziram, assim como, os preços dos produtos agrícolas e do metal que tiveram uma queda acentuada de 9,0% e 4,0% respectivamente.

III. CONTEXTO NACIONAL

21. Em 2015, a economia moçambicana cresceu em média 6.6%, menos 0.4pp do planificado, contudo, acima da média da região da SADC e da África Subsaariana. As perspectivas económicas para 2016 apontam para um abrandamento na actividade económica, face aos níveis inicialmente previstos, influenciado fortemente pelo cenário verificado na economia mundial que afecta directamente a economia moçambicana.

22. Deste modo, estima-se uma taxa de crescimento do PIB na ordem 4,5%, contrariando as iniciais previsões de 7,0%. A desaceleração económica será influenciada em grande medida pelo fraco desempenho esperado nos sectores (que apresentam decréscimo do PIB, vide Quadro 3) designadamente, Construção (5,1%), Serviços Financeiros (5,0%), Comercio (4,5%), Educação (3,8%) e Agricultura (2,7%).

23. A desaceleração do ritmo de crescimento dos sectores mencionados a cima está em linha com os recentes desenvolvimentos económicos no País a destacar: (i) a queda dos preços internacionais de produtos minerais desincentivando a expansão da produção dos mesmos; (ii) o efeito da seca e estiagem na zona sul, cheias e inundações na zona norte, que ditaram a perda significativa de diversas culturas; (iii) atrasos na execução de alguns empreendimentos (iv) a consolidação fiscal que implicará reduções em várias rubricas de despesas; e (v) a postura restritiva da política monetária através do aumento das taxas de juro directoras com impacto sobre o crédito ao sector privado.

24. No que concerne à taxa de inflação média anual, prevê-se que esta atinja os níveis de 16,7% em 2016 contra os 5,6% inicialmente previstos, ultrapassando o limite de 10,0% estabelecido no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. As perspectivas de preços para 2016 apontam para uma contínua pressão inflacionária em virtude de, entre outros factores, a baixa na produção agrícola devido a estiagem e a depreciação do metical face às principais moedas de troca, bem como o congelamento do desembolso dos Parceiros e redução do Investimento Directo Estrangeiro que reduz a disponibilidade de divisas.

25. Para 2016, o Governo considera como condição indispensável para o sucesso na implementação do Plano Económico e Social, a prevalência de um ambiente favorável à actividade económica e social, com enfoque para (i) a manutenção da paz e da estabilidade política e social, (ii) a franca recuperação da economia e do tecido social dos impactos das calamidades naturais, e (iii) a estabilidade macroeconómica.

26. Neste âmbito, a Política Económica, será orientada de modo a garantir a promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável, garantindo maior dinamismo do sector produtivo e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

27. Nesta perspectiva, prevê-se a manutenção da estabilidade macroeconómica através da correcção dos desequilíbrios fiscais com enfoque na racionalização da despesa pública e reformas na área tributária, alicerçados no alargamento da base tributária com vista a redução da dependência externa, através da diversificação das fontes de captação de receita e

intensificação das acções de auditoria e fiscalização às empresas, com maior enfoque para os mega - projectos e pela melhoria dos padrões de equidade e justiça fiscal.

28. Do lado da política monetária, espera-se a manutenção da estabilidade de preços, tendo como meta a redução da inflação para níveis aceitáveis e consistentes com os objectivos definidos pelos países da região da SADC e no Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP). Prevê-se o estímulo do comércio externo que garanta maior competitividade das exportações.

29. Para a implementação das acções programadas pelo Governo, para 2016, prosseguir-se-á com a operacionalização de políticas de abertura de mercado e a criação de um ambiente favorável e acolhedor para grandes investimentos.

30. No domínio empresarial, o Governo irá envidar esforços em melhorar cada vez mais o ambiente de negócios para o crescimento do sector privado e reforçar a capacidade financeira das empresas do Estado para oferecerem produtos e serviços públicos competitivos e de qualidade, onde prevê-se estabelecer algumas medidas que visam estimular o investimento privado, o fortalecimento da produção nacional e do emprego, dentre as quais se destacam:

- A Revisão do Código do IVA para estimular o aumento da comercialização agrícola, o alargamento da base tributária e o desenvolvimento do agro-negócio;
- A alocação de equipamentos agrícolas nas áreas de maior potencial agro-ecológico com vista a incrementar o nível de mecanização agrícola, para estimular o aumento da produção e da produtividade;
- A revisão da Pauta Aduaneira com vista a estimular o desenvolvimento da indústria em Moçambique e a substituição de importação de bens essenciais pela produção nacional;
- A aprovação e implementação de sobretaxas e de outras medidas “*antidumping*” para indústria que assegurem concorrência dos produtos nacionais aos produtos importados;
- A simplificação de procedimentos, remoção de barreiras com vista a revitalizar a cabotagem marítima nacional e promoção da utilização do transporte ferroviário para assegurar um melhor escoamento de matérias primas e da produção nacional, visando reduzir os custos de transacções e melhorar a competitividade das empresas moçambicanas;
- A operacionalização das centrais privadas de registo de crédito e da central de registo de colaterais para assegurar a melhoria do acesso e do custo de crédito em Moçambique;
- A revisão do Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio, com vista a aumentar a margem de preferência atribuída a produtos nacionais nas compras efectuadas pelo Estado e outras instituições públicas.

31. A conclusão do processo de implementação dos projectos de uma das áreas concessionadas na Bacia do Rovuma, com vista a assegurar o incremento do fluxo de Investimento Directo Estrangeiro, estimular o incremento do emprego e das oportunidades de negócio para pequenas e médias empresas nacionais.

32. O Governo considera o processo de recuperação pós-calamidades e a manutenção da paz e da estabilidade política como factores chave para o bom desempenho económico e social em 2016.

33. É no mesmo espírito que o Governo irá aprimorar o diálogo contínuo e estruturado com os Parceiros Sociais, quer no âmbito da Comissão Consultiva de Trabalho, quer através da Confederação das Associações Económicas e com os funcionários públicos, por um lado, para o aumento da consciência sobre o valor do trabalho, e por outro, para impulsionar uma maior harmonia e coesão no seio da massa laboral, o que resultará no maior empenho dos trabalhadores e consequente aumento dos níveis de produção e produtividade, em cada sector de actividade.

IV. PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

34. O Presente instrumento, PES 2016, operacionaliza, os objectivos da política económica e social do Governo definida no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, cujas acções e metas respondem as cinco (5) Prioridades do Programa Quinquenal do Governo, nomeadamente: (i) Consolidação da Unidade Nacional, da Paz e da Soberania; (ii) Desenvolvimento do Capital Humano e Social; (iii) Promoção do Emprego, da Produtividade e Competitividade; (iv) Desenvolvimento de Infra-estruturas Económicas e Sociais; (v) Assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente; e os três (3) Pilares de suporte designadamente, (i) Consolidação do Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização, (ii) Promover um Ambiente Macroeconómico Equilibrado e Sustentável e (iii) Reforçar a Cooperação Internacional.

35. O Plano Económico e Social para 2016 define como principais objectivos a alcançar com as acções do Governo os seguintes:

- Atingir um crescimento do Produto Interno Bruto de **4,5%**;
- Controlar os actuais níveis da taxa de inflação média anual em cerca de **16,7%**;
- Alcançar o valor de **3.214** milhões de dólares americanos, em exportações de bens;
- Constituir Reservas Internacionais Líquidas suficientes para cobrir **3** meses de importações de bens não factoriais;
- Construir e expandir a rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturantes para o suporte à actividade produtiva, dando prioridade às áreas geográficas de elevado potencial ou aquelas com investimentos em curso no sector agrário, pesqueiro, industrial e turístico;
- Desenvolver o sector industrial, incentivando a transformação interna de matérias-primas para acrescer valor na exportação;
- Criar oportunidades de emprego através da melhoria contínua do ambiente de negócios que favoreça a atracção do investimento privado, a par do fortalecimento do empresariado nacional;
- Melhorar a gestão do ambiente e aumentar a transparência na utilização dos recursos naturais como base importante para o desenvolvimento nacional;
- Melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública e justiça e formação profissional, dando prioridade às áreas com maiores necessidades;
- Consolidar a Administração Pública Central, Local e Autárquica de modo a tornar o Estado cada vez mais próximo e ao serviço do cidadão;
- Expandir o acesso à justiça tornando-a mais célere e próxima dos cidadãos, incluindo os cidadãos economicamente carenciados;
- Reforçar a cooperação internacional orientada para a cooperação estratégica no âmbito económico e para a defesa dos interesses nacionais no contexto internacional.

36. O **Quadro 2** apresenta a projecção dos principais indicadores macro-económicos

Quadro 2. Projecção dos Principais Indicadores Macroeconómicos para 2016

	2015	2015	2016	2016
	Lei	Real	Lei	Prev. Actual
PIB Nominal (milhões de MT)	594,645	589,294	680,487	686,718
Crescimento do PIB real (%)	7.5	6.6	7	4.5
PIB per capita (MT/Pessoa)	23.152	23.641	25.753	25.989
Taxa de Inflação Média Anual (%)	5.1	3.6	5.6	16.7
RIL (valores em milhões USD)	4,5	1,9	2,3	1,2
RIL (meses de cobertura de importação)	4,1	3,8	4,3	3,0
Exportações (Milhões de USD)	4.188	3.415	3.643	3.214
População (Milhões de Hab)	25.728	25.042	26.424	26.424

Fonte: INE, Projecções do Quadro Macro-MEF, BM, 2016

4.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO

37. O crescimento económico, para 2016, é medido pelo Produto Interno Bruto, que assume o ano de 2009, como ano base, definido com base nos resultados do último Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF 2008/9) e a actualização da Classificação de Bens e Serviços (CNBS Rev. 2), de acordo com a nova Classificação Internacional das Actividades Económicas (CAE Rev. 2). Estes constituem pressupostos básicos para a padronização das estimativas nacionais com as internacionais.

38. Para o ano de 2016, espera-se um crescimento económico na ordem de 4,5% que será influenciado pelo desempenho positivo, previsto nos sectores, de Indústria Extractiva (22,8%), Electricidade e Gás (8,7%), Saúde (5,5%), Pescas (4,8%), Educação (4,2%), Agricultura (3,8%), Transportes (3,8%), Comércio (3,5%), Sector Financeiro (3,2%) e Construção (2,8%).

39. As projecções do crescimento da actividade económica por sector de actividade, para 2016, são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 3. Projecção do Produto Interno Bruto para 2016

Ramo de Actividade	2015	2016	
	<i>Real</i>	<i>Lei</i>	<i>Proj. Actual</i>
1. Agricultura, Produção Animal, Caça e Florestas	3.1	6.5	3.8
2. Pesca	4.5	4.8	4.8
3. Indústrias Extractivas	22.5	10.4	22.8
4. Indústria Transformadora	8.5	5.1	5.1
5. Electricidade e Gás	12.2	7.7	8.7
6. Construção	12.0	7.9	2.8
7. Comércio a Grosso e a Retalho	4.4	8.0	3.5
8. Alojamento, restaurantes e similares	8.2	6.1	3.1
9. Actividade de Informação e Comunicação	10.6	8.8	8.6
10. Transportes, Armazenagem	7.6	5.8	3.8
11. Actividades Financeiras e Seguros	5.9	8.2	3.2
12. Administração pública, Defesa e Segurança Social	14.8	5.8	3.0
13. Educação	7.4	8.0	4.2
14. Saúde e acção social	10.2	7.5	5.5
15. Outros Serviços	5.4	4.5	2.5
Taxa de Crescimento do PIB	6.6	7.0	4.5

Fonte: INE e MEF, 2016

40. O desempenho da Indústria Extractiva será influenciado pela dinâmica na extracção do Carvão Mineral, de minérios metálicos e outras indústrias extractivas. Actualmente, a produção do Carvão Mineral está a ser influenciada pela contínua queda dos preços deste mineral no mercado internacional, aliado a desaceleração das economias Brasileira e Chinesa, principais

importadores deste mineral, todavia, espera-se que em 2016 atinja-se cerca de 8 milhões de toneladas, condicionados pela melhoria de logística de Carvão através do Cais de Nacala. Em relação a outros minérios metálicos espera-se um ligeiro crescimento a ser justificado pelo aumento da utilização da capacidade instalada nas Areias Pesadas de Moma e Angoche e o início de extracção de areias pesadas no Chinde, bem como a entrada de novos operadores para extracção de pedras preciosas e semi-preciosas.

41. A actividade agrícola, incluindo a pecuária, foi afectada de forma expressiva por intempéries caracterizadas pela estiagem significativa nas regiões centro (Zambézia, Tete e Sofala) e Sul (Inhambane, Gaza e Maputo) e as cheias/inundações na região norte do país, que influenciarão os níveis de produção para 2016.

42. A desaceleração do sector de Construção é justificada pelos atrasos na execução de alguns empreendimentos, devido a elevação dos custos dos materiais de construção como é o caso do Cimento e Ferro e por outro lado pela suspensão dos desembolsos dos recursos externos para fazer face as despesas de investimento da Construção.

43. A desaceleração do crescimento do **Comércio**, será influenciada por:

- Défice de produtos agrícolas devido a secas e estiagem registada no país;
- Redução das mercadorias importadas devido a acentuada depreciação do Metical face as principais moedas de troca e a consequente queda da procura devido a elevação dos preços no mercado doméstico;
- Redução da despesa pública, especificamente, Bens e Serviços;

4.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

SECTOR MONETÁRIO

44. Em 2016, a Política Monetária continuará a ser orientada para o cumprimento dos principais objectivos macroeconómicos, com destaque para (i) o controle dos níveis de inflação, (ii) o crescimento real do PIB, bem como (iii) a acumulação de Reservas Internacionais Líquidas que assegurem a cobertura adequada das importações de bens e serviços.

45. No quadro do actual regime de política monetária baseado em metas de agregados monetários, num contexto de taxa de câmbio flexível, para sinalizar o sentido da política monetária, o Banco de Moçambique, continuará a privilegiar o uso dos instrumentos de política monetária disponível nos mercados interbancários, complementados pela persuasão moral.

46. Assim, para 2016, no quadro da implementação da Política Monetária, prevê-se o alcance das seguintes metas indicativas:

- Um saldo de reservas internacionais líquidas suficientes para a cobertura de **3 meses** de importações de bens e serviços não factoriais;
- Crescimento da base monetária, não superior a 29,0%, o mesmo nível verificado em 2015;
- Desaceleração da expansão da oferta de moeda (M3) em 15,7 pontos percentuais passando para um limite de 10,4%;
- Aceleração do crescimento do crédito concedido ao sector privado pela banca nacional em cerca de 19,3% para 23,2%.

Quadro 4. Evolução dos Principais Indicadores Monetários

	2014 Realizado	2015 Realizado	2016 Plano In.	2016 Plano
Base Monetária (%)	20,5	29,0	12,0	29,1
Dinheiro e Quase-Dinheiro (M3) em (%)	22,2	26,1	12,3	10,4
Crédito à Economia - Sistema (%)	28,3	19,3	12,3	23,2
RILs (Meses de Cobertura de Importações)	4,1	3,8	4,3	3,0
	Valor anual			
Reservas Internacionais Líquidas (milhões de USD)	2.882	1.994	2.251	1.233

Fonte: BM, 2016, Projeções revistas em Abril de 2016

47. No prosseguimento da implementação das medidas de política para 2016, o Banco de Moçambique prevê realizar, entre outras, as seguintes acções de carácter estrutural:

- Continuar a aprimorar a gestão da política monetária, melhorando o modelo de previsão de liquidez, tendo em vista minimizar os riscos e incertezas da conjuntura económico-financeira interna e internacional;
- Melhorar o quadro de desenho e implementação da política monetária, com destaque para o modelo semi-estrutural de previsão da inflação do Banco de Moçambique, assim como, a comunicação com o público;
- Criar um quadro regulatório de supervisão comportamental que consistirá na elaboração do código de Conduta bancário;
- Elaborar a proposta de regulamento para Lei de Centrais Privadas de Registo de Crédito de Moçambique aprovada pela Assembleia da República em 2015;
- Elaborar a proposta de regulamento do registo de colaterais no âmbito da Lei de Centrais Privadas de Registo de Crédito;
- Estabelecer um quadro regulamentar que visa aumentar o nível de inclusão financeira: definir indicadores da medição do nível de inclusão financeira e criar o portal do cliente;
- Rever as Normas de Fiscalização do Sistema Nacional de Pagamentos;
- A nível regional, continuar a contribuir para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica prossigam, no quadro dos diferentes mecanismos criados na SADC.

4.3. BALANÇA DE PAGAMENTOS

48. A previsão da dinâmica da economia para 2016 indica que, as receitas totais de exportação de bens poderão situar-se em 3.214 milhões de dólares americanos, sendo que os grandes projectos poderão contribuir com cerca de 2.101 milhões de dólares americanos. Para o efeito, espera-se um incremento dos volumes de exportações, principalmente do carvão mineral, à mercê da entrada em operação da linha logística de Nacala. Entretanto, o abrandamento da procura nos mercados emergentes, a persistente apreciação do dólar norte-americano em relação às moedas das economias emergentes e a persistente queda do preço médio das mercadorias no mercado internacional, são factores que poderão influenciar de forma negativa nas receitas de exportação.

49. Em relação às importações, as previsões para 2016, apontam para uma importação total de 6,329 milhões de dólares americanos, dos quais, cerca de 1,152 milhões de dólares

americanos poderão ser realizados pelos grandes projectos, explicado, em parte, pela perspectiva do início da construção da planta de processamento de gás natural na Bacia de Rovuma.

Quadro 5. Evolução da Conta Parcial de Bens (Milhões de USD)

Descrição	2014 Realizado	2015 Realizado	2016 Plano In.	2016 Plano
Conta Parcial de Bens	-4.036	-4.164	-4.220	-3.115
Exportações (fob)	3.916	3.413	3.643	3.214
Das quais: Grandes Projectos	2.429	2.058	2.069	2.101
Importações (fob)	7.952	7.577	7.863	6.329
Das quais: Grandes Projectos	1.487	917	2.058	1.152

Fonte: BM, 2015, Projeções revistas em Abril de 2016

50. As previsões apontam ainda para uma entrada líquida de fundos de Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique, num montante de 1.900 milhões de dólares americanos, realizados fundamentalmente pelos grandes projectos, com destaque para o financiamento da construção da planta de processamento de gás, na Bacia de Rovuma.

4.4. FINANÇAS PÚBLICAS

51. A actuação das finanças públicas estará orientada para a concretização dos objectivos do Governo para o ano de 2016, que tem como enfoque o alcance das metas do crescimento económico, o controle da inflação e a manutenção da sustentabilidade da dívida pública.

52. Para a implementação das acções constantes no presente plano, o Governo contará com um total de recursos de 243,358.2 milhões de Meticais, dos quais 77% correspondem a Recursos Internos e 23% de Recursos Externos, entre donativos e créditos (Quadro 6), o que mostra o esforço do Governo na mobilização de Recursos Internos para financiar as despesas do Estado.

Quadro 6. Equilíbrio Orçamental

	GGE 2015	Lei 2016	Prop. Ajuste 2016	CGE 2015	Lei 2016	Prop. Ajuste 2016	GGE 2015	Lei 2016	Prop. Ajuste
	Milhões de MT			% do PIB			% de Total		
Total de Recursos	214 702.3	246 070.6	243 358.2	36.4%	36.2%	35.4%	100.0%	100.0%	100.0%
Recursos Internos	165 025.3	184 028.8	187 315.1	28.0%	27.0%	27.3%	76.9%	74.8%	77.0%
Receitas do Estado	155 893.0	176 409.2	165 540.9	26.5%	25.9%	24.1%	72.6%	71.7%	68.0%
Crédito Interno	9 132.3	7 619.7	21 767.7	1.5%	1.1%	3.2%	4.3%	3.1%	8.9%
Recursos Externos	49 677.0	62 041.8	56 043.0	8.4%	9.1%	8.2%	23.1%	25.2%	23.0%
Donativos	18 677.4	24 800.0	18 192.7	3.2%	3.6%	2.6%	8.7%	10.1%	7.5%
Créditos	30 999.7	37 241.8	37 850.4	5.3%	5.5%	5.5%	14.4%	15.1%	15.6%
Total de Despesas	200 490.7	246 070.5	243 358.2	34.0%	36.2%	35.4%	93.4%	100.0%	100.0%
Despesas de Funcionamento	117 835.7	136 159.3	143 411.4	20.0%	20.0%	20.9%	54.9%	55.3%	58.9%
Despesas Correntes	117 435.4	135 686.6	142 938.6	19.9%	19.9%	20.8%	54.7%	55.1%	58.7%
Despesas de Capital	400.3	472.8	472.8	0.1%	0.1%	0.1%	0.2%	0.2%	0.2%
Despesas de Investimento	64 077.8	83 865.5	76 014.9	10.9%	12.3%	11.1%	29.8%	34.1%	31.2%
Componente Interna	42 677.4	41 338.8	28 870.3	7.2%	6.1%	4.2%	19.9%	16.8%	11.9%
Componente Externa	21 400.4	42 526.8	47 144.5	3.6%	6.2%	6.9%	10.0%	17.3%	19.4%
Operações Financeiras	18 577.2	26 045.6	23 931.8	3.2%	3.8%	3.5%	8.7%	10.6%	9.8%

Fonte: MEF, 2016

53. Do total das despesas previstas, 58,9% correspondem às despesas de funcionamento, 31,2% para despesas de investimento e os remanescentes 9.8% para operações financeiras.

4.5. PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS

54. O **Quadro 7** mostra a previsão para 2016, do desempenho dos principais indicadores por prioridades do Programa Quinquenal do Governo.

Quadro 7. Desenvolvimento do Capital Humano e Social

Indicadores	PQG (2019-2019)	Plano 2015	Plano 2016	Plano 2016 Revisto
	Meta 2019			
Taxa Líquida de escolarização	86%	82%	82.5%	82.5%
Nº de professores contratados	42.500	8.500	8.500	8.500
Nº de carteiras escolares distribuídas	700.000	96.214	70.000	70.000
Nº de salas de aula construídas	4.500	1.027	800	442
Rácio aluno por professor no Ensino Primário do 1º Grau (ensino público diurno)	57	61	62	62
Nº de livros distribuídos	N/A	13.000.000	14.000.000	14.000.000
Cobertura das vacinações completas a crianças menores de 12 meses	94.0%	87,5%	88.0%	85.0%
Taxa de Cobertura de partos institucionais (%)	75.0%	73.0%	73.0%	73.0%
Nº de profissionais colocados no Sistema de Saúde	N/A	2.430	3.042	2.968
Nº de crianças beneficiárias do TARV	N/A	99.086	104.780	875.943
Nº de fontes de água dispersa construídas e reabilitadas nas zonas rurais	N/A	1.933	2.375	1.150
Nº de sistemas água construídos na zona rural	N/A	12	12	6
Novas ligações domiciliares de água	N/A	46.618	45.050	22.000
Nº de talhões demarcados e infraestruturados	200.500	2.100	4.933	4.933

55. Na área da **educação**, relativamente aos indicadores de cobertura, espera-se que em 2016 a taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe, seja de 82,5% no total e 81,5% para a rapariga, o que significa uma consolidação dos valores observados em 2015.

56. Na contratação de professores, espera-se que em 2016 sejam contratados cerca de 8.500 novos professores, assegurando a sua alocação equitativa, priorizando os distritos com altos rácios alunos por professor.

57. Em termos qualitativos prevê-se, a distribuição de cerca de 70 mil carteiras escolares, bem como a distribuição de cerca de 14 milhões de livros escolares. O rácio alunos por professor no EP1 será de 62 contra os 62,7 observados em 2015.

58. Na área da **saúde**, o Governo envidará esforços para a manutenção da taxa de cobertura de crianças menores de 12 meses de idade completamente vacinadas de 85% em 2016;

e elevar o número de crianças que beneficiam de TARV pediátrico de cerca de 99 mil num universo de 124 mil (80%) para cerca de 105 mil, num universo de 128 mil crianças, em 2016, o que representa uma cobertura de 71%. O Governo pretende ainda colocar cerca de 2.968 novos profissionais de saúde, sendo 557 Médicos, 2.272 de nível médio e 139 de nível básico, de forma a continuar com a melhoria da qualidade de atendimento e prestação de serviços de saúde.

59. No âmbito da expansão do acesso **água potável**, para 2016 prevê-se a construção nas zonas rurais de 1.150 fontes de água dispersas sendo Niassa (37), Cabo Delgado (150), Nampula (375), Zambézia (311), Tete (27), Inhambane (17), Gaza (205) e Maputo (28), beneficiando cerca de 516.900 pessoas; nas zonas urbanas prevê-se reabilitar e expandir 23 sistemas de abastecimento de água das cidades e vilas, bem como estabelecer cerca de 22.000 novas ligações domiciliárias, em Maputo (7.000); Xai-Xai (800); Chókwè (800); Inhambane (800); Maxixe (600); Beira/Dondo (2.000); Chimoio (1.500); Manica (500); Gondola (250); Quelimane (500); Tete (1.000); Moatize (150); Nampula (500); Nacala (500); Angoche (300); Pemba (500); Lichinga (300) e Cuamba (2.000), Mocimboa da Praia (350), Espungabera (300), Ulómgue (250), Caia (250), Praia de Bilene (200), Manjacaze (150) e Moamba (500), beneficiando cerca de 116.600 pessoas.

60. No que tange ao fomento a **habitação**, prevê-se iniciar a construção de 1.392 casas sendo 160 apartamentos em Zintava (Maputo); 32 apartamentos em Chimoio (Manica), 400 casas em Marabo (Zambézia); 400 casas em Chuiba (Cabo Delegado), e 400 casas em Mpadwe (Tete); concluir 167 casas, sendo 25 em Inhambane, 50 na Cidade de Chimoio (Manica), 38 em Chongoene (Gaza), 12 em Massangena (Gaza), 42 em Nampula, assim como demarcar e criar infraestruturas em cerca de 5.000 talhões.

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2016 REVISTO

Quadro 8. Promoção do Emprego, da Produtividade e Competitividade

Indicadores	PQG (2019-2019)	Plano 2015	Plano 2016	Plano 2016 Revisto
	Meta 2019			
Nº de novos empregos criados pelo sector público e privado	1.483.562	296.713	297.152	221.612
Área de regadios construídos e/ou reabilitados (hectares)	16.000	1.386	1.000	1.000
Nº de Silos Construídos ou operacionais	N/A	12	5	0
Nº de projectos de Investigação científica, Inovação e Transferência e Tecnologias implementados	450 (Base 2014-281)	45	50	50

61. Na área do **emprego**, o Governo pretende continuar a promover a criação de emprego nos diversos sectores de actividades, prevendo para 2016 que sejam criados cerca de 222 mil novos empregos, sendo 50 mil com intervenção do sector público, através do INEFP, PERPU, FAIJ, FDD, FDA e outros fundos; 12.6 mil na função pública; cerca de 127 mil do sector privado e aproximadamente 33 mil no exterior.

62. A tecnologia tem um papel chave para o aumento da produtividade em todos os sectores da economia. No âmbito da promoção de investigação científica e inovação, o Governo através do Fundo Nacional de Investigação vai financiar 50 projectos de pesquisa, inovação e transferência de tecnologias.

63. O sector agrícola continuará a constituir prioridade entre as políticas governamentais. Para 2016, prevê-se a operacionalização de Mil hectares do regadio do Vale do Save, em Chimunda, no âmbito do Projecto de Irrigação do Vale do Save, beneficiando cerca de 2 mil produtores. Adicionalmente, prevê-se a reabilitação de 1.300 hectares em Macassane, distrito de Matutuine, bem como a construção de cerca de 970 hectares de regadio, sendo 50 ha, em Gorongosa, 40 ha, em Mueda, 75 ha, em Namacurra, e 800 ha distribuídos pelas províncias de Manica, Zambézia e Sofala.

64. Com vista a melhorar a cadeia de valor dos produtos agrícolas, o Governo pretende produzir e comercializar cerca de 1.590 mil toneladas de produtos agrícolas.

Quadro 9. Desenvolvimento de Infra-estruturas Económicas e Sociais

Indicadores	PQG (2019-2019) Meta 2019	Plano 2015	Plano 2016	Plano 2016 Revisto
% da população com acesso a energia elétrica Exc/Renováveis	33.0%	27.0%	28.9%	28.9%
Novas ligações domiciliárias de energia da Rede Nacional	N/A	100.000	100.000	100.000
Nº de Distritos Eletrificados	N/A	3	6	4
Nº de Postos de Abastecimento de Combustíveis Líquidos construídos	91	20	9	9
Km's de estradas Nacionais e Regionais reabilitadas	2.774	260	172 Km's Nacionais; 304 km's Regionais	60 Km's Nacionais e 84 Km's Regionais
Km's de estradas Nacionais e Regionais asfaltadas	2.097	476	220 Km's Nacionais; 150 km's Regionais	105 Km's Nacionais; 25 km's Regionais
Nº de pontes construídas, reabilitadas e mantidas	57	38	28	27

65. No sector **energético**, prevê-se para 2016 que o número total de consumidores da energia da Rede Eléctrica Nacional (REN) registe aumento em cerca de 6%, permitindo que cerca de 100 mil novos consumidores tenham acesso à energia da REN.

66. No que concerne ao **abastecimento de combustíveis líquidos** serão construídos 3 postos com a seguinte localização: Províncias da Zambézia (Mocuba-Alto Benfica), Sofala (Nhamatanda) e Tete (Marara).

67. De modo a permitir a fluidez na transitabilidade de pessoas e bens, o Governo prevê reabilitar 60 Km's de **estradas nacionais** e 84 de **estradas regionais**, prevendo ainda asfaltar 105 km's de **estradas nacionais** e 25km de **estradas regionais**.

68. Em termos de pontes, está previsto a continuação dos trabalhos de construção de pontes nos seguintes locais: Província da Zambézia: Rios Mutabasse, Muliquela, Matacasse, Lua, Ualasse, Licungo, Nivaco, Matsitse, Namisagua, Nuhusse, Lúrio, Muarua e Chipaca; Província do Niassa: Rios Muassi, Namutimbua e Lunho; Província de Maputo: Marracuene sobre o Rio Incomati; e, Província de Cabo Delgado: Rios Locó.

Quadro 10. Assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente

Indicadores	PQG (2019-2019)	Plano 2015	Plano 2016	Plano 2016 Revisto
	Meta 2019			
Nº de Planos de Estrutura urbana elaborados e implementados	53	6	6	4
Nº de Distrito e Municípios com Planos Locais de Adaptação	5	N/A	10	10
Nº de Distritos Mapeados sobre o risco de Calamidades	<i>Indicador prox</i>	N/A	16	14
Nº de casas construídas nos bairros de reassentamento	N/A	150	250	125
Nº de DUATs emitidos	N/A	500.000	100.000	100,000
Nº de Fogões melhorados produzidos e distribuídos	N/A	1.500	2.500	2,500

69. No que tange ao desenvolvimento territorial, o Governo prevê, atribuir 100.000 DUATs, elaborar e implementar 4 Planos de Estrutura Urbana, em Nampula (Malema), em Tete (Nhamaibué), e em Inhambane (Morrumbene e Jangamo).

70. Com objectivo de reduzir os riscos climáticos ao nível local, está previsto, para 2016, a elaboração de 10 Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas e respectivos instrumentos de orientação, nas províncias de Maputo (Moamba e Marracuene), Sofala (Búzi e Caia), Manica (Macossa e Tambara), Tete (Mutarara e Mágoe) e Niassa (Metarica e Marrupa).

71. Para a melhoria das condições das pessoas que vivem em zonas reassentadas, o Governo prevê construir 125 casas definitivas, nas províncias da Zambézia (72), Tete (27), Niassa (26), beneficiando a 125 famílias que foram afectadas pelas calamidades.

72. No âmbito da Consolidação do Estado de Direito e Boa Governança, para 2016, o Governo prevê melhorar o ambiente de negócios, reduzindo para 8 dias o licenciamento de actividades económicas para a indústria, 2 dias para o comércio e 15 dias para o turismo, igualmente irá envidar esforços para aproximar os serviços de Justiça ao cidadão, incrementando em 5% os casos julgados em relação ao ano de 2015, assim como aumentar o registo de crianças de 0-5

anos de idade para 600 mil crianças, e assegurar a emissão de Bilhetes de Identidade para cerca de 87% de população.

Quadro 11. Consolidação do Estado de Direito democrático, Boa Governação e Descentralização

Indicadores	PQG (2019-2019)	Plano 2015	Plano 2016	Plano 2016 Revisto
	Meta 2019			
Nº de dias para o licenciamento	6	10	8 dias em média para o licenciamento em Indústria; 2 dias para Comércio e 15 dias para o turismo	8 dias em média para o licenciamento em Indústria; 2 dias para Comércio e 15 dias para o turismo
Nº de vistos de fronteira emitidos	712.000	N/A	13.240	13.240
% de casos julgados por ano	95%	5%	Aumentados em 5% os casos julgados em relação ao ano anterior	Aumentados em 5% os casos julgados em relação ao ano anterior
% de B.Is produzidos em relação aos solicitados	52,9	85%	87%	87%
Número de edifícios para o funcionamento dos Órgãos Locais do Estado e de Conselhos Municipais	90 (Distritos), 80 (Postos Administrativos) e 60 Localidades	22	22 (OLE's - 7 em construção e 5 iniciadas obras. Municípios: 7 em construção, e 1 concluída e 2 iniciadas obras) (Municípios - em Construção 7 , Concluir 1 e Iniciar 2)	22 (OLE's - 7 em construção e 5 iniciadas obras. Municípios: 7 em construção, e 1 concluída e 2 iniciadas obras) (Municípios - em Construção 7 , Concluir 1 e Iniciar 2)

V. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA E ACÇÕES POR PRIORIDADES E PILARES DE SUPORTE

PRIORIDADES DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO

5.1. CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA

PRIORIDADE I: CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA									
Objectivo Estratégico (I): Defender e consolidar a Unidade Nacional e a cultura de paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural									
Programa: Consolidar a Unidade Nacional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
1	Realizar a educação cívico-patriótica (ECP) no sector da defesa	Número de formandos, aulas, palestras, seminários e visitas realizadas	100 educandos formados, 270 aulas de ECP, 30 palestras, 3 seminários e 9 visitas	100 educandos formados, 270 aulas de ECP, 30 palestras, 3 seminários e 9 visitas	X	X	Todas as Províncias	População em geral	MDN
2	Realizar recenseamento militar, assegurando a equidade do género bem como a incorporação de prestadores para o Serviço Cívico de Moçambique	Número de jovens abrangidos	190.000	190.000	X	X	Todas as Províncias	Jovens em idade de cumprimento do Serviço Militar	MDN
3	Realizar as fases Distritais, Provinciais de Jogos Tradicionais	Número de jovens abrangidos	4.260 (1.065 Mulheres e 3.195 Homens)	4.260 (1.065 Mulheres e 3.195 Homens)	X	X	Província de Maputo (210), Cidade de Maputo (210), Gaza (330), Inhambane (380), Sofala (390), Manica (270), Tete (360), Zambézia (600), Namíbia (540), Cabo Delgado (510) e Niassa (450)	4.260 (1.065 Mulheres e 3.195 Homens)	MJD
4	Realizar IV Festival Nacional de Jogos Tradicionais	Número de jovens abrangidos	160	160		X	Festival Nacional (Manica)	160 (80 Mulheres e 80 Homens)	MJD
5	Realizar actividades comemorativas da Semana Nacional do Desporto	Número de Praticantes envolvidos	122.020	50.000		X	Província de Maputo (12.000), Cidade de Maputo (10.000), Gaza (10.500), Inhambane (13.700), Sofala (3525), Manica (2345), Tete (7.300), Zambézia (14.000), Namíbia (16.000), Cabo Delgado (18.750) e Niassa (4.000)	122.020 Praticantes e população em geral (61.010 Mulheres e 61.010 Homens)	MJD
		Número de Praticantes envolvidos	1.500	1.500		X	Cerimónia Central (Manica)	1.500 jovens	MJD
6	Promover a divulgação de conteúdos informativos em línguas nacionais	Número de horas de transmissão em línguas nacionais	2.790	2.790	X	X	Todo país	Todo território nacional	GABINFO
			425,8	425,8	X	X	Todo país	População em geral	GABINFO
7	Fazer a cobertura informativa das principais realizações, através da produção de debates, reportagens, entrevistas e transmissões em directo, das áreas política, economia, cultura e desportiva	Número de programas produzidos e transmitidos	538	538	X	X	Todo país	População em geral	GABINFO
		Número de programas produzidos e radiodifundidos	10.006	7.500	X	X	Todo país	População em geral	GABINFO

PRIORIDADE I: CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA									
Objectivos Estratégicos (i) Defender e consolidar a Unidade Nacional e a cultura de paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural									
Programa: Valorização do Património Cultural									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
8	Realizar exposições fotográficas sobre os Heróis da Luta de Libertação Nacional	Número de exposições fotográficas realizadas	3	2	X	X	Niassa e Gaza	População em geral	MICO
9	Realizar o IX Festival Nacional da Cultura	IX Festival Nacional de cultura realizado	1	1	X	X	Cidade da Beira	População em geral	MICULTUR
10	Divulgar o património cultural tangível e intangível, vida e obra dos Heróis Nacionais (através de palestras, manuais sobre património cultural, exposições artístico-culturais e distribuição de livros sobre a biografia dos heróis	Número de palestras, manuais divulgados e exposições realizadas	80 palestras realizadas 11 exposições acompanhados da divulgação de manuais e 2.000 livros distribuídos	80 palestras realizadas e 2.000 livros distribuídos	X	X	Capitais Provinciais	População em geral	MICULTUR
11	Realizar pesquisas sobre memórias da Luta de Libertação Nacional	Número de pesquisas realizadas	4	1		X	Insidência da pesquisa para Cabo Delgado, Tete e Zambézia	Combatentes e Sociedade no geral	MICULTUR
12	Realizar a Exposição Nacional de Arte	Número de Exposição Nacional de Arte realizada	1	1		X	Cidade de Maputo	População em geral	MICULTUR
PRIORIDADE I: CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA									
Objectivo Estratégico: (ii) Defender a soberania, a reafirmação das fronteiras marítimas e terrestres e consolidar as missões perenes e de interesse público									
Programa: Fronteiras Marítimas e Terrestres									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
13	Proseguir com o processo de reafirmação da fronteira terrestre com os países vizinhos, e determinar a linha de base ao longo da costa marítima nacional	Kms de fronteiras reafirmadas e mapeadas	697 Km de fronteiras reafirmadas e 396 Km de fronteiras mapeadas (Malawi e Zâmbia)	510 Km de fronteiras reafirmadas	X	X	Ao longo da extensão de fronteiras com Malawi	População em geral	MINEC

5.2. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (i): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano									
Programa: Acesso a Educação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
14	Contratar novos professores para o ensino primário	Número de Professores Contratados	7.280	7.280	X		Niasa (310), Cabo Delgado (320), Nampula (1.108), Zambezia (2.009), Tete (699), Manica (619), Sofala (553), Inhambane (453), Gaza (395), Maputo (555) e Cidade de Maputo (159)	550.000 alunos do ensino primário	MINEDH
		Rácio alunos por professor no Ensino Primário do 1 grau (ensino público diurno)	62	62	X		Todo o País	Alunos do Ensino Primário	MINEDH
15	Contratar novos professores para o ensino secundário	Número de Professores Contratados	1.110	1.110	X		Niasa (30), Cabo Delgado (33), Nampula (147), Zambezia (153), Tete (130), Manica (202), Sofala (64), Inhambane (90), Gaza (118), Maputo (110) e Cidade de Maputo (33)	42.180 alunos do ensino secundário	MINEDH
16	Implementar programas virados para participação e retenção dos alunos na idade certa	Taxa Líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe	82,5% (81,5% reparigas)	82,5% (81,5% reparigas)	X		Todo o País	Alunos do ensino primário (6 anos)	MINEDH
17	Distribuir o livro escolar para todas as escolas primárias	Número de livros impressos e distribuídos	14.145.000	14.145.000	X		Niasa (800.000), Cabo Delgado (955.000), Nampula (2.416.000), Zambezia (3.408.000), Tete (1.276.000), Manica (1.059.000), Sofala (1.131.000), Inhambane (878.000), Gaza (795.000), Maputo (922.000) e Cidade de Maputo (505.000)	Alunos do ensino primário	MINEDH
18	Aumentar a oferta de vários programas na área de Alfabetização e Educação Não Formal	Número de alfabetizadores contratados	20	20	X		Niasa (1.323), Cabo Delgado (1.340), Nampula (4.128), Zambezia (5.204), Tete (1.324), Manica (1.643), Sofala (1.342), Inhambane (972), Gaza (1.708), Maputo (147) e Cidade de Maputo (619)	868.826 formandos e educandos (sendo 551.553 mulheres)	MINEDH
19	Continuar a implementar a estratégia para a expansão do Programa do Ensino à Distância (PESD)	Número de alunos abrangidos	35.016	35.016	X		Niasa (1.338), Cabo Delgado (1.668), Nampula (2.561), Zambezia (1.586), Tete (1.670), Manica (3.707), Sofala (4.850), Inhambane (4.618), Gaza (924), Maputo (6.767) e Cidade de Maputo (5.327)	35.016 alunos (sendo 16.834 alunas)	MINEDH
20	Adquirir e distribuir carteiras escolares	Número de carteiras escolares adquiridas	70.000	70.000	X	X	Todo o País	Alunos	MINEDH

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objectivo estratégico (I): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano

Programa: Acesso a Educação

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
21	Realizar a formação psicopedagógica de docentes	Número de docentes do Ensino Técnico Profissional com formação psicopedagógica	213	213	X	X	Maputo Cidade, Maputo Província, Inhambane, Tete Zambezia, Cabo Delgado, Nampula e Niassa	213 docentes (sendo 44 mulheres)	MCTESTP
		Número de docentes do Ensino Superior com formação psicopedagógica	520	520	X	X	Nacional	520 docentes (sendo 220 mulheres)	MCTESTP
22	Capacitar estudantes universitários e alunos do ensino secundário no quadro da promoção da iniciação científica e interesse pelas ciências básicas	Número de alunos do ensino secundário capacitados em ciências básicas	2.000	2.000	X	X	Cidade de Maputo (266), Província de Maputo (205), Gaza (165), Inhambane (203), Soáia (169), Manica (170), Tete (141), Zambezia (255), Nampula (259), Cabo Delgado (71) e Niassa (96)	2.000 alunos do ensino secundário	MCTESTP
		Número de estudantes universitários capacitados para Iniciação Científica	100	50	X	X	Nacional	50 estudantes universitários (sendo 25 mulheres)	MCTESTP
23	Conceder Bolsas de Estudo para os níveis de Licenciatura e Pós-Graduação	Número de bolsas de estudo de Pós-Graduação atribuídas a investigadores (Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento)	50	50	X		Nacional	50 estudantes (sendo 25 mulheres)	MCTESTP
		Número de bolsas de estudo de Pós-Graduação atribuídas a docentes (Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento)	185	100	X	X	Nacional	100 estudantes (sendo 40 mulheres)	MCTESTP
		Número de bolsas de estudo de Licenciatura atribuídas a Estudantes	600	400	X	X	Nacional	400 estudantes (sendo 100 mulheres)	MCTESTP
24	Financiar projectos para a melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem através de fundos competitivos	Número de projectos financiados	46	46		X	Todas as províncias	Instituições de ensino superior	MCTESTP

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (I): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano									
Programa: Acesso a Educação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
25	Avaliar cursos e programas das Instituições do Ensino Superior	Número de Instituições do Ensino Superior avaliadas para acreditação	3	3		X	Região sul, centro e norte do País	3 instituições de ensino superior	MCTESTP
		Número de Cursos avaliados para acreditação	25	25		X	Região Sul, centro e norte do País	Estudantes	MCTESTP
26	Formar técnicos médios em topografia, cartografia e planeamento físico e ambiente	Número de técnicos formados	150	150	X	X	Maputo província	150 Formandos	MITADER
27	Formação de técnicos para avaliação de diamantes em bruto, metais preciosos e gemas	Número de técnicos formados	60	20	X	X	Províncias de Cabo Delgado, Namputa e Cidade de Maputo e Bélgica, China e Índia	Técnicos do MIREME, MINIT, MIC e Autoridade Tributária	MIREME
28	Atribuir Bolsas de estudo para o ensino superior	Número de bolsas de estudo atribuídas	500	500	X		Todas províncias	Combatentes e seus filhos	MICO
29	Formar oficiais e sargentos nos estabelecimentos de ensino militar nacional e no estrangeiro bem como realizar cursos de adequação e capacitação dos oficiais	Número de oficiais e sargentos formados	1.145	1.145	X	X	Nampula (250), Maputo (750) e no exterior (145)	1.145 oficiais e sargentos formados	MDN
30	Garantir a formação especializada dos prestadores, pessoal técnico-administrativa do Serviço Cívico de Moçambique (SCM)	Número de jovens e de pessoal militar formados	1.000	1.000	X	X	Todas as Províncias	Jovens em idade militar e Militares	MDN

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (I): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de cortecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano									
Programa: Acesso a Educação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revisita	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
31	Promover a formação profissional inicial e contínua, incluindo a reconversão profissional	Número de pessoas formadas	16.501 formados pelos Centros de Formação Profissional (CFP) do INEFP	11.621 formados pelos Centros de Formação Profissional (CFP) do INEFP	X	X	Niassa (479); Cabo Delgado (1.643); Nampula (2.023); Zambézia (952); Tete (1.141); Manica (790); Soáia (1.960); Inhambane (700); Gaza (541); Maputo Província (490) e Maputo Cidade (896)	Candidatos a Emprego (85% jovens e 35% mulheres)	MITESS
			21.712 formados por outros CFP públicos	15.198 formados por outros CFP públicos	X	X	Niassa (2.426); Cabo Delgado (420); Nampula (1.827); Zambézia (2.856); Tete (1.715); Manica (1.820); Soáia (490); Inhambane (1.400); Gaza (1.240); Maputo Província (70) e Maputo Cidade (935)	Candidatos a Emprego (85% jovens e 35% mulheres)	MITESS
			90.840 formados pelos CFP privados	63.588 formados pelos CFP privados	X	X	Niassa (1.040); Cabo Delgado (2.140); Nampula (11.500); Zambézia (4.032); Tete (5.194); Manica (5.300); Soáia (10.850); Inhambane (700); Gaza (1.292); Maputo Província (11340) e Maputo Cidade (10.150)	Candidatos a Emprego (85% jovens e 35% mulheres)	MITESS
32	Estabelecer Unidades Móveis de Formação Profissional	Número de novas unidades móveis operacionalizadas	8 unidades móveis	8 unidades móveis		X	Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica, Soáia, Inhambane e Maputo Província	Candidatos ao Emprego e Empregadores	MITESS
33	Formar formadores e capacitar quadros do MITESS e parceiros sociais em diversas matérias	Número de formadores: IELAC - áreas de Higiene e Segurança no Trabalho, Protecção Social e Mediação de Conflitos Laborais; INEFP - Formação Psico-pedagógica 17 formadores; Formação de 12 formadores na área de Manutenção Industrial; Formação Inicial técnica e pedagógica de 10 formadores para cursos de operadores de equipamentos de mina e construção; Capacitar 11 formadores na área de electricidade em energias renováveis, sendo 1 por cada Província	11 do IELAC e 50 do 11 do IELAC e 50 do formadores do INEFP	11 do IELAC e 50 do formadores do INEFP	X	X	11 formadores do IELAC na Cidade de Maputo; INEFP: Formação Psico-pedagógica 17 , sendo: Maputo (3); Inhambane (2); Soáia (2); Tete (2); Nampula (2); Zambézia (2); Cabo-Delgado (2) e Niassa (2); Formação em Manutenção Industrial 12 sendo: Maputo (2); Soáia (2); Inhambane (2); Tete (2); Cabo-Delgado (2); Quelimane (2) e Nampula (2); Formação Inicial cursos de operadores de equipamentos de mina e construção 10 , sendo: Maputo (2); Tete (2); Soáia (2); Nampula (2) e Cabo-Delgado (2); Capacitar 11 na área de electricidade em energias renováveis (electricitação através de painéis solares), sendo 1 por cada província	Estudantes e público em geral	MITESS

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (II): Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbimortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis									
Programa: Provisão de Cuidados de Saúde									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
34	Aumentar a cobertura de Partos institucionais de 71% em 2014 para 73% em 2016	% ou número de partos institucionais realizados	73% (868.016/1.189.063)	73% (868.016/1.189.063)	X	X	Niasa (56.573); Cabo Delgado (63.179); Nampula (168.522); Zambézia (161.709); Tele (86.031); Manica (65.762); Sofala (68.957); Inhambane (50.051); Gaza (47.373); Maputo - Província (58.551) e Maputo-Cidade (41.307)	Mulheres grávidas elegíveis	MISAU
35	Aumentar a cobertura de TARV de Mulheres Grávidas sero positivas de 86% em 2014 para 90% em 2016	% ou número de mulheres grávidas seropositivas em TARV	90% (84.887)	90% (84.887)	X	X	Niasa (1.809); Cabo D elgado (5.980); Nampula (9.433); Zambézia (16.359); Tele (4.347); Manica (6.655); Sofala (8.195); Inhambane (3.804); Gaza (10.730); Maputo - Província (9.837) e Maputo-Cidade (7.737)	Mulheres grávidas elegíveis	MISAU
36	Aumentar o número de Adultos que beneficiam de TARV (Tratamento Anti Retroviral) de 650.938 (813.672 (80%)) para 70% (851.813/1.214.696)	% ou número de adultos positivos em TARV	87% (780.384/895.918)	70% (851.813/1.214.696)		X	Adultos em TARV: Niasa (19.910/28.824 - 69%), Cabo Delgado (50.071/82.873 - 60%), Nampula (72.902/111.471 - 65%), Zambézia (133.159/217.212 - 61%), Tele (49.519/63.988 - 77%), Manica (67.751/107.712 - 63%), Sofala (94.990/118.025 - 80%), Inhambane (45.823/ 52.344 - 88%), Gaza (106.174/149.288 - 71%), Maputo Província (92.774/171.397 - 54%) e Maputo Cidade (118.738/111.581 - 106%)	Adultos elegíveis a TARV	MISAU
37	Aumentar o número de crianças que beneficiam de TARV pediátrico de 99.086/123.858 (80%) para 70.241/99.325 (71%)	% ou número de crianças em TARV	82% (104.779/127.609)	71% (70.241/99.325)		X	Niasa (1.562/ 2.346 - 67%), Cabo Delgado (4.207/ 6.744 - 62%), Nampula (6.714/9.071 - 74%), Zambézia (10.877/21.789 - 50%), Tele (3.522/6.419 - 55%), Manica (5.554/10.805 - 51%), Sofala (8.539/11.839 - 72%), Inhambane (4.150/3.274 - 127%), Gaza (9.233/9.337 - 99%), Maputo Província (8.106/10.722 - 76%) e Maputo Cidade (7.777/6.980 - 111%)	Crianças elegíveis a TARV	MISAU

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (ii): Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbimortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis									
Programa: Controlo e Prevenção de Doenças									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
38	Realizar campanha de Pulverização intradomiciliar, ciclo 2016 (PIDOM)	% de casas pulverizadas nas áreas designadas	95% (903.275)	85% (570.153/670.768)		X	Maputo: Matutine (4.709, Namaacha (5.948), Moamba (7.911), Manhiça 16.101); Gaza: Xai-Xai (14.837), Sofolá: Dondo (10.052, Buzi (11.078), Caia (17.185), Manica: Chimio (36.911), Manica (16.485), Gondola (19.928), Susundenga (9.652), Zambézia: Queimane (65.884), Mocuba (89.894), Morrumbala (107.075), Milange (149.651); Nampula: Cidade de Nampula (72.561), Monapo (21.731) e Ilha de Mocimboque (3.176)	Número de famílias beneficiadas (3.974.362)	MISAU
39	Distribuir Redes Mosquiteiras Impregnadas com Insecticida de Longa Duração (REMILDS)	Número de REMILDS distribuídas	100% (2.850.360)	100% (2.850.360)	X	X	Nampula: Cidade de Nampula (354.760), Angoché (184.560), Erati-Namapa (175.880), Ilha de Mocimboque (31.080), Lalaua (49.360), Malema (109.920), Mecouta (108.080), Mecuburi (104.120), Memba (147.800), Mogincual (92.680), Mogovolas (248.920), Moma (206.520), Monapo (212.480), Mossuril (77.840), Muecate (64.480), Murupula (95.360), Cidade de Nacala (135.440), Nacala Velha (68.640), Nacarua (70.600), Distrito de Nampula (162.000) e Ribeira (146.840)	População de Nampula (5.130.037)	MISAU
40	Aumentar a taxa de notificação da TB de todas as formas de 233 em 2014 para 294 em 2016 por 100.000 habitantes	Taxa/número de casos de TB notificados	77.685 (294/100.000)	77.685 (294/100.000)	X	X	Niasa (2.992), Cabo Delgado (4.196), Nampula (10.080), Zambézia (13.892), Teia (4.702), Manica (5.477), Sofolá (8.876), Inhambane (4.204), Gaza (7.574), Maputo Província (7.713) e Maputo Cidade (7.980)	Pacientes com tuberculose (TB)	MISAU
41	Manter a taxa de despije da tuberculose infantil, dos 10% de 2014 para 10% em 2016	Proporção/ número de Casos TB infantil notificados	10% (7.813)	10% (7.813)	X	X	Niasa (392, 13%), Cabo Delgado (328, 9%), Nampula (1.118, 13%), Zambézia (1.403, 10%), Teia (470, 10%), Manica (557, 10%), Sofolá (888, 9%), Inhambane (509, 10%), Gaza (723, 10%), Maputo Província (714, 9%) e Maputo Cidade (711, 9%)	Crianças com TB infantil	MISAU
42	Aumentar a taxa de cobertura de crianças menores de 12 meses de idade completamente vacinadas de 82% em 2014 para 85% em 2016	%/ número de crianças completamente vacinadas	88% (906.859)	85% (875.943)	X	X	Niasa (57.089/67.164), Cabo Delgado (63.756/75.007), Nampula (17.006/200.071), Zambézia (163.861/91.983), Teia (86817/102.138), Manica (66363/78.074), Sofolá (69567/81.867), Inhambane (50509/59.422), Gaza (47806/56.242), Maputo Província (59086/69.513) e Maputo Cidade (41685/49.041)	Crianças do grupo Alto	MISAU

Objectivo estratégico (ii): Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbi-mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis									
Programa: Controlo e Prevenção de Doenças									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
43	Realizar a Semana Nacional de Saúde implementando o Pacote da Nutrição (Suplementar com vitamina A às crianças 6 - 59 meses, despastar as crianças 12 - 59 meses)	%/ número de crianças 6-59 meses suplementadas com vitamina A	95% (4.116.800)	95% (4.116.800)		X	Niassa (288.311), Cabo Delgado (299.645), Nampula (799.260), Zambézia (766.949), Tete (408.027), Manica (311.895), Soáia (327.048), Inhambane (237.382), Gaza (224.678), Maputo Província (277.695) e Maputo Cidade (195.911)	Crianças 6-59 meses	MISAU
		%/ número de crianças 12-59 meses despastadas	95% (3.639.854)	95% (3.639.854)		X	Niassa (237.226), Cabo Delgado (264.930), Zambézia (678.095), Tete (360.755), Nampula (706.663), Soáia (289.158), Manica (275.761), Inhambane (209.881), Gaza (198.648), Maputo Província (245.523) e Maputo Cidade (173.214)	Crianças 12-59 meses	MISAU
		Número de indústrias com Micro doseadores e PREMIX	20 indústrias	20 indústrias		X	Províncias de Maputo, Soáia, Manica, Tete, Zambézia e Nampula	20 indústria	MIC
44	Implementar os programas de redução da desnutrição através da utilização de alimentos fortificados	Número de Estratégia Nacional de Fortificação de Alimentos (2016-2021) aprovada	1	1		X	Todo o País	Indústria e Público em geral	MIC
		Número de produtores do sal capacitados	50	50	X	X	Maputo, Inhambane, Soáia, Zambézia Nampula e Cabo Delgado	Produtores de sal	MIC
		Número de indústrias de produtos fortificados monitoradas (óleo, farinha de trigo e milho, açúcar)	38 indústrias	38 indústrias	X	X	Maputo, Soáia, Zambézia, Nampula, Tete e Manica	Intervenientes na cadeia	MIC

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (ii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Programa: Abastecimento de água									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
45	Reabilitar e expandir sistemas de abastecimento de água das cidades e vilas	Número de sistemas reabilitados ou expandidos	28	20	X	X	Maputo (30 Km Conduita adutora, concluir Centro Distribuidor de Intaka); Nacala (construção de 3 furos); Lichinga (estudos geofísicos e abertura de furos e reabilitação da estação de bombagem - apenas será iniciado os estudos); Tete (construção de 2 furos- apenas será contratado o empreiteiro); Quelimane (Construção de 2 furos); Manica (Reabilitacao da captação de Chicamba- Apenas será realizado estudos para realocação da captação); Inhambane (construção de 3 furos novos); Chibuto (fase II)(50%); Massangena (60%); Espungabera (100%); Chigubo(50%); Guro (50%); Milange (30%); Chiture (30%); Alto Molocue (15%); Jangamo (50%); Morrumbene (50%); Homoine (50%); Mabote (40%); Marroneu (10%), Chude (40%), Chomba (40%) e N'atchinga (40%).	472.932 (245.925 M e 227.007 H)	MOPHRH
46	Estabelecer ligações domiciliárias e construir fontanários públicos	Número de ligações domiciliárias estabelecidas	45.050	22.000	X	X	Maputo (7.000 LD); Xai-Xai (800 LD); Chókwe (800 LD); Inhambane (800 LD); Maxixe (600 LD); Beira/Dondo (2.000 LD); Chimio (1.500 LD); Manica (500 LD); Gondola (250 LD); Quelimane (500 LD); Tete (1.000 LD); Moatize (150 LD); Nampula (500 LD); Nacala (500 LD); Angoché (300 LD); Pemba (500 LD); Lichinga (300 LD) e Cuamba (2000 LD), Mocimboa da Praia (350 LD), Espungabera (300 LD), Uílongue (250 LD), Caia (250 LD), Praia de Bilele (200 LD), Manjacaze (150 LD) e Moamba (500 LD).	116.600 (60.632 M e 55.968H)	MOPHRH
		Número de fontanários construídos	29	29	X	X	Maputo (9); Beira/Dondo (5); Quelimane (1); Nampula (6); Nacala (1); Angoché (1); Pemba (1); Lichinga (1) e Cuamba (4)	8.700 Pessoas	MOPHRH
47	Expandir redes de distribuição de água	Kms de rede de distribuição	221	221	X	X	Cuamba (50 km), Quelimane (25 km, Nacala (60 km) e Maputo (66 km)	224.500 Pessoas	MOPHRH

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação

Programa: Abastecimento de água

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
48	Construir e reabilitar fontes de água dispersas	Número de fontes dispersas construídas	1.723	1.150	X	X	Niassa (37), Cabo Delgado (150), Nampula (375), Zambézia (311), Teie (27), Inhambane (17), Gaza (205) e Maputo (28).	345000 (179/400M e 165600-H)	MOPHRH
		Número de fontes dispersas reabilitadas	638	638	X	X	Niassa (40), Cabo Delgado (80), Nampula (150), Zambézia (65), Teie (30), Manica (91), Soábia (65), Inhambane (14), Gaza (53) e Maputo (80)	191.400 Pessoas	MOPHRH
49	Construir/ reabilitar sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais	Número de sistemas construídos e reabilitados	13	6	X	X	Namanhuhir e Bilbiliza (Provincia de Cabo Delgado), Calipo e Alua (Provincia de Nampula), Molumbo e Lioma (Provincia da Zambézia)	19200 (9984M e 9216-H)	MOPHRH

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação

Programa: Saneamento do meio e promoção de higiene

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
50	Realizar campanhas de mobilização e sensibilização das comunidades vivendo nas zonas rurais, sobre boas práticas de higiene e saneamento para de latrinas	Número de aldeias Livres do Fecalismo a Céu Aberto nas zonas rurais	1.097	1.097	X	X	Maputo(155), Gaza (216), Inhambane(200), Soábia(95), Manica(92), Teie(48), Zambézia(32), Nampula(150), Cabo Delgado (30) e Niassa(79)	548.500 Pessoas	MOPHRH

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação

Programa: Habitação e Urbanismo

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
51	Demarcar talhões no âmbito da urbanização básica das zonas rurais e urbanas	Número de Talhões demarcados	4.933	4.933		X	Cabo Delgado (360), Niassa (562), Nampula (892), Zambézia (862), Soábia (368), Manica (316), Teie (399), Inhambane (386), Gaza (275), Maputo Provincia (270) e Maputo Cidade (245)	4.933 agregados familiares	MOPHRH

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação										
Programa: Habitação e Urbanismo										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.	
					I Sem	II Sem				
52	Promover a auto-construção de habitação através da atribuição de lotes infraestruturados e distribuição de projectos-tipo	Número de lotes atribuídos	2.000	2.000		X	Cabo Delgado (159), Niassa (116), Namúlia (394), Zambezia (380), Soáia (162), Manica (139), Tete (176), Inhambane (126), Gaza (121), Maputo Província (119) e Maputo Cidade (108)	2.000 agregados familiares	MOPHRH	
		Número de projectos-tipo distribuídos	304	152	X	X	Cabo Delgado (17), Niassa (16), Namúlia(23),Zambezia (22), Soáia (13), Manica (12), Tete(15), Inhambane (14), Gaza (12) e Maputo Província (8)	152 agregados familiares	MOPHRH	
53	Iniciar a construção de casas no âmbito de Fomento de Habitação	Número de casas iniciadas	1.440	1.392	X	X	Edifícios de 4 pisos: 160 Apartamentos Zintava (Maputo); 32 Apartamentos Chimio (Manica); 400 casas em Marabo (Zambezi); 400 casas Chubba (Cabo Delgado) e 400 casas Mpadwe (Tete)	1.392 Agregado Familiares	MOPHRH	
54	Concluir a construção de casas no âmbito de Fomento de Habitação	Número de casas concluídas	225	125	X	X	25 Inhambane, 50 Cidade de Chimio (Manica), 38 Chongone (Gaza), 12 Massangena (Gaza)	125 Agregado Familiares	MOPHRH	
55	Apoio à auto-construção	Número de casa apoiadas	200	100	X	X	75 Maputo e 25 Gaza	100 Agregado Familiares	MOPHRH	
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação										
Programa: Provisão dos Serviços de Transporte										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.	
					I Sem	II Sem				
56	Adquirir autocarros para o transporte público urbano	Número de autocarros	213 (173 assegurados pelo Sector público e 40 sector privado)	130 (Sector Público 130)	X	X	Capitais provinciais	População	MTC	
57	Reabilitar vagões para o Sistema Ferroviário Sul	Número de vagões reabilitadas	115	100		X	CFM-SUL	População	MTC	

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Programa: Provisão dos Serviços de Transporte									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
58	Adquirir embarcações	Número de embarcações adquiridas para travessia de passageiros	1	1		X	Maputo	População	MTC
59	Implementar o Sistema de Fiscalização e de Registo de Acidentes de Viagem	Número de Capitais Provinciais Cobertas pelo Sistema	11	11		X	Todo País	Automobilistas	MTC
60	Implementar o Sistema de Vigilância automática do espaço aéreo nacional - ADSB	% do espaço aéreo coberto	100%	100%	X	X	Todo País	Aviação e população	MTC
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Programa: Provisão dos Serviços de Comunicação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
61	Certificar aeroportos de Moçambique	Número de aeroportos certificados	5	5	X	X	Beira, Tete, Nampula, Quelimane e Pemba	Aviação	MTC
62	Expandir a rede de Telefonia móvel para as Localidades	Número de novas Localidades cobertas por serviços de Telecomunicações (voz, dados e internet)	50	50	X	X	Caixa (4), Inhambane (3), Soáia (5), Manica (5), Zambezia (6), Tete (7), Nampula (6), Niassa (8) e Cabo Delgado (6)	População	MTC
63	Concluir o processo de cobertura de rádio difusão digital no País	Número de emissores instalados	32	18		X	Todo País	População	MTC
64	Produção de Programas Rádiofónicos e Televisivos Educativos e Informativos e Difusão através do RTNE e Programa Campo e Desenvolvimento na RM e programa Canal Zero na TVM	Número de Programas Rádiofónicos e Televisivos Produzidos e Difundidos	432 Programas rádiofónicos e 48 Programas Televisivos	432 Programas rádiofónicos e 48 Programas Televisivos	X	X	Todo País	70% da população nacional	GABINFO

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população

Programa: Juventude e Desporto

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
65	Apoiar as actividades juvenis através de assinatura de contratos programa	Número de contratos programas assinados	11 CPJ's, 1 CNJ e 1 CNV	11 CPJ's, 1 CNJ e 1 CNV	X		Provincia de Maputo (1); Maputo Cidade (1), Gaza (1), Inhambane (1), Sofala (1), Manica (1) Teie (1), Zambézia (1), Nampula (1), Cabo Delgado (1), Niassa (1) e Nivel Central (2)	2.000.000 jovens de Todo o Pais	MJD
66	Realizar sessões de diálogo permanente com jovens de diversos estratos sociais	Número de jovens abrangidos	37.875	37.875	X	X	Provincia de Maputo (600); Maputo Cidade (600), Gaza (3.600), Inhambane (2.600), Sofala (2.600), Manica (2.500), Teie (2.500), Zambézia (4.400), Nampula (4.600), Cabo Delgado (1.700) e Niassa (9.475)	37.875 Jovens	MJD
67	Realizar actividades recreativas e educativas para a promoção da rapariga através do Projecto Menina Biz na Comunidade e de outros programas locais	Número de Raparigas adolescentes e jovens abrangidas	8.800	8.800	X	X	Provincia de Maputo (600); Maputo Cidade (600), Gaza (1.200), Inhambane (500), Sofala (600), Manica (1.000) Teie (800), Zambézia (1.000), Nampula (1.000), Cabo Delgado (800) e Niassa (700)	8.800 Adolescentes e Jovens	MJD
68	Realizar actividades de sensibilização e formação em Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV, alcool e Drogas para adolescentes e Jovens (Geração Biz) nas comunidades e autarquias	Número de jovens activistas formados	960	960	X	X	Maputo Provincia (120), Maputo Cidade (60), Gaza (90), Inhambane (120), Sofala (60), Manica (60), Teie (60), Zambézia (150), Nampula (120), Cabo Delgado (60) e Niassa (60)	960 Jovens activistas formados (sendo 480 mulheres)	MJD
		Número de adolescentes e jovens abrangidos	188.900	95.300	X	X	Maputo Provincia (1.000), Maputo Cidade (1.500), Gaza (4.000), Inhambane (19.800), Sofala (650), Manica (1.500), Teie (3.250), Zambézia (26.250), Nampula (25.000), Cabo Delgado (11.900) e Niassa (450)	95.300 Jovens sensibilizados	MJD
		Número de treinadores e gestores desportivos formados	200	90		X	Nacional	90 treinadores e gestores (sendo 125 mulheres)	MJD
69	Formar Agentes Desportivos	Número de animadores desportivos formados	2.165	1.102		X	Provincia de Maputo (92), Cidade de Maputo (50), Gaza (180), Inhambane (295), Sofala (50), Manica (105), Teie (105), Zambézia (105), Nampula (45), Cabo Delgado (30) e Niassa (45)	1.102 animadores desportivos formados	MJD
70	Financiar actividades desportivas através de assinatura de contratos programa com as Federações Nacionais, organismos desportivos e associações desportivas e clubes desportivos	Número de Contratos Programas Assinados	28 Federações Desportivas Nacionais e 8 Organismos Desportivos e 50 Associações e Clubes	28 Federações Desportivas Nacionais e 8 Organismos Desportivos e 50 Associações e Clubes	X	X	Maputo provincia (5); Gaza (5); Inhambane (13); Sofala (4); Manica (1); Teie (5); Zambézia (3); Nampula (12); Cabo Delgado (2) e Nivel Central (36)	Aletras nacionais	MJD

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população									
Programa: Juventude e Desportos									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
71	Disponibilizar material e equipamento desportivo	Numero de material e equipamento desportivo distribuido	Bolas (5.000) e Coletes (1.000)	Bolas (2.500) e Coletes (600)			Todas as Provincias	Nucleos Desportivos	MJD
72	Fiscalizar a realização de exames médicos dos atletas nacionais	Numero de exames de aptidão física obrigatórios realizados	3	3	X	X	Todas as provincias	3.000 atletas nacionais	MJD
		Numero atletas das seleções nacionais examinadas	300	150	X	X	Maputo Cidade	150 atletas nacionais	MJD
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população									
Programa: Desenvolvimento da Cultura									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
73	Consolidar o ensino artistico através do alargamento das instituições de formação cultural e artistica	Numero de cursos implantados nas provincias	2	2	X	X	Cidades de Pemba e Beira	Sociedade em geral	MICULTUR
74	Capacitar e formar profissionais de hotelaria, turismo e cultura	Numero de candidatos formados e capacitados	600	400	X	X	Nivel Nacional	Candidatos para a área de hotelaria, turismo e cultura	MICULTUR

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Programa: Protecção Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
75	Efecuar transferências sociais aos agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade	Número de Agregados Familiares que receberam transferências monetárias regulares no âmbito do Programa Subsídio Social Básico	371.747	371.747	X	X	Niasa (29.600), Cabo Delgado (35.977), Nampula (70.638), Zambézia (41.580), Teie (38.110), Manica (36.685), Soiala (30.937), Inhambane (27.979), Gaza (37.837), Maputo Província (13.246) e Cidade de Maputo (9.158)	371.746 AF (280.222 chefesados por mulheres)	MGCAS
		Número de Agregados Familiares que receberam transferências sociais por tempo indeterminado no âmbito do Programa Apoio Social Directo	47.287	47.287	X	X	Niasa (6.201), Cabo Delgado (2.893), Nampula (4.667), Zambézia (8.031), Teie (1.035), Manica (2.643), Soiala (4.676), Inhambane (3.760), Gaza (6.345), Maputo Província (1.922) e Cidade de Maputo (2.114)	47.287 AF (22.932 chefesados por mulheres)	MGCAS
		Número de Agregados Familiares que receberam transferências monetárias no âmbito do Programa Acção Social Produtiva na componente de trabalho público e apoio ao desenvolvimento das iniciativas de geração de rendimento	79.832	79.832		X	Zonas urbanas (total: 13.000): Nampula (2.875), Zambézia (1.475), Teie (1.275), Soiala (2.675), Gaza (1.000), Cidade de Maputo (3.700); ii) Zonas Rurais (total: 66.832): Niasa (1.177), Cabo Delgado (2.950), Nampula (16.975), Zambézia (20.250), Teie (5.100), Manica (7.376), Soiala (4.226), Inhambane (3.164), Gaza (4.914) e Maputo Província (700)	Zona Urbanas 13.000 AF (9.100 AF chefesados por mulheres) e Zonas Rurais 66.832 AF (46.782 AF chefesados por mulheres)	MGCAS

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objetivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Programa: Protecção Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revisita	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
76	Capacitar mulheres e homens em matérias que visam a equidade e igualdade de género	Número de pessoas capacitadas	1 985	1 504	X	X	DNG (30), CNAM (64), Niassa (20), Cabo Delgado (20), Nampula (60), Zambézia (60), Teite (100), Manica (60), Soáia (325), Inhambane (30), Gaza (100), Maputo Província (39) e Cidade de Maputo (610)	1 980 pessoas	MGCAS
77	Realizar campanhas de divulgação dos direitos da mulher, criança, pessoa idosa, pessoa com deficiência e prevenir práticas sociais nocivas	Número de palestras, seminários, debates e sessões realizadas	Palestras (309), Seminários (86), Debates (308)	Palestras (2014), Seminários (42), Debates (163)			Palestras: Orgão Central (2), Niassa (125), Cabo Delgado (225), Nampula (260), Zambézia (220), Teite (220), Manica (147), Soáia (312), Inhambane (212), Gaza (176), Maputo Província (15), Cidade de Maputo (100); Seminários: Cabo Delgado (4), Nampula (10), Zambézia (5), Teite (5), Manica (5), Soáia (5) Inhambane (4), Maputo Província (1), Cidade de Maputo (3); Debates: Orgão Central (4), Niassa (4), Cabo Delgado (7), Nampula (38), Zambézia (18), Manica (10), Teite (15), Soáia (28) Inhambane (10), Gaza (22), Maputo Província (7), Maputo Cidade (4)	Instituições e população em geral	MGCAS
		Número de sessões de Parlamento Infantil Provincial realizadas	11	11			Todas Províncias	crianças	MGCAS
78	Assistir crianças em idade pré-escolar nos centros infantis e escolinhas comunitárias	Número de crianças em idade pré-escolar assistidas	89 303 crianças: 1 670 (nos centros infantis públicos), 27 601 (nos centros infantis privados) e 60 032 (nas escolinhas comunitárias)	89 303 crianças: 1 670 (nos centros infantis públicos), 27 601 (nos centros infantis privados) e 60 032 (nas escolinhas comunitárias)	X	X	Centros Infantis Públicos: Niassa (150), Cabo Delgado (150), Nampula (200), Teite (130), Soáia (210) Gaza (150) e Cidade de Maputo (680), Centros Infantis Privados: Niassa (1 050), Cabo Delgado (245), Nampula (3 500), Zambézia (550), Teite (750), Manica (1 610), Soáia (1 548), Inhambane (1 327), Gaza (1 412), Maputo Província (7 309) e Cidade de Maputo (8 300); Escolinhas Comunitárias: Niassa (920), Cabo Delgado (5 585), Nampula (8 000), zambézia (3 000), Teite (1600), Manica (1 4250), Soáia (8 600), Inhambane (5 387), Gaza (4 990), Província Maputo (2 400) e Cidade de Maputo (5 300)	89 303 crianças	MGCAS

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Programa: Protecção Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
79	Financiar projectos de geração de renda para os combatentes	Número de projectos financiados	1.082	500	X	X	Todas provincias	Combatentes	MICO
80	Tramitar processos para fixação de pensões de combatentes	Número de processos para a fixação de pensões tramitados	3.000	3.000	X	X	A nível nacional	Combatentes	MICO
81	Produzir e distribuir cartão de identificação de Combatentes	Número de combatentes e seus dependentes assistidos	3.000	3.000	X	X	A nível nacional	Combatentes	MICO
82	Adquirir e distribuir meios de compensação para Combatentes e fardamento para os Veteranos	Número de pares de fardamento distribuidos aos Veteranos da Luta de Libertação Nacional	20.000	6.500		X	Maputo Cidade (300), Maputo Província (150), Gaza(150), Inhambane (150), Soáia (750), Manica(750), Tete(1.000), Nampula(750), Zambézia(750), Nassa(750) e Cabo Delgado (1.000)	Combatentes	MICO
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Programa: Protecção Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
83	Prestar assistência e integração social da criança, pessoas idosas e pessoa com deficiência em situação difícil	Número crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência assistidas nas Unidades Sociais	6.989 pessoas: 955 crianças nos infanários, 602 idosos nos CAV; 5.017 atendidos nos centros abertos e 415 centros de trânsito	6.989 pessoas: 955 crianças nos infanários, 602 idosos nos CAV; 5.017 atendidos nos centros abertos e 415 centros de trânsito	X	X	Infanários: Maputo Cidade (100), Maputo Província (100), Gaza (85), Inhambane (50), Manica (60), Soáia (180), Tete (80) e Nampula (300); Centros de Apoio à Velhice (CAV): Nampula (18), Zambézia (60), Tete (50), Manica (50), Soáia (70), Inhambane (54), Gaza (100), Maputo Província (100) e Cidade de Maputo (100); Centros abertos: Nassa (703), Cabo Delgado (462), Nampula (317), Zambézia (997), Tete (334), Manica (436), Soáia (403), Inhambane (100), Gaza (788), Província de Maputo (50) e Cidade de Maputo (415); Centros de transito: Nassa (50), Nampula (150), Soáia (35), Inhambane (100) e Província de Maputo (80)	6.989 pessoas (4.501 de sexo feminino)	MGCAS

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Programa: Protecção Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
84	Prestar assistência e integração social da mulher, criança, pessoa idosa, pessoa com deficiência em situação difícil e vítima de violência	Número de pessoas em situação difícil orientadas e reunificadas nas famílias	1 229 pessoas orientadas e 816 pessoas reunificadas nas famílias	1 229 pessoas orientadas e 816 pessoas reunificadas nas famílias	X	X	Orientação: Maputo Cidade (58), Maputo Província (35), Gaza (180), Inhambane (124), Manica (45), Soábia (78), Teie (70) Zambézia (80), Nampula (310), Cabo Delgado (149) e Niassa (100); Reunificação familiar: Maputo Cidade (130), Maputo Província (130), Gaza (56), Inhambane (38), Manica (34), Soábia (67), Teie (37), Zambézia (45), Nampula (220), Cabo Delgado (11) e Niassa (48)	2 045 pessoas em situação difícil	MGCAS
		Número de mulheres, crianças pessoas idosas e pessoas com deficiência vítimas de violência assistidas	2 752 pessoas: Mulheres (1 543), Crianças (761), Pessoas idosas (380) e Pessoas com deficiência (292)	2 752 pessoas: Mulheres (1 543), Crianças (761), Pessoas idosas (380) e Pessoas com deficiência (292)	X	X	Mulheres: Niassa (221), Cabo Delgado (95), Nampula (250), Zambézia (85), Teie (110), Manica (320), Soábia (171), Inhambane (126), Gaza (100), Maputo Província (44); Cidade de Maputo (60) crianças: Cabo Delgado (31), Niassa (110), Nampula (155), Zambézia (20), Teie (42), Manica (66), Soábia (157), Inhambane (60), Gaza (70), Maputo Província (15); Cidade de Maputo (45) Pessoas idosas: Cabo Delgado (9), Niassa (101), Nampula (10), Zambézia (15), Teie (5), Manica (55), Soábia (127), Inhambane (6), Gaza (27), Maputo Província (5), Cidade de Maputo (20); Pessoas com deficiência: Niassa (72), Nampula (20), Zambézia (10), Teie (17), Manica (34), Soábia (68), Inhambane (30), Gaza (15) e Cidade de Maputo (25)	2 752 pessoas vítimas de violência	MGCAS
85	Capacitar intérpretes e professores em língua de sinais e Grafia Brille	Número de intérpretes e professores capacitados	Intérpretes (20) e Professores (20)	Professores (20)			Professores: Nampula (10) e Manica (10)	Professores	MGCAS

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Programa: Promoção da equidade do Género									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
86	Capacitar as associações de mulheres para o acesso aos recursos produtivos e aos serviços sociais básicos e promover feiras locais	Número de associações maioritariamente constituídas por Mulheres Capacitadas	280	139	X	X	Cabo Delgado (17), Namputa (15), Zambézia (32), Tete (17), Manica (10), Soibá (10), Inhambane (10), Gaza (10), Província de Maputo (3) e Maputo Cidade (15)	População em geral	MGCAS
		Número de Feiras Locais de produtos realizadas	90	70	X	X	Niasa (2), Cabo Delgado (1), Namputa (7), Zambézia (5), Tete (14), Manica (10), Soibá (10), Inhambane (3), Gaza (5), Maputo Província (3) e Cidade de Maputo (10)	População em geral	MGCAS

5.3. PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas

Programa: Investigação

Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
87	Produzir, multiplicar e melhorar a semente de algodão	Toneladas de semente produzida	600 toneladas	600 toneladas	X		Materna, Materna, Namialo e Mocuba	250 mil produtores	MASA
88	Realizar ensaios na Investigação do Caju	Número de ensaios realizados e técnicas recomendadas; Clones de superior qualidade libertados	4 Ensaios e 10 clones	4 Ensaios e 10 clones	X	X	Nampula, Zambézia, Inhambane e Gaza	Produtores do Caju	MASA
89	Produzir vacinas contra Newcastle, estirpe 1 2, carbúnculo hemático e carbúnculo sintomático	Quantidade de vacina produzida	15.606.000 doses de vacina contra Newcastle e estirpe 1 2	15.606.000 doses de vacina contra Newcastle e estirpe 1 2	X	X	Maputo	Criadores a nível nacional	MASA
			1.831.840 doses de vacina contra Carbúnculo Hemático	1.400.000 doses de vacina contra Carbúnculo Hemático	X	X			
			629.700 doses de vacina contra Carbúnculo Sintomático	500.000 doses de vacina contra Carbúnculo Sintomático	X	X			
90	Produzir sementes no âmbito do Desenvolvimento de tecnologias melhoradas e adaptadas a diferentes condições agro-ecológicas de alta eficiência e competitividade	Toneladas de semente produzida	1.026 ton de diversas culturas: feijão nhemba 48, feijão boer 15, feijão vulgar 52,5, soja 28, arroz 250, milho 300, mapira 16, mandioca 1.200 (estacas), amendoim 44, algodão 28, batata reno 240 e mexoeira 4	1.026 ton de diversas culturas: feijão nhemba 48, feijão boer 15, feijão vulgar 52,5, soja 28, arroz 250, milho 300, mapira 16, mandioca 1.200 (estacas), amendoim 44, algodão 28, batata reno 240 e mexoeira 4	X	X	Centros Zonais	Produtores a nível nacional	MASA
			33 culturas libertas: Arroz 1, milho 2, mapira 3, feijão vulgar 4, feijão boco 1, batata reno 2, batata doce 2, feijão nhemba 1, amendoim 2, soja 4, tomate 1, alface 2, pimento 2, repolho 2, cenoura 2, cebola 1 e pepino 1	18 culturas libertas: Arroz 1, milho 1, mapira 1, feijão vulgar 1, feijão boco 1, batata reno 1, batata doce 1, feijão nhemba 1, amendoim 1, soja 1, tomate 1, alface 1, pimento 1, repolho 1, cenoura 1, cebola 1 e pepino 1	X	X			
		Quantidade de variedades libertas					Cidade de Maputo	Produtores a nível nacional	MASA

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas									
Programa: Investigação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
91	Financiar Projectos de Investigação Científica, Inovação e Transferência de Tecnologia, na base competitiva	Número de Projectos de Investigação Científica, Inovação e Transferência de Tecnologia financiados	50	50		X	Todas as Províncias	50 (sendo 25 Mulheres)	MCTESTP
		Número de trabalhos Científicos e Tecnológicos apresentados nas 9ª Jornadas Científicas e Tecnológicas de Moçambique	120	120	X		Zambézia e Maputo Província	120 (sendo 60 Mulheres)	MCTESTP
		PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE							
Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas									
Programa: Produção Agrícola									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
92	Produzir, Distribuir e Plantar Mudras de Cajueiros	Quantidades de Mudras produzidas e Plantadas	4.200.000	4.200.000		X	Cabo Delgado (475.000), Nampula (1.779.000), Zambézia (595.000), Sofoia (197.000), Manica (190.000), Inhambane (357.000), Gaza (452.000) e Maputo (155.000)	420.000 famílias	MASA
93	Adquirir insumos e equipamento para o tratamento químico de cajueiros contra pragas e doenças	Número de Cajueiros tratados contra pragas e doenças	5.000.000	3.750.000		X	Cabo Delgado (1.260.000), Nampula (1.875.000), Zambézia (153.750), Sofoia (41.250), Manica (30.000), Inhambane (225.000), Gaza (135.000) e Maputo (30.000)	300.000 famílias	MASA
94	Organizar a reunião de negociação do preço mínimo de algodão caroço	Reunião realizada	1	1	X		Caia (Sofoia)	250 mil produtores e 14 empresas algodoeiras	MASA
95	Instalar estufas de produção de plantas e produção definitiva de hortícolas	Número de estufas instaladas	20	20	X	X	Maputo, Inhambane, Sofoia, Tete, Nampula e Zambézia	12 homens e 8 mulheres	MASA
96	Equipar e operacionalizar Centros de Serviços Agrários no âmbito do Programa Nacional de Mecanização Agrária	Número de Centros de Prestação de Serviços equipados e operacionais	47	47	X	X	Corredores de Pemba, Nacala, Zambeze, Beira, Limpopo e Maputo	Produtores a nível nacional	MASA

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas									
Programa: Produção Agrícola									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
97	Produzir e divulgar programa radiofónico sobre boa prática para o cultivo do algodão	Número de programas produzidos e divulgados	1	1	X	X	Zonas algodoeiras do País (30 distritos prioritários)	250 mil produtores de algodão	MASA
98	Assistir e formar associação de produtores e formar Escolas na Machamba do Camponês (EMCs) no âmbito da organização de produtores	Número de associações de produtores assistidas	6.500	5.000	X	X	Todo o País	121.500 Homens e 112.000 Mulheres	MASA
		Número de EMCs formadas e em funcionamento	130	130	X	X	Todo o País	1.750 Homens e 1.500 Mulheres	
99	Monitorar as Escolas na Machamba do Camponês (EMCs) e Campos de Demonstração de Resultados (CDRs)	Número de EMCs e CDRs monitoradas	15 EMC e 32 CDRs assistidos	15 EMC e 32 CDRs assistidos	X	X	30 Distritos prioritários de produção do algodão	1.200 produtores (sendo 200 Mulheres)	MASA
100	Disponibilizar insumos melhorados de altos rendimentos por hectar (sementes, material vegetativo, pesticidas, herbicidas e fertilizantes)	Toneladas de insumos disponibilizados	5.000 ton. de insumos diversos	5.000 ton. de insumos diversos		X	Corredores de Nacala, Beira e Maputo	Produtores a nível nacional	MASA
101	Capacitar e assistir produtores em matérias de tecnologias melhoradas de produção e de conservação pós-colheita	Número de produtores capacitados e assistidos	661.000	4.000	X	X	Todo o País	344.000 Homens e 317.000 Mulheres	MASA

Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas									
Programa: Segurança alimentar e nutricional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
102	Advocar a todos os níveis a coordenação multissectorial da agenda de SAN no País	Número de fóruns de coordenação realizados	5 fóruns	5 fóruns	X	X	2 (Central) e 3 (todas as provincias)	Membros do CM, Governadores Provinciais, Directores sectoriais e Provinciais, Administradores, Parceiros, Grupos de Trabalhos Técnicos e Sector privado	MASA
103	Avaliar e monitorar a situação de segurança alimentar e nutricional no País	Número de monitorias e Avaliações realizadas	2 monitorias e 1 avaliação	2 monitorias e 1 avaliação	X	X	Todas as Provincias	Governadores, Administradores e Técnicos	MASA
104	Capacitar Governadores, Administradores distritais e técnicos incluindo os de extensão agrícola em matérias de SAN e DHAA e na sua integração nos PDDs, PESODs e PES sectoriais	Número de Governadores capacitados	4	4	X		Nampula, Inhambane, Gaza e Maputo Província	Governadores, Administradores e Técnicos	MASA
		Número de Administradores distritais capacitados	40	20	X	X	Nampula, Inhambane, Gaza e Maputo Província	Governadores, Administradores e Técnicos	MASA
		Número de profissionais de diversas áreas capacitados	150	100	X	X	100 (Provinciais)	Governadores, Administradores e Técnicos	MASA
		Número de PDDs, PESODs e PES sectoriais com SAN inserida	7 (PDDs, PESOD e PES)	7 (PDDs, PESOD e PES)		X	Todas as Provincias	Governadores, Administradores e Técnicos	MASA
105	Realizar eventos para a promoção de SAN e disseminação para a mudança de comportamento tendo como grupo alvo extensionistas, comunidades, escolas, centros de internatos e centros prisionais	Número de eventos de promoção de SAN realizados	10	5	X	X	Extensionistas: Cabo Delgado, Nampula e Niassa; Comunidades escolares e centros de internatos; Têe e Soflaia.	Extensionistas, Comunidades, escolas, centros de internatos, centros prisionais de todas as provincias	MASA

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas									
Programa: Produção Pesqueira									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
106	Construir aquaparcos e tanques de pequena escala	Número de aquaparcos de pequena escala construídos	6	3	X	X	Zambézia Milange(1); Tete-Angónia(1); Sofala -Dondo(1);	7.950 produtores	MMAP
		Número de tanques construídos	548	400	X	X	Maputo (10), Gaza (30), Inhambane (50), Sofala (30), Manica - Sussundenga(85), Tete (20) Nampula (45), Zambézia (65) Niassa (40) e Cabo Delgado (25)	Sector produtivo	MMAP
		Quantidade de alevinos fornecidos (unidades)	5.485.500	2.805.600	X	X	Maputo (88.500), Gaza (150.000), Inhambane (442.500), Sofala (235.500), Manica (492.000), Tete (270.000) Nampula (300.000), Zambézia (450.000) Niassa (156.600), Cabo Delgado (220.500)	Sector produtivo	MMAP
		Número de Gaiolas Povoadas	250	250	X	X	Inhambane (170), Sofala (20), Manica (25) e Niassa (20)	Sector produtivo	MMAP
107	Operacionalizar o Centro de Pesquisa em Aquacultura	Centro de pesquisa operacionalizado	1	1	X	X	Gaza (Chokwê)	Pescadores	MMAP
108	Conceder créditos formais para Projectos de Pesca e Aquacultura	Número de créditos formais concedidos	Pesca 348 e Aquacultura 65	Pesca 400 e Aquacultura 65	X	X	Maputo -Pesca - 26; Aquacultura -5; Gaza -Pesca -10; Aquacultura 5; Inhambane-Pesca - 14; Aquacultura-10 Sofala -Pesca -88; Aquacultura-7, Nampula -Pesca -40; Aquacultura-4 Niassa-Pesca - 23; Aquacultura -7; Cabo Delgado -Pesca -50; Aquacultura 8, Manica -Pesca -10; , Zambézia - Pesca -88; Aquacultura 9 , Tete - Pesca -50; Aquacultura10	Pescadores	MMAP

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas									
Programa: Produção Pesqueira									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
109	Capacitar pescadores, processadores e comerciantes em tecnologias de pescado	Numero de Pescadores, capacitados em salga secagem e fumagem, conservação em gelo e manuseamento de pescado	434	372	X	X	Niassa (27), Cabo Delgado (30), Nampula (65), Zambézia (30), Tete (20), Manica (20), Sofla (60), Inhambane (40), Gaza (45), Maputo Província (15) e Maputo Cidade (20)	Pescadores	MINAIP
		Numero de comerciantes de pescado capacitados em manuseamento e conservação de pescado	251	251	X	X	Niassa(23), Cabo Delgado (33), Nampula (40), Zambézia (30), Tete (20), Manica (15), Sofla (25), Inhambane (15), Gaza (20), Maputo Província (15) e Maputo Cidade (15)	Comerciantes de pescado	MINAIP
		Numero de Processadores de pescado capacitados em salga secagem e fumagem e conservação em gelo	340	295	X	X	Niassa (10), Cabo Delgado(60), Nampula (50), Zambézia (35), Tete (15), Manica (10), Sofla (45), Inhambane (25), Gaza (20), Maputo Província (10) e Maputo Cidade (15)	295 (sendo 112 Mulheres)	MINAIP
110	Expandir a acreditação de Laboratórios de análise de metais pesados e microbiológicas de alimentos, de histamina e águas	Numero de Transportadores de pescado capacitados em boas maneiras de manuseamento e conservação de pescado	75	75	X	X	Niassa (2), Cabo Delgado (8), Nampula (13), Zambézia (9), Tete (9), Manica (4), Sofla (8) Inhambane (7), Gaza (6), Maputo Prov (6) e Maputo Cidade (6)	Transportadores de pescado	MINAIP
		Numero de Laboratórios acreditados	3	3	X	X	Análise de metais pesados e microbiológicas de alimentos: Maputo (1); análise de histamina e microbiológicas de alimentos: Sofla(1); e análise de águas e microbiológicas de alimentos: Zambézia(1)	Empresas exportadoras de produtos de pesca	MINAIP
111	Electificar Pólos de Pesca através da Rede Eléctrica Nacional	Numero de centros de pescas eletrificados	2	2	X	X	Maputo (Mortanhane) e Cabo Delgado (Mocimpeuz)	150 agregados familiares	MIREME

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (II): Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e para o aumento das exportações									
Programa: Agro Indústria e Comércio									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
112	Capacitar produtores e processadores de mandioca	Número de produtores e processadores capacitados	50	25	X	X	Cabo Delgado e Tete	25 Produtores (sendo 13 Mulheres)	MASA
113	Elaborar, aprovar Normas Moçambicanas (NM)	Número de Normas e Especificações técnicas Aprovadas	130 NM aprovadas incluindo Especificações	100 NM aprovadas incluindo Especificações	X	X	Todo País	Cidadãos e público em geral	MIC
114	Verificar, calibrar e fiscalizar instrumentos de medição de produtos comerciais	Número de instrumentos verificados	1,200	400 Instrumentos verificados	X	X	Zona Sul	Cidadãos e público em geral	MIC
					X	X	Zona Sul, centro e norte	50 Instituições públicas e privadas	
						X	Zona Sul, centro e norte	Cidadãos e público em geral	
115	Assistir, financiar e acompanhar empreendedores e MPME's de exportação, comercialização agrícola, lojas rurais, pesca, aquacultura, avicultura e processamento	Número de Empreendedores e PME's financiadas	65 PME's financiadas	35 PME's financiadas	X	X	Todo o País	35 PME's	MIC
							Feiras Internacionais: Zimbabwe, Coreia do Sul, Zâmbia, Macau e Malawi	Agentes económicos	
116	Organizar a participação das empresas nacionais em feiras e exposições nacionais, internacionais e missões comerciais	Número de participações em feiras internacionais e exposições	12 feiras internacionais e 3 missões comerciais	5 feiras internacionais e 2 missões comerciais	X	X	Maputo, Ntassa, Cabo Delgado, Namputa	Agentes económicos	MIC
							Realizada a 52 Edição da FACIM	Realizada a 52 Edição da FACIM	
117	Capacitar PME's e associações exportadoras	Número de PME's e associações capacitadas	60 empresas e 15 associações capacitadas	30 empresas e 05 associações capacitadas	X	X	Zambezia, Ntassa, Cabo Delgado	Agentes económicos	MIC

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo Estratégico (II): Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e o aumento das exportações									
Programa: Indústria Extractiva									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
118	Emitir títulos mineiros no âmbito da criação de oportunidades de negócio para os cidadãos nacionais na indústria extractiva	Número de títulos mineiros emitidos	250	200	X	X	Nível Nacional	250 operadores mineiros	MIREME
119	Prosseguir com a avaliação, demarcação e redimensionamento das áreas designadas para senha mineira	Número de áreas demarcadas e redimensionadas	6	6	X	X	Províncias de Cabo Delgado (2), Zambézia (1), Manica (2) e Tete (1)	Operadores de pequena escala	MIREME
120	Instalar entrepostos comerciais de diamantes, gemas e metais preciosos	Número de entrepostos instalados	2	2	X	X	Cidades de Maputo e Nampula	Operadores mineiros e comerciantes	MIREME
PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo Estratégico (III): Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social									
Programa: Promoção do Emprego e Segurança Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
121	Promover a criação de emprego nos diversos sectores de actividades económicas e sociais	Número de empregos criados	297.152 (96.872 com intervenção do sector público-INEFP, PERPU, FAU, FDD, FDA e outros fundos); 13.733 admissões na função pública; 146.429 do sector privado e 40.118 no exterior	221.612 (49.800 com intervenção do sector público-INEFP, PERPU, FAU, FDD, FDA e outros fundos); 12.623 admissões na função pública; 126.632 do sector privado e 32.557 no exterior	X	X	Niassa (8.953); Cabo Delgado (13.456); Nampula (25.308); Zambézia (34.339); Tete (13.466); Manica (11.708); Sofala (25.496); Inhambane (13.842); Gaza (25.643); Maputo Província (23.597) e Maputo Cidade (25.804)	Candidatos ao emprego dos quais 80% jovens e 35% mulheres	MITESS
122	Adquirir e alocar kits de auto-emprego aos jovens nas profissões de carpintaria, serralharia, corte e costura, avicultura, pedreiro, canalização, electricidade instaladora, mecânica-auto, refrigeração, reparação de telemóveis e electrificação através de painéis solares	Número de Kits de Auto-Emprego Alocados	1.576 kits de auto-emprego	260	X	X	Niassa (23); Cabo Delgado (23); Nampula (23); Zambézia (23); Tete (23); Manica (23); Sofala (23); Inhambane (23); Gaza (23); Maputo Província (30) e Maputo Cidade (23)	Candidatos ao emprego dos quais 25% mulheres	MITESS

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE									
Objectivo Estratégico (III): Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social									
Programa: Promoção do Emprego e Segurança Social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
123	Promover estágios Pré-Profissionais	Número de beneficiários de estágios Pré-Profissionais	3.772 Estágios	3.772 Estágios	X	X	Niassa (300); Cabo Delgado (300); Nampula (200); Zambézia (350); Tete (350); Manica (568); Sofala (600); Inhambane (109); Gaza (195); Maputo Província (330) e Maputo Cidade (470)	Candidatos ao emprego dos quais 35% mulheres	MITESS
124	Inspeccionar e fiscalizar estabelecimentos laborais no País	Número de estabelecimentos inspeccionados	7.340 estabelecimentos laborais	7.340 estabelecimentos laborais	X	X	Maputo Cidade (850), Maputo Província (700), Gaza (700), Inhambane (700), Sofala (1000), Manica (620), Tete (650), Zambézia (500), Nampula (750), Cabo Delgado (505) e Niassa (365)	Empregadores, trabalhadores sindicais e organizações patronais	MITESS
125	Inscriver contribuintes e beneficiários por conta de outrem, e por conta própria no sistema de segurança social	Número de trabalhadores por conta de outrem inscritos no sistema de segurança social	9.607 contribuintes e 123.993 beneficiários	9.607 contribuintes e 80.564 beneficiários	X	X	M. Cidade (2652; 8422), M. Província (683; 11.000), Gaza (381; 4.303), Inhambane (510; 5.289); Sofala (629; 11.844), Manica (981; 7.855), Tete (1.092; 7.502), Zambézia (920; 6.538), Nampula (955; 10.397), C. Delgado (492; 4.291) e Niassa (312; 3.113)	Trabalhadores por conta de própria, e seus familiares e empregadores	MITESS
126	Mediar, prevenir e geir conflitos laborais	% de casos laborais medidos	75%	75%	X	X	Nível nacional	Público utente	MITESS
127	Financiar Projectos de Geração de Rendimentos no âmbito do FAU	Número de Projectos de Geração de Rendimento financiados	516	516	X	X	Maputo Província (60); Cidade de Maputo (30), Gaza (50), Inhambane (75), Sofala (50), Manica (50) Tete (36), Zambézia (45), Nampula (50), Cabo Delgado (40) e Niassa (30)	2.965 Jovens (sendo 1.482 Mulheres e 1.483 Homens)	MUD

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE										
Objectivo Estratégico (iii): Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social										
Programa: Promoção do Emprego e Segurança Social										
Nº de Ordem	Acção	Indicador	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
					I Sem	II Sem				
128	Formar jovens em Liderança, gestão associativa, gestão de projectos e em Educação Financeira	Número de jovens líderes e gestores de projectos formados	1,830	500	X	X	Maputo Província (240), Cidade de Maputo (70), Gaza (240), Inhambane (90), Soábia (370), Manica (160), Tete (180), Zambézia (180), Nampula (180), Cabo Delgado (60) e Niassa (60)	1.830 Jovens (sendo 915 Mulheres)	MJD	
		Número de jovens formados em Educação Financeira	1,200	600	X	X	Maputo Província (300), Cidade de Maputo (300), Soábia (200), Nampula (200) e Zambézia (200)	600 (sendo 300 Mulheres)	MJD	
PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE										
Objectivo estratégico (iv): Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local										
Programa: Desenvolvimento do turismo										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
					I Sem	II Sem				
129	Participar em feiras culturais e turísticas regionais e internacionais	Número de feiras internacionais participadas	14	6	X	X	África do Sul (2), Lisboa (2), Alemanha (1), Espanha (1)	Operadores Turísticos e Cultural	MICULTUR	
130	Realizar Feira Internacional do Turismo de Moçambique (Descubra Moçambique)	Feira Internacional do Turismo realizada	1	1		X	Maputo	Operadores Turísticos e população em geral	MICULTUR	
131	Financiar pequenas e médias empresas do turismo	Número de pequenas e médias empresas financiadas	10	3	X	X	Nível Nacional	Empresários da Indústria Turística	MICULTUR	
PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE										
Objectivo Estratégico (iv): Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local										
Programa: Agro Indústria e Comércio										
Nº de Ordem	Acção	Indicador	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
					I Sem	II Sem				
132	Monitorar a comercialização de produtos agrícolas para garantir a disponibilidade de produtos no mercado interno	Toneladas de produtos monitorizadas	2.300.000	1.590.000	X	X	Todo o País	Agentes económicos	MIC	

5.4. DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (I): Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-económicas, o consumo doméstico e a exportação									
Programa: Infraestruturas de Energia									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
133	Prosseguir com a electrificação de Sedes Distritais, Postos Administrativos e Vilas através da Rede Eléctrica Nacional	Número de Sedes Distritais, Postos Administrativos e Vilas Fronteiriças com obras de electrificação em curso	12	4 Sedes Distritais	X	X	Sedes Distritais: Zambézia (3) (Molumbo, Muelevale e Derre) e Tete (1) (Marara)	7.549 consumidores	MIREME
				1 Posto Administrativo			Manica (PA de Rotanda em Sussundenga)		MIREME
				2 Vilas Fronteiriças			Provincia de Manica (vila de Espungabera em Musorize) e Zambézia na vila de Mlangé		MIREME
134	Construir centrais de energia solar, instalar a central térmica flutuante e prosseguir a construção e reforço das linhas de transporte de energia eléctrica	Número de centrais de energia eléctrica instaladas	4 instaladas e 1 iniciada	4 instaladas e 1 iniciada	X	X	Provincia de Zambézia (central de energia solar de 30 MW Mocuba) e Namputa (central térmica a diesel de 115 MW Nacala), Ressano Garcia (Gigawatt-100 MW) e Chókwé (Kuvaninga-40MW) e iniciada a central solar de 30 MW de Mento em Cabo Delgado	Consumidores da região centro e norte	MIREME
							Provincias de Inhambane (Jangamo e Maasinga)		MIREME
							Provincias de Maputo (Ressano Garcia) e Gaza (Bilene Macia)		MIREME
		Kms de linhas de transporte de energia de Alta Tensão de 110 kV Lindela-Massinga com obras iniciadas	110	170	X	X	Kms de linhas de transporte de energia de Alta Tensão de 275 kV de Ressano Garcia-Ndzimbene com obras iniciadas	Consumidores da região sul	MIREME
							Kms de linhas de transporte de energia de Alta Tensão de 220 kV de Chibata-Dondo concluídas		
			169 Km e 3 Sub-Estações	169 Km e 3 Sub-Estações		X	Provincia de Sofala (Dondo, Lamego e Matambisse)	Consumidores do Corredor da Beira	MIREME

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (i): Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-económicas, o consumo doméstico e a exportação									
Programa: Infraestruturas de Energia									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
135	Concluir a construção da Base de Apoio Logístico às Operações Petrolíferas de Pemba	Extensão de cais (metros) para a base de apoio logístico concluída	134	134	X	X	Província de Cabo Delgado (Pemba)	Operadores petrolíferos de Pemba e Palma	MIREME
		Área (ha) de infra-estruturas de armazenamento e fabricação concluídos	60	60					MIREME
136	Aumentar a capacidade de armazenagem de combustíveis	Terminal de recepção e armazenagem de GPL construída	1	1	X	X	Província de Sofala (3 000 Toneladas Metricas); Cidade da Beira e Porto da Beira	Distribuidores de GPL e consumidores da zona centro do País	MIREME
137	Construir Postos de Abastecimento de Combustíveis (PAC) líquidos e de Gás Natural para Veículos (GNV)	Número de postos de abastecimento de combustível líquidos e de gás natural para veículos construídos e operacionais	9	3	X	X	Postos de abastecimento de combustíveis líquidos (3): Zambézia (Mocuba-Alto Benfica); Sofala (Nhamatanda) e Tete (Marata)	Consumidores das Províncias da região norte, centro e sul do País, incluindo turistas, Transportadores em Tránsito para os países vizinhos	MIREME
138	Expandir a rede de distribuição de gás natural canalizado para o uso doméstico e industrial	Número de novas ligações de gás natural concluídas	625	30	X	X	Cidade de Maputo: Bairros de Jardim, Benfica, Luís Cabral, Aeroporto e 25 de Junho	Consumidores da Cidade de Maputo	MIREME
139	Reabilitar centrais de energia eléctrica	Número de centrais reabilitadas	2	2	X	X	Chicamba (38,4 MW) e Mavuzi (52 MW) na Província de Manica	Consumidores da região centro	MIREME
140	Reabilitação dos transformadores conversores	Número de transformadores reabilitados	4	3	X	X	Songo	Consumidores e Hidroelétrica de Cabora Bassa (HCB)	MIREME
141	Reforço das linhas de transmissão em corrente contínua (HVDC)	Número de torres reforçadas	27	27	X	X	Letios dos rios Limpopo, save e nuanezi	Consumidores HCB	MIREME

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento socio-económico									
Programa: Infraestrutura Rodoviárias									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
142	Reabilitar estradas nacionais e regionais	km de estradas nacionais reabilitadas	172	60	X	X	N6: Beira - Machipanda (60 km)	Utentes da via	MOPHRH
		km de estradas regionais (terceárias e vicinais) reabilitadas	304	84	X	X	Provincia de Zambézia : R653: Mocuba - Lugela (25 km); Provincia Niassa (10 km) Manica (49 km) obras transitadas de 2015	Utentes da via	MOPHRH
143	Asfaltar estradas nacionais e regionais	km de estradas nacionais asfaltadas	220	105	X	X	N11: Alto Benfica – Milange (60 km) ; N13: Malena – Cuanhla (45 km)	Utentes da via	MOPHRH
		km de estradas regionais (terceárias e vicinais) asfaltadas	150	25	X	X	R443: Manjacaze - Nwandjhanane - Macuacua (10 km); R482: Homoine - Panda (5 km) e R653: Mocuba - Lugela (10 km)	Utentes da via	MOPHRH
144	Concluir a construção da componente de estrada circular de Maputo	km de estradas construídas	95	95	X	X	Circular de Maputo: Cidade de Maputo e Provincia de Maputo. (Conclusão das pontes) e R 403: Ka Tembe- Belavista e N200: Boane - Ponta Douro (95km)	Utentes da via	MOPHRH
145	Sinalizar estradas	km de estradas sinalizadas	400	50	X	X	Sinalização vertical e horizontal: Estrada N1 - Crz N4 - Estadio Nacional do Zimpeto (15 km) e Estrada R642/R1116 - Queimane/Zavala (35 km)	Utentes da via	MOPHRH

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (II): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes viáveis para o desenvolvimento sócio-económico									
Programa: Infraestrutura Rodoviária									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
146	Conservar a rede de Estradas Classificadas através da manutenção de rotina, periódica e respostas a emergências	km de estradas mantidas (rotina)	20.500	15 800	X	X	Todas Províncias, Manutenção de Rotina Revestida: 5.800 km Manutenção de Rotina Não Revestida: 10.000 km	Utentes da via	MOPHRH
		km de estradas asfaltadas mantidas (periódica)	120	50	X	X	Província de Maputo (15 km), Província de Gaza (20 km); Província de Inhambane (15 km)	Utentes da via	MOPHRH
		km de estradas terraplanadas mantidas (periódica)	200	92	X	X	Manica (45 km) e Niassa (47 km)	Utentes da via	MOPHRH
147	Conservar estradas municipais e distritais	km de estradas distritais mantidas	1000	1000		X	Manutenção de Estradas Distritais (1.000 km); Todas Províncias	Utentes da via	MOPHRH
		km de estradas municipais mantidas	200	200		X	Manutenção de Estradas Municipais (200 km); Todo País: 200 km nos Municípios	Utentes da via	MOPHRH
148	Realizar obras de melhoramentos localizados (estradas terciárias e vicinais)	km de estradas mantidas	100	100	X	X	Todas Províncias	Utentes da via	MOPHRH

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento sócio-económico									
Programa: Infraestrutura Rodoviária									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
149	Prosseguir com a construção, reabilitação e manutenção de pontes	Número de pontes construídas	17	17	X	X	Zambézia (13): Rios Mubabasse, Muliquela, Matlacasse, Lua, Utlasse, Licungo, Nivaco, Matsise, Namisaga, Nuhusse, Lúno, Muana e Chipaca Niassa (3): Muasi, Namutimbua e Lunho Cabo Delgado (1): Locó	Utentes da via	MOPHRH
		Número de pontes reabilitadas	3	2	X	X	Rio Inharrime e Rio Save	Utentes da via	MOPHRH
		Número de pontes mantidas	8	8	X	X	Rio Rovuma em Cabo Delgado (Negomane); Ilha de Mocimbuque em Namputa; Armando Guebuza em Sofoia/Zambézia; Rio Lugeia em Zambézia; Samora Machel e Kassuende em Tete; Rio Limpopo em Gaza (Gujã) e Rio Incomati em Maputo (Moamba)	Utentes da via	MOPHRH
150	Prosseguir com a Construção da Ponte Maputo - Katembe	Percentagem de execução	62%	62%	X	X	Cidade de Maputo	Utentes da via	MOPHRH
151	Realizar obras de manutenção e montagem de básculas	Número de básculas montadas	3	2	X	X	Maputo (Estrada N1); Tete (Estrada N7)	Utentes da via	MOPHRH
		Número de básculas mantidas	13	13	X	X	Cabo Delgado (2): Pemba, Sunate; Inhambane (2): Inharrime, Save; Gaza (1): Macia; Sofoia (2): Inchope, Dondo; Tete (2): Maué, Mussacama; Zambézia (1): Nicoadala; Namputa (1): Nacala; Manica (1): Vandúzi e Cidade de Maputo (1): Zimpeito	Utentes da via	MOPHRH

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento sócio-económico									
Programa: Infraestrutura Rodoviárias									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
152	Elaborar estudos e projectos de engenharia	Número de estudos elaborados	7	4	X	X	. Revisão da Estratégia do Sector de Estradas . Inventário e Recolha de dados para a Rede Classificada de Estradas Revestidas . Revisão das Normas de Dimensionamento das Infraestruturas Rodoviárias . Análise e Descrição de Funções e Diagnóstico de Necessidades de Formação,	Utentes da via	MOPHRH
		Número de projectos elaborados	11	5	X	X		Estrada N101: Bliene-Macia; Estrada R453 Macia - Chokwe; Estrada R 521: Ponte de Mussorize; Estrada N5/242: Lindela - Inhambane - Tofo Pontes da N221 entre Chibuto e Guijá	Utentes da via
153	Financiar a construção de vias de acesso de apoio ao processo produtivo	Kms de estrada terciárias construídos	94,2	94,2	X	X	(Nampula) Malena 27,8 km; Ribáuue 20,4 Km; (Zambézia) Alto Molócue 35,3 Km e Gurue 10,7	População dos Distritos abrangidos	MITADER
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (iii): Construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação									
Programa: Gestão de Recursos Hídricos									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
154	Construir redes de estações hidroclimatólogicas e furos piezométricos	Número de estações manuais construídas	30	24	X	X	Região Sul: 6; Região Centro: 6; Bacia do Zambeze: 6; Região Norte: 2 e Região Centro-Norte 4	Comunidades das bacias	MOPHRH
		Número de estações telemétricas construídas	4	2		X		Lugenda (2)	Comunidades das bacias

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (iii): Construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação									
Programa: Gestão de Recursos Hídricos									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
155	Realizar obras de construção e reabilitação de barragens e represas	Número de barragens construídas	3	3	X	X	Gorongosa (100%), Metuchira (10%), e Moamba Maior (8%)	População em geral	MOPHRH
		Número de barragens reabilitadas	3	2	X	X	Massingir- descarregador de fundo (40%), Macarretane (Bacia de Disposição (0%) e equipamento hidráulico (100%) e Comumana (0%))	População em geral	MOPHRH
		Número de represas construídas	4	5	X	X	Cassamat/Maputo, Pandal/Inhambane, Goba Cacthenje e Chipembere/Tete e Candongolo/Tete	População em geral	MOPHRH
156	Realizar obras de reabilitação de diques de defesa contra cheias	km de dique reabilitados	20	18	X	X	Licungo (Nante-17 Km) e Incomat (Josina Machel-1 Km)	População em geral	MOPHRH
157	Operacionalizar o regadio no Vale do Save	Área de regadio operacionalizados (hectares)	1	1	X	X	Inhambane (Chimunda)	2.000 produtores	MASA
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (iv): Construir e expandir infra-estruturas de saneamento, incluindo aterros sanitários									
Programa: Infraestruturas de Saneamento do Meio									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
158	Reabilitar e construir sistemas de saneamento e drenagem de águas pluviais	Número de sistemas de saneamento e drenagem de águas pluviais reabilitados	2	2	X	X	Drenagem da Cidade da Beira (Rio Chiveve-70%; Desagudouro dos Canais A0, A2 e A4 -30%)	População em geral	MOPHRH
		Número de sistemas de saneamento e drenagem de águas pluviais construídos	1	1	X	X	Cidade da Beira _ Drenagem do bairro de Macurungo -75%	População em geral	MOPHRH

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (iv): Construir e expandir infra-estruturas de saneamento, incluindo aterros sanitários									
Programa: Infraestruturas de Saneamento do Meio									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
159	Construir latrinas melhoradas e fossas sépticas nas zonas urbanas	Número de latrinas melhoradas construídas	16.643	10.385	X	X	Maputo Cidade (90); Maputo Província (850); Gaza (90); Inhambane (3.000); Sofala (500); Manica (2400) ; Tete (1.700); Zambézia (75); Nampula (700); Cabo Delgado (900) e Niassa (80)	População em geral	MOPHRH
		Número de fossas sépticas construídas	9.013	6.013	X	X	Maputo Província (60); Gaza (147); Inhambane (250); Sofala (1.100); Manica (75); Tete (1.950); Zambézia (256); Nampula (1.500); Niassa (425) e Cabo Delgado (250)	População em geral	MOPHRH
160	Promover a construção de infra-estruturas de saneamento nas zonas rurais	Número de latrinas melhoradas construídas	90.454	44.737	X	X	Maputo Província (540); Gaza (4.900); Inhambane (3000); Sofala (8.362); Manica (2200); Tete (8800); Zambézia (6.300); Nampula (4.825); Cabo Delgado (5000) e Niassa (810)	População em geral	MOPHRH
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Programa: Infraestruturas de Justiça e Lei e Ordem									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
161	Prosseguir com a construção de infra-estruturas da Justiça	Número de edifícios de justiça construídos	8	4		X	Edifício Sede do IPU (Maputo Cidade); 3 Palácios de Justiça (Curo , Nampula e Gaza)	Público em geral	MJCR
162	Prosseguir com a construção e reabilitação de infra-estruturas penitenciárias	Número de instituições reabilitadas	4	4		X	Maputo Cidade (1) e Maputo Província (3)	Reclusos das penitenciárias	MJCR
163	Construir infra-estruturas da Polícia da República de Moçambique (PRM)	Número de estabelecimentos construídos	10	12	X	X	2 Edifícios(Comandos de Salvação Pública de Tete e Prov. de Maputo, 6 Comandos Distritais (Mabote- Inhambane, Mossorize- Manica, Nacala Porto e Mossoril - Nampula, Chemba- Sofala, Manjacaze- Gaza); 1 Esquadras (5ª Esquadra da Beira- Sofala); 3 Postos Policiais (Save - Sofala, Chocas Mar- Nampula e Namaua- Cabo Delgado)	Forças da Lei e Ordem das Províncias abrangidas e População em geral	MINT

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vi): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Programa: Infraestruturas Sociais									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
164	Prosseguir com a construção e reabilitação de Centros de Saúde	Número de centros em construção	1	1		X	Cabo-Delgado (CS de Mainganha)	População da província e todos os distritos abrangidos	MISAU
		Número de centros com obras de reabilitação em curso	1	1		X	Sofala (CS 24 de Julho)	População da província e todos os distritos abrangidos	MISAU
165	Iniciar a construção de Centros de Saúde tipo II	Número de centros com a construção iniciada	21	18	X	X	Cabo Delgado (CS Ulumbile, CS Marere, CS Namuenbire, CS Ntete, CS Ngura, CS Bilibiza); Nampula (CS Nioco, CS Namige, CS Mecucasse, CS Lulite, CS Cava e CS Mutivaze) e Niassa (CS Muherrela, CS Mebolache, CS Mlande, CS Mepica, CS Muquira, CS Laranca)	População da província e todos os distritos abrangidos	MISAU
166	Prosseguir a construção de Hospitais Distritais	Número de hospitais em construção	12	11	X	X	Cabo-Delgado (HD Montepuez, HD Mocimboa da Praia, HD Macomia); Niassa (HD Quamba); Nampula (HD Ilha Mocambique); Zambézia (HD Pebane, HD Mopeia); Manica(HD Machaze); Tete (HD Fingoé) e Gaza(HD Macia), Inhambane (HD Massinga)	População dos distritos abrangidos	MISAU
167	Iniciar a construção de Hospitais Distritais	Número de hospitais com a construção iniciada	4	2		X	Zambézia (HD de Gilé); Província de Maputo (HD de Manhica)	População dos distritos abrangidos	MISAU

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Programa: Infraestruturas Sociais									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
168	Proseguir a reabilitação de HC de Nampula	Número de hospitais central reabilitados	1	1		X	Nampula (Hospital Central da Nampula)	População da província	MISAU
169	Iniciar a construção do Hospital Provincial (HP) de Inhambane	Número de hospitais com a construção iniciada	1	1	X	X	Inhambane (HP de Inhambane)	População da província	MISAU
170	Concluir a construção do Hospital Central de Quelimane	Número de hospitais construídos	1	1		X	Zambézia (HC de Quelimane)	População da província	MISAU
171	Concluir a construção do Instituto de Ciências de Saúde de Inhulene	Número de Institutos com a construção em curso	1	1	X	X	Maputo (Inhulene)	Utentes dos serviços de saúde	MISAU
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Programa: Infraestruturas Sociais									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
172	Construir infra-estruturas escolares	Número de salas de aula construídas para o ensino primário	615	400	X	X	Niasa (20), C. Delgado (20), Nampula (65), Zambézia (82), Teie (0), Manica (7), Sofala (15), Inhambane (54), Gaza (90), Maputo (8) e Cidade de Maputo (39)	40.000 alunos	MINEDH
		Número de escolas construídas para o ensino secundário	7 (74 salas de aulas)	4 (42 Salas de aulas)	X	X	1 Niassa (12), 1 Cabo Delgado (10), 1 Zambézia (10) e 1 Maputo (10);	6.300 alunos	MINEDH
		Número de instituições construídas	10	3	X	X	Escola Profissional de Milange (Zambézia) e Escola Profissional de Muanza (Sofala); Hotel-Escola no Instituto Industrial e Comercial de Pemba (Cabo Delgado)	820 alunos (dos quais 246 raparigas);	MCTESTP
173	Concluir a construção e reabilitação de instituições do Ensino Técnico Profissional	Número de instituições reabilitadas	3	3	X	X	Instituto Agrário de Chimioio, Instituto Agrário de Mocuba (Zambézia), Instituto Industrial e Comercial Ngungunhane de Lichinga (Niassa)	3.600 estudantes (1.150 raparigas)	MCTESTP

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional

Programa: Infraestruturas Sociais

Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
174	Continuar com a construção do Centro de Empoderamento da Mulher	% de execução da obra (bloco de salas de aulas)	100	25%	X	X	Maputo Província (Manhiça)	Mulheres, Utentes do Centro	MGCAS
175	Prosseguir a construção, reabilitação e apetrechamento de Unidades Sociais	Número de unidades sociais em construção	9	8	X	X	Infantários (3): Zambézia (Queilmane), Manica (Chimoio) e Gaza (Xai-Xai); Centro de Trânsito (1): Gaza (Chókwè); Centro de Acolhimento de Adolescentes e Jovens com deficiência profunda (1): (Cidade da Matola); Centros infantis (2): Maputo (Cidade da Matola), Nassa (Lichinga); Escritórios da Aldeia do Idoso (1): Cidade de Maputo (Ka Tembe); Centro Aberto (1): (Queilmane)	Crianças, idosos e pessoas com deficiência	MGCAS
		Número de unidades sociais reabilitadas	1	1	X	X	Centro Infantil (1): Cidade de Maputo	Crianças	MGCAS
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Programa: Infraestruturas Sociais									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
176	Construir e reabilitar infra-estruturas desportivas	Número de infra-estruturas desportivas construídas e apetrechadas	1	4	X	X	Cabo Delgado: Complexo Desportivo de Pemba - Pavilhão Polidesportivo Tete: Campo Municipal de Moatize Cidade Maputo: Pista de Atletismo do Parque dos Continuadores	Movimento Desportivo Nacional Movimento Desportivo Nacional Movimento Desportivo Nacional	MJD
		Projecto executivo elaborados	1	1		X	Manica: Centro de Medicina Desportiva de Gondola Manica: Pista de Atletismo do Centro de Excelencia Desportiva de Gondola	Movimento Desportivo Nacional N/A	MJD

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Programa: Infraestruturas Sociais									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
177	Prosseguir a construção e reabilitação de infra-estruturas artístico-culturais	Número de infra-estruturas construídas Número de infra-estruturas reabilitadas	1	1		X	Botswana - Lobatse: Museu Samora Machel - Gaza: Monumentos Samora Machel e Josina Machel - Chitembene, Nwadijahane, Chokwê e Manjacaze e Niassa: Complexo Turístico de Matchedje	Sociedade em geral Sociedade em geral	MICULTUR MICULTUR
178	Construir e apetrechar unidades hoteleiras turísticas (Hotel Kapulana)	Número de unidades apetrechadas	1	1	X	X	Nampula (1)	Operadores turísticos	MICULTUR
179	Construir casas definitivas nos Bairros de Reassentamento	Número de casas construídas	250	125		X	Zambézia (72), Tete (27) e Niassa (26)	125 famílias afectadas pelas calamidades	MAEFP
180	Construir Centros de Emprego (CE) e de Formação Profissional (CFP)	Número de centros de emprego construídos	4	2	X	X	Palma e Queilmane	Candidatos a emprego, trabalhadores e empregadores	MITESS
		Número de centros de formação profissional construídos	3	1	X	X	Nampula (Malema)		
181	Apetrechar Centros de Emprego (CE) e de Formação Profissional (CFP)	Número de centros de emprego apetrechados	1	1	X	X	Cidade de Maputo.	Candidatos a emprego, trabalhadores e empregadores	MITESS
		Número de centros de formação apetrechados	5	1	X	X	Niassa (Cuamba)		
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (viii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferro-portuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística									
Programa: Infraestruturas Agrária-Pescas-Comércio									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
182	Reconstruir o Cais 1 do porto de Pesca da Beira	Percentagem de execução das obras do empreendimento	100%	30%		X	Beira-Sofala	Amadores de Pesca	MMAFP

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (viii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferro-portuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística									
Programa: Infraestruturas Agrária-Pescas-Comércio									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
183	Construir e operacionalizar mercados de peixe	Número de mercados de peixe construídos e operacionalizados	19	19	X	X	Mercados construídos (8): Nampula - Nacala-Porto (1); Inhambane - Vilanculos (1); Inhassoro (1); Govuro (1); Gaza - Bileine (1); Xai Xai (1); Maputo - Marracuene (1) e Kanyaka (1) Mercados operacionalizados (11): Cabo Delgado - Palma (1), Mocimboa da Praia (1), Macomia (1); Nampula - Memba (1), Nacala Porto (1); Zambézia - Pebane (1), Quelimane (1); Sofala - Buzi (1); Inhambane - Maxixe (1); Maputo: Marracuene (1) e Cidade de Maputo (1)	1.240 pessoas (530 Mulheres)	MMAP
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (viii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferro-portuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística									
Programa: Infraestruturas de Comunicação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
184	Iniciar a construção de infra-estruturas de acostagem (betonagem e implantação de estacas)	% da execução da obra	25	15	X	X	Tete (Marávia)	Utentes	MTC
185	Concluir a reabilitação da linha férrea Cuamba-Lichinga	Km de linha reabilitada	152	152	X	X	Niassa	População	MTC
186	Concluir a reabilitação da linha férrea de Sena (aumentar a capacidade para 20 milhões de toneladas/ano)	Km de linha reabilitada	578	578	X	X	Beira/Moatize	População	MTC
187	Concluir a reabilitação da pista do Aeroporto Internacional do Maputo	% de reabilitação do Aeroporto	100	100		X	Maputo	População	MTC
188	Concluir a reconstrução de ponte ferroviária	Número de pontes ferroviária concluída	1	1	X	X	Maputo (Boane-Linha de Goba)	População	MTC
189	Reabilitar o porto de Nacala, Fase II	% de reabilitação e expansão do porto	25	10	X	X	Nampula (Nacala)	Utentes do porto	MTC

5.5. ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

PRIORIDADE V:ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (I): Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos									
Programa: Planeamento Territorial									
Nº de Ordem	Ação	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
190	Divulgar o potencial Geológico Mineiro de Moçambique e apoiar ao empresarialado nacional	Número de feiras organizadas e participadas	10	10	X	X	Províncias de Nampula (1), Tete (1), Inhambane (1), Gaza (1) e Maputo (4); e Países: Tailândia (1) e França (1)	Estudantes e público em geral	MIREME
191	Concluir a Cartografia Geológica em Áreas potenciais na Escala 1:50.000	Carta geológica na folha 982 abrangendo as áreas de Machaze e Mussorize concluída	1	1	X	X	Província de Manica (Machaze e Mussorize)	Governo, investidores e Comunidade Científica e público em geral	MIREME
192	Elaborar Plano de pomenor das Zonas de Interesse Turísticas (oleamento e arranhenb)	Número de Zonas Ordenadas	1	1	X	X	Zonas de Interesse Turísticas de Crusse Jamali	Operadores do Sector do Turismo	MICULTUR
PRIORIDADE V:ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (II): Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais									
Programa: Sustentabilidade Ambiental									
Nº de Ordem	Ação	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
193	Distribuir matracas aos extensionistas e produtores nas demonstrações modelo no âmbito da agricultura de conservação	Número de ha cultivados usando métodos de Agricultura de Conservação	700.000	700.000		X	Nacional	1.000 Produtores	MASA
194	Proseguir com a inventariação e conservação de amostras geológicas com valor museológico do País	Número de catálogos de gemas e geomorfológicos de Moçambique produzidos	2	2	X	X	Zona norte (Distrito de Gile, Mucuba, Alto-Molôcue, Ribaué, Matema e Rapale)	Empresariado nacional, turistas e público em geral	MIREME
195	Realizar monitorias da implementação de boas práticas ambientais e utilização de tecnologias apropriadas à produção mineira de areias pesadas, grafites, carvão, Metais básicos e tantalite	Número de monitorias de implementação de boas práticas ambientais realizadas	14	5	X	X	Cabo Delgado (Balama e Ancudbe), Nampula (Larde e Angoche), e Inhambane (Jangamo)	Operadores mineiros e Com	MIREME
196	Produzir fornos para o fabrico de fogões melhorados	Número de fornos produzidos	20	20	X	X	Províncias de Cabo Delgado (Femba-Menje e Muxara), Zambezia, Tete, Sofala e Maputo (Boane)	Comunidades e associações produtoras de material de olaria	MIREME

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

Objectivo Estratégico (II): Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais

Programa: Sustentabilidade Ambiental

Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
197	Realizar campanhas de divulgação e capacitação em boas práticas ambientais	Número de campanhas realizadas Número de Administradores Distritais e Presidentes Municipais capacitados	11 257	11 257	X	X	Todas as Províncias Todo o País	Comunidades abrangidas Administradores distritais e Presidentes de Municípios	MITADER
198	Prestar assistência técnica na elaboração de Planos Estruturas Urbanas (PEUs)	Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	6	4	X	X	Nampula (Malembe), Tete (Nhamaiabué), e Inhambane (Mormubene e Jangamo)	Comunidades abrangidas	MITADER
199	Prestar assistência técnica aos Governos Provinciais na elaboração dos Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDT)	Número de planos provinciais de Desenvolvimento Territorial elaborados	2	2	X	X	Gaza e Manica	Comunidades abrangidas	MITADER
200	Elaborar o Plano Geral de Urbanização da Península de Atóji (Reacentada)	Número de planos Gerais de Urbanização elaborados	1	1	X	X	Cabo Delgado	Comunidades abrangidas	MITADER
201	Registar famílias no sistema de gestão de informação de terra no âmbito da regularização de terra dos ocupantes de boa fé	Número de famílias registadas no Sistema de Gestão de Informação de Terra	100.000	100.000	X	X	Todo o País	Famílias abrangidas	MITADER
202	Proseguir com a reposição de fauna brava nas áreas de conservação	Número de animais reintroduzidos	500	500	X	X	Reserva Especial de Maputo	Áreas de Conservação	MITADER
203	Efectuar o mapeamento e inventários florestais e operativos à escala de 1:250.000	Número de Mapas de coberturas florestais a escala 1:250.000 produzidos	4	4	X	X	Províncias de Tete, Zambézia Nampula, Cabo Delgado e Niassa	Comunidades abrangidas	MITADER
		Número de Relatórios Provinciais de avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos florestais elaborados	4	4	X	X	Províncias de Tete, Zambézia Nampula, Cabo Delgado e Niassa	Comunidades abrangidas	MITADER
204	Construir Postos Fixos de Fiscalização	Número de postos fixos de fiscalização Construídos	5	5	X	X	Mputo(Marracuene), Sofala(Inchope), Manica(Gun), Zambézia(Rio Ligonha e Ruassa).	Comunidades abrangidas	MITADER
205	Elaborar os Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas e respectivos instrumentos de orientação	Número de Planos Locais de Adaptação elaborados	10	10	X	X	Maputo (Moamba e Marracuene), Sofala(Buzi e Caia), Manica(Macossa e Tambara), Tete(Mutanzara e Magoé) e Niassa(Melancia e Marrupa)	Comunidades abrangidas	MITADER

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (iii): Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento									
Programa: Qualidade Ambiental									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
206	Realizar estudos sobre o estado de exploração do recurso pesqueiro e cruzeiros de investigação	Número de estudos realizados	6	4		X	Toda costa moçambicana e Teie (Abuifeira de Cahora Bassa)	População em geral	MMAIP
207	Fiscalizar as actividades de exploração de recursos no mar e nas águas territoriais e na Zona Económica Exclusiva (ZEE)	Número de fiscalizações realizadas	8	2	X	X	Maputo, Niassa, Teie e Manica	Operadores das pesca, estabelecimentos e População em geral	MMAIP
208	Monitorar as actividades de Prospekção e Pesquisa Geológicas e de levantamentos Geológicos Sistemáticos do País	Número de projectos de prospekção e pesquisa de ouro, carvão, pedras preciosas e semi-preciosas, tantalite, bauxite, areias pesadas e matérias de construção monitorados	50	25	X	X	Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Zambézia	Instituições públicas e privadas, investidores e Comunidade Científica e público em geral	MIREME
PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (iii): Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento									
Programa: Qualidade Ambiental									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
209	Realizar inspeções e auditorias as operações mineiras, petrolíferas, combustíveis, infra-estruturas, instalações eléctricas e realização de inspeções regulatórias de fontes de radiação ionizante	Número de inspeções às operações mineiras realizadas	70	30	X	X	Províncias de Maputo e Gaza	Operadores mineiros e seus trabalhadores	MIREME
		Número de inspeções às operações petrolíferas e infra-estruturas de combustíveis realizadas	90	20	X	X	Província de Maputo e Cidade de Maputo	Operadores Petrolíferos e de combustíveis e seus trabalhadores	MIREME
		Número de inspeções às infra-estruturas de instalações eléctricas	120	80	X	X	Províncias de Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo	Operadores de instalações eléctricas e público em geral	MIREME
		Número de inspeções de fontes de radiação ionizante realizadas	90	45	X	X	Todas as Províncias	Operadores de equipamento de radiação ionizante	MIREME

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (III): Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento									
Programa: Qualidade Ambiental									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
210	Promover o acesso e disseminar técnicas e tecnologias de extracção e processamento sustentável dos recursos minerais e prosseguimento dos ensaios de testagem de minerais industriais na agricultura e na pecuária	Número de operadores capacitados	200	50	X	X	Provincia de Tete	Associações de minерadores artesanais e de pequena escala	MIREME
		Número de Ensaios de testagem realizadas	4	2	X	X	Provincias de Inhambane e Gaza	Associações de minерadores artesanais e de pequena escala	
211	Aprovar o Plano de Desenvolvimento da Área 1 e Área 4	Número de Projectos aprovados	2	2	X	X	Cabo Delgado	Concessionários	MIREME
PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (V): Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infraestruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas									
Programa: Gestão de Riscos de Desastres									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
212	Criar e equipar os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC)	Número de CLGRC criado, revitalizados e equipado	190	65		X	Cidade de Maputo (7);Gaza (5); Inhambane (3); Sofala (6); Manica (6); Tete (6); Zambezia (8); Nampula (8); Ntassa (5); Cabo Delgado (6)	1170 membros das comunidades a nível nacional (468 Homens e 702 Mulheres)	MAEPF
213	Realizar simulações de ocorrência de calamidades com envolvimento das comunidades	Número de Comunidades envolvidas nos Exercícios de Simulações sobre ocorrência de calamidades	35	18		X	Ntassa (2), Cabo Delgado (2), Nampula (1), Zambezia (2), Tete (2), Manica (1), Sofala (1), Inhambane (2), Gaza (2), Maputo Cidade (2), Maputo Província (1)	4.230 famílias envolvidas	MAEPF

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (V): Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infraestruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas									
Programa: Gestão de Riscos de Desastres									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
214	Mapear as zonas de riscos de calamidades	Número de distritos mapeados sobre o risco de calamidades	14	14		X	Maputo Província (4), Maputo Cidade (2), Gaza (1), Soáia (3), Nampula (2), Cabo Delgado (1) e Niassa (1)	Comunidades dos Distritos de Matutine , Kalambe, Kanhaca, Chemba, Nacala Porto, Nacala-a-Velha, Pemba, Muenbe, Bileene, Moamba, Manhiça, Namacha, Marracuene, Caia, Dondo e Machanga	MAEFP
215	Fortalecer a Unidade Nacional de Protecção Civil para a realização eficaz, célere e atempada das operações de busca e salvamento nas áreas afectadas por desastre	Número de barcos adquiridos para operações de busca e salvamento	6	4		X	Nampula (4)	População resgatada	MAEFP
216	Expandir e modernizar a Rede de Observações Meteorológicas até ao distrito	Número de Estações em funcionamento	16	16		X	Moma (Nampula), Muite (Nampula), Murrupula (Nampula), Chinde (Zambézia), Murrumbala (Zambézia), Gurte (Zambézia), Fingoe, Furacungo, Changara, Ulongue e Zumbo (Tete), Machanga, Nhamatanda, Inhaminga (Soáia), Funchalouro (Inhambane) e Zibundo (Maputo)	País e Público em Geral	MTC

PILARES DE SUPORTE DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO

5.6. CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO

PILAR I : CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO

Objectivo Estratégico (I): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública

Programa: Apoio institucional e administrativo

Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
217	Realizar cursos de formação e capacitação aos Profissionais de Justiça em matéria de competência específica do seu local de trabalho	Número de Profissionais Capacitados e formados	326.000	150	X	X	Maputo Cidade e Província	Sistema da Administração da Justiça e Público em geral (90 capacitados e 60 formados)	MJOR
218	Informatizar o sistema de registos e notariados	Número de instituições ligadas a interoperabilidade com outros sistemas de registo e notariados do Governo	4	2		X	Todas as Províncias	Público em Geral	MJOR
		Número de Distritos ligados aos sistemas de registo civil e criminal	141	22	X	X	Cidade de Maputo: (1ª Conservatória do registo civil de Maputo, 2ª conservatória do registo Civil de Maputo) Província Maputo (Namaacha, Boane, Matola, Marracuene e Magude); Gaza: (Xai-Xai); Inhamitanga (cidade de Inhambane, Maxixe e Jagamo); Zambeza: (Quelimane, Mocuba, Mianje e Alto-Molocué) e Nampula: (Cidade de Nampula, Ribaué, Nacala, Ilha de Moçambique, Angochie e Morapo)	Público em Geral	MJOR
219	Implementar o Sistema de Licenciamento Electrónico de Empreendimentos Turísticos e a plataforma de comunicação interna (intranet)	Número de Sistemas de Licenciamento Electrónico implementados	1	1	X	X	Nível Nacional e internacional	Operadores do Turismo	MICULTUR
220	Construir e reabilitar infraestruturas para os Órgãos Locais do Estado e para os municípios criados em 2013	Número de Residências Oficiais de Administradores de Distritos em construção	7	5		X	Distritos: Lardê e Lúpo; Luabo, Mulevata e Mulunbo	Governos dos distritos abrangidos	MAEFP
221	Capacitar gestores de escolas, nas áreas de liderança e gestão	Número de gestores capacitados	3.325	2.401	X	X	Nampula (400), Zambézia (420), Tete (40), Manica (40), Sofala (40), Inhambane (200), Gaza (341), Maputo (317), Cidade de Maputo (75), Niassa (264), Cabo Delgado (264)	1.475 instituições de ensino	MINEDH

PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (I): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública									
Programa: Apoio institucional e administrativo									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
222	Colocar Profissionais de Saúde de nível superior, médicos e básicos nas Províncias	Número de profissionais de nível superiores colocados	631(Médicos Generalistas 205 e Médicos Dentistas 74)	557(Médicos Generalistas 205 e 352 outros profissionais de nível superior)	X	X	A nível nacional	População em Geral	MISAU
		Número de profissionais de nível médio colocados	2.988 técnicos de nível médio, (756 Enfermeiros Gerais e 406 de SMI e 1.806 outros técnicos de saúde de nível médio)	2.272 técnicos de nível médio, (756 Enfermeiros Gerais e 406 de SMI e 1.110 outros técnicos de saúde de nível médio)	X	X	A nível nacional		
		Número de profissionais de nível básico colocados	139	139	X	X	A nível nacional		
PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (I): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública									
Programa: Consolidação da Administração Pública									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
223	Rever o Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE)	Proposta de revisão do EGFAE elaborada	1	1		X	Cidade de Maputo	Funcionários e Agentes do Estado	MAEFP
224	Formar e capacitar técnicos profissionais em Administração Pública, quadros das autarquias, lideranças, membros das comissões de avaliação de documentos, funcionários e agentes do Estado aos vários níveis	Número de funcionários e agentes do Estado formados/capacitados e número de membros de comissões capacitados	7.620	4.953	X	X	Todas as províncias do País e municípios de Boane, da Praia do Bilene; Quissico; Nhamatanda, Sussundenga, Nhamayabue; Maganja da Costa, Malema, Chitule e Mandimba	Todos os Funcionários e Agentes do Estado	MAEFP
225	Realizar inspecção as instituições dos órgãos Centrais e locais da Administração Pública	Número de instituições de órgãos centrais e locais inspecionados	38	26	X	X	Cidade de Maputo, Inhambane, Gaza Tete, Zambézia, Soia, Manica, Nampula, Niassa e Cabo Delgado	Instituições abrangidas e seus utentes	MAEFP
226	Expandir a Rede Electrónica do Governo aos Distritos	Número de Distritos ligados ao GovNet	15	6	X	X	Balana (Cabo Delgado), Namitli, Luopo (Nampula), Pebane (Zambézia), Marara (Tete) e Chonguene (Gaza)	Sociedade em geral	MOESTIP

PILAR I : CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (I): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública									
Programa: Consolidação da Administração Pública									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
227	Formar funcionários, Agentes do Estado e jovens na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)	Número de funcionários, agentes do Estado e jovens formados em TICs	15.000	10.000	X	X	Niassa (727); Cabo Delgado (978); Nampula (1.062); Zambезia (987); Itebe (760); Sofala (936); Inhambane (935); Gaza (603); Maputo (2.397); Unidade Móvel (705)	10.000 formandos	MCTESTP
228	Realizar o estudo actuarial do sistema de previdência social dos funcionários e agentes do Estado	Relatório do estudo actuarial aprovado	1	1	X	X	Nível central	Funcionários e agentes do Estado	MEF
PILAR I : CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (II): Melhorar o Ambiente de Negócios									
Programa: Promoção do Empresariado Nacional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
229	Integrar os BAU na plataforma electrónica (sectores de Comércio, Indústria, Turismo e Simplificado)	Número de dias para o licenciamento nos sectores de (Indústria, Comércio e Turismo)	8 dias em média	8 dias em média		X	Todo o País	Agentes económicos e população em geral	MIC
		Número de procedimentos para abertura de empresa	6 procedimentos	6 procedimentos		X			MIC
230	Contribuir para a transformação do agente económico informal em formal	Número de agentes económicos informais transformados em formais	1.000	1.000	X	X	Todo o País	Agentes Económicos e público em Geral	MIC

PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (III): Prosseguir a reforma e capacitação dos órgãos locais do Estado, autarquias locais e Assembleias provinciais									
Programa: Consolidação da Administração Pública									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
231	Capacitar os Conselhos Locais e Autoridades Comunitárias	Número de membros de CLs e ACS capacitados	9 000	4 000	X	X	Todas as provincias e Cidade de Maputo	10 Provincias e Cidade de Maputo	MAEFP
232	Continuar a descentralização e reforma dos OLEs	Estrutura do Governo Provincial em implantação	1	1		X	Todas as Provincias	Órgãos locais	MAEFP
PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (IV): Assegurar uma Justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos									
Programa: Justiça, Legalidade e Segurança									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
233	Aumentar a eficiência e celeridade na dedução da acusação e redução da pendência processual	Número de casos julgados por ano	Aumentados em 5% os casos julgados em relação ao ano anterior	Aumentados em 5% os casos julgados em relação ao ano anterior	X	X	Todo o País	Público em Geral	MJCR
234	Implementar Penas Alternativas à Prisão	Grau de execução das penas alternativas a prisão aplicadas	37%	37%	X	X	Todo o País	Reclusos e Sociedade em geral	MJCR
235	Prestar assistência jurídica e patrocínio judiciário a população economicamente desfavorecida	Número de cidadãos carenciados assistidos pelo Estado	179 934	179 934	X	X	Todo o País	179 934 casos (Cidade de Maputo - 7 272; Província de Maputo - 12 281; Gaza - 6 537; Inhambane - 8 779; Soiala - 8 931; Manica - 13 884; Zambézia - 9 500; Teie - 7 880; Namputula - 59 946; Niassa -17 507 e Cabo Delgado - 11 207)	MJCR
236	Promover a divulgação da legislação como forma de elevar a cultura jurídica do cidadão	Número de eventos públicos de divulgação da legislação realizados	322 (302 palestras, 7 campanhas, 5 jornadas, 4 spots radiofónicos, 4 spots televisivos)	290 (270 palestras, 7 campanhas, 5 jornadas, 4 spots radiofónicos, 4 spots televisivos)	X	X	Todo o País	Público em Geral	MJCR
237	Registar crianças na Semana Nacional de Saúde	Número de crianças registadas na semana nacional de saúde	600 000	300 000	X	X	Todo o País	Crianças dos 0 - 5 anos de idade	MJCR

PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (V): Prosseguir o combate à corrupção, o reforço da prevenção e combate a todo tipo de crimes, emissão de documentos de identificação, controlo do movimento migratório e salvaguarda pública									
Programa: Justiça, Ordem e Tranquilidade Pública									
Nº de Ordem	Ação	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
238	Implementar as medidas de prevenção e repressão de actos de corrupção	Número de Processos relativos a legalidade dos Actos e Contratos fiscalizados	65.000 Processos de pessoal e 6.000 processos não relativos a pessoal	40.000 Processos de pessoal e 3.000 processos não relativos a pessoal	X	X	Todo o País	Público em geral	MJCR
		Número de Audiências	400	300	X	X	Território nacional e embaixadas de Moçambique no Exterior	Sectores do Estado a Nível Nacional e Internacional e Público em Geral	MJCR
		Emissão do Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2015	1	1	X	X	Maputo	Público em geral	MJCR
		Número de Contas Públicas de Gerência apreciadas	300	300	X	X	Maputo	Público em geral	MJCR
239	Fortalecer a ligação Polícia-Comunidade	Número de reuniões de ligação polícia- comunidade realizadas	8.465	8.465	X	X	Nível Nacional	População em geral	MINT
240	Prevenir e combater a criminalidade	Número de patrulhas realizadas	2.102.280	2.102.280	X	X	Todo o País	População em geral	MINT
		Número de veículos fiscalizados	700.000	700.000	X	X	Todo o território nacional, especialmente nas cidades e vilas, fronteiras terrestres e marítima	População em geral	MINT
241	Aperfeiçoar os serviços de ordem e segurança pública	Número de Viaturas operativas adquiridas	97	33	X	X	Nível Nacional	Electivos operativos	MINT
242	Produzir documentos de identificação com características biométricas	% de BIs produzidos em relação aos solicitados	87%	87%	X	X	Todo o País	Cidadãos Nacionais	MINT
		% de moçambicanos que possuem o BI biométrico em relação ao total da população	27%	27%		X	Todo o País	Cidadãos Nacionais	
		% de DIREs produzidos em relação aos solicitados	100%	100%	X	X	Nível Nacional	Imigrantes estrangeiros	
		% de Passaportes produzidos em relação aos solicitados	87%	87%	X	X	Nível Nacional	Imigrantes estrangeiros	
		% de vistos de Fronteira emitidos	100%	100%	X	X	Nível Nacional	Imigrantes estrangeiros	MINT
243	Controlar o fluxo migratório								
244	Capacitar e aperfeiçoar os serviços de Salvaguarda Pública	Número de pessoas capacitadas	65	65	X	X	Nível Nacional	65 Técnicos (sendo 10 Mulheres)	MINT

PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (vi): Assegurar serviços de comunicação social e informação de qualidade									
Programa: Provisão dos Serviços de Comunicação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
245	Adquirir equipamentos para televisão digital e para a digitalização da Mediateca	Número de equipamento adquirido e mediateca digitalizada	1.200.000 Descodificadores para televisão digital, 18 Emissores, 2 estudos móveis equipados com 10 câmaras, 1 unidade de transporte de sinal, 2 OB-Box, 1 Flyaway, 10 estudos de produção e 1 mediateca	1.200.000 Descodificadores para televisão digital, 18 Emissores, 2 estudos móveis equipados com 10 câmaras, 1 unidade de transporte de sinal, 2 OB-Box, 1 Flyaway, 10 estudos de produção e 1 mediateca	X		Maputo	Maputo	GABINFO

5.7. PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONOMICO EQUILIBRADO E SUSTENTAVEL

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (I): Aumentar a arrecadação das receitas do Estado, assegurar a afectação criteriosa dos recursos, reduzir o défice orçamental e adequar a gestão da previdência social dos funcionários e agentes do Estado									
Programa: Sistema Financeiro									
Nº de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
246	Manter o défice orçamental a níveis sustentáveis	Défice orçamental antes do donativo em percentagem do PIB	8,9%	8,9%	X	X	Nível nacional	População em geral	MIEF
247	Manter a dívida pública a níveis sustentáveis	Valor Presente do Stock da dívida em 37% do PIB	40	40	X	X	Nível nacional	População em geral	MIEF
248	Melhorar a eficiência na prestação dos serviços de Previdência Social	Número de Pensões fixadas	15,000	15,000	X	X	Todo o País	Pensionistas	MIEF
249	Prosseguir com a descentralização financeira	Número de novos órgãos e instituições do Estado que operam no e-SISTAFE	70	70		X	Nível nacional	População em geral	MIEF
PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (I): Aumentar a arrecadação das receitas do Estado, assegurar a afectação criteriosa dos recursos, reduzir o défice orçamental e adequar a gestão da previdência social dos funcionários e agentes do Estado									
Programa: Política Fiscal, monetária e cambial									
Nº de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
250	Construir novos Postos de cobrança de receitas e formar disseminadores comunitários	Número de Postos abertos e operacionais	6	6	X	X	Norte: Nacala a Velha, Ribáuê e Mueda; Centro: Nhamatanda e Changara Sul; Marracuene	306.239 Cidadãos	MIEF
		% de Contribuintes das UGCs a pagar via banco	50%	50%	X	X	Todas as províncias e municípios	População em geral	MIEF
		Número de disseminadores formados	16,000	12,000	X	X	Nível Nacional	Líderes comunitários e cidadãos	MIEF

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (ii): Formular políticas e estratégias nacionais, sectoriais e territoriais integradas									
Programa: Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Estatísticas									
Nº de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
251	Prosseguir com a realização de Censos e outros Inquéritos	Número de Censos e Inquéritos realizados	3 (1 Censo Populacional Piloto; 1 Censo de Empresas (CEMPRE-recolha de dados na região Centro e Norte); e 1 relatório final Inquérito aos Organismos Familiares)	3 (1 Censo Populacional Piloto; 1 Censo de Empresas (CEMPRE-recolha de dados na região Centro e Norte); e 1 relatório final Inquérito aos Organismos Familiares)	X	X	Nível Nacional	População em geral	INE
PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (iii): Promover o crescimento sólido e estável do mercado de seguros e da Bolsa de Valores									
Programa: Gestão de Seguros									
Nº de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
252	Promover o desenvolvimento de seguros	Taxa de penetração de seguros na economia (contributo do seguro na economia)	1,8%	1,8%	X	X	Nível Nacional	População em geral	MEF
PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (v): Promover o crescimento sólido e estável do mercado de seguros e da Bolsa de Valores									
Programa: Sistema Financeiro									
Nº de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
253	Promover a adesão de PMEs no Segundo Mercado	Número de empresas cotadas na Bolsa de Valores no seguimento accionista Capitalização bolsista em % do PIB	1	1	X	X	Nível Nacional	População em geral	MEF

5.8. REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PILAR III: REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL									
Objectivos Estratégicos (i): Consolidar, aprofundar e expandir a Cooperação Bilateral									
Programa: Cooperação Internacional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
254	Receber visitas de Chefes de Estado e/ou de Governos, Ministros dos Negócios Estrangeiros, Representantes de Organizações Internacionais, Organismos Regionais/Continentais e outras Altas Individualidades Estrangeiras	Número de visitas recebidas	16	16	X	X	Maputo (16)	Nacional	MINEC
255	Participar em Cimeiras, Conferências e Reuniões Estatutárias de carácter Bilateral, Multilateral, Regional e Continental	Número de participações em eventos internacionais	37	12	X	X	Brasil, Brasil (1) Nova Iorque, EUA (1); Ilha das Margaridas, Venezuela (1); Istambul, Turquia (1) Adis Abeba, Etiópia (3); Gaberone, Botswana (1); Quénia (1); Mbabane, Swazilândia (1) Lomé, Togo (1); Kigali, Ruanda (1)	Nível Nacional	MINEC
256	Participar em Conferências Ministeriais, Comissões Mistas (CM), Diálogos Políticos (DP), Consultas Políticas (CP), Reuniões Técnicas (RT)	Número de participações em eventos	130	23	X	X	RSA, Pretória (1); Dar-Es-Salam, Tanzania (1); Minsk, Bielorrússia (1); Nova Iorque, EUA (5); Lima, Perú (1); Maputo (5); Brasília, Brasil (1); Lusaka, Zâmbia (1); Lisboa, Portugal (3); Locais por indicar (3); Johannesburg e África do Sul (1)	Nível Nacional	MINEC
257	Garantir a protecção legal, assistência humanitária e apoio aos Requerentes de Asilo e Refugiados (RARs) no país	Número de RARs assistidos	20,522	20,522	X	X	Nível nacional	20,522	MINEC
258	Garantir a preparação e participação de Moçambique em Competições Internacionais	Número de medalhas conquistadas	Jogos Paralímpicos (1)	Jogos Paralímpicos (1)		X	Brasil	4 Atletas	MJD
			CPLP (25)	CPLP (25)		X	Cabo Verde	68 Atletas	MJD
			AUSC R5 (25)	AUSC R5 (25)		X	Angola	s/i	MJD
			Jogos olímpicos (10)	Jogos olímpicos (7)		X	Brasil	7 atletas	MJD

PILAR III: REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL									
Objectivos Estratégicos (IV): Estimular a contribuição dos moçambicanos na diáspora, no Desenvolvimento Nacional e fortalecer o apoio às comunidades moçambicanas no exterior, aos refugiados e requerentes de asilo no País									
Programa: Apoio as comunidades moçambicanas no exterior									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
259	Estimular a contribuição dos moçambicanos na diáspora no desenvolvimento nacional e fortalecer o apoio as comunidades moçambicanas no exterior	Número de comunidades moçambicanas no exterior atingidas pelas campanhas de sensibilização sobre os riscos e consequências de emigração ilegal	8	2	X	X	Alemanha e Portugal	Comunidades moçambicanas na diáspora	MINEC
		Número de comunidades moçambicanas na diáspora assistidas através dos meios de comunicação e das novas tecnologias	8	2	X	X	Alemanha e Portugal		
		Número de Reuniões Nacionais do Conselho Consultivo das comunidades moçambicanas na diáspora	2	1	X	X	Maputo		

VI: ANEXO DO PLANO ECONOMICO E SOCIAL DE 2016 REVISTO

ACÇÕES RETIRADAS, COM A INDICAÇÃO DA NÚMERAÇÃO DO DOCUMENTO DO APROVADO PELA RESOLUÇÃO

125/2015 DE 29 DE DEZEMBRO

Número total de acções retiradas: 69 das 308 acções aprovadas

Número de acções retiradas por Prioridade/Pilar de Suporte

PRIORIDADES DO GOVERNO

Prioridade I: Consolidação da Unidade Nacional, da Paz e da Soberania : **5**

Prioridade II : Desenvolvimento do Capital Humano e Social : **11**

Prioridade III: Promoção do Emprego, da Produtividade e Competitividade: **8**

Prioridade IV: Desenvolvimento de Infraestruturas Económicas e Sociais: **22**

Prioridade V: Assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente: **9**

PILARES DE SUPORTE DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO

Pilar I: Consolidação do estado de direito democrático, boa governação e descentralização: **12**

Pilar II: Promover um ambiente macro-económico equilibrado e sustentável: **1**

Pilar III: Reforçar a cooperação internacional: **1**

PRIORIDADE I: CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA

PRIORIDADE I: CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA									
Objectivos Estratégicos (i):Defender e consolidar a Unidade Nacional e a cultura de paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural									
Programa: Valorização do Património Cultural									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
8	Pesquisar, preservar, elevar a categoria de património nacional e internacional e divulgar a História e o Património da Luta de Libertação Nacional	Número de locais históricos pesquisados, preservados e elevados a categoria de património nacional e internacional	5	X	X	Tete (Chicondanoio), Cabo Delgado (Ibo, Chai e Mueda) Maputo Cidade (Ilha Xefina)	População em geral	MICO	
14	Reabilitar instalações do futuro centro de memória de canvão	Centro de memória reabilitado	1	X	X	Provincia de Tete (Moatize)	Estudantes, investigadores e público em geral	MIREME	
PRIORIDADE I: CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, DA PAZ E DA SOBERANIA									
Objectivo Estratégico: (ii) Defender a soberania, a reafirmação das fronteiras marítimas e terrestres e consolidar as missões perenes e de interesse público									
Programa: Fronteiras Marítimas e Terrestres									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
15	Prosseguir com a delimitação da fronteira marítima entre a República de Moçambique e a República da África do Sul	Milhas de fronteiras delimitadas	452 Milhas náuticas	X	X	Ao longo da Fronteira Marítima de Moçambique	População em geral	MINEC	
16	Monitorar o processo de extensão da Plataforma Continental da República de Moçambique para além das 200 milhas náuticas	Número de eventos realizados	3	X	X	Águas sob jurisdição nacional	População em geral	MINEC	
17	Prosseguir com o processo de reafirmação da fronteira terrestre com os países vizinhos, e determinar a linha de base ao longo da costa marítima nacional	Kms de linha de base determinados	3.000	X	X	Ao longo da costa marítima nacional	População em geral	MINEC	

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL								
Objectivo estratégico (I): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano								
Programa: Acesso a Educação								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
31	Formar técnicos em radioprotecção e segurança nuclear	Número de técnicos formados	15	X	X	Cidade de Maputo	Operadores, utilizadores e o público em geral	MIREME
32	Formar técnicos a declarar e a responder ao tráfego ilícito de material nuclear e outros radioactivos	Número de novos técnicos formados	25	X	X	Cidade de Maputo	Operadores, utilizadores e o público em geral	MIREME
34	Formação de Inspectores de minas, Inspectores de petróleos, Inspectores de Energia e Inspectores de segurança técnica	Número de técnicos formados	55	X	X	Maputo (UEM), Tate (IPST) e Alemanha, Sudão, Índia e Chile	Inspectores	MIREME
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL								
Objectivo estratégico (I): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano								
Programa: Acesso a Educação								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
39	Formar técnicos médios em economia de trabalho	Número de cidadãos formados	50 técnicos médios		X	Maputo Cidade	Estudantes	MITESS

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Programa: Provisão dos Serviços de Transporte									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
66	Adquirir embarcações	Número de embarcações adquiridas para a fiscalização marítima	1		X	Maputo	População	MTC	
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população									
Programa: Juventude e Desportos									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
77	Premiar jovens no âmbito da Gala Nacional do Prémio Jovem Criativo	Número de jovens distinguidos	33		X	Todas as Províncias	33 Jovens Distinguidos	MJD	
		Número de jovens distinguidos e premiados	3		X	Todas as Províncias	Jovens envolvidos	MJD	
82	Formar operadores turísticos no âmbito do Programa Bem Servir	Número de campanhas de sensibilização realizadas	11	X	X	Nacional	Sociedade em geral	MICULTUR	
PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população									
Programa: Desenvolvimento da Cultura									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
83	Promover o cinema itinerante e intercâmbios cinematográficos a nível nacional	Número de sessões promovidas	75	X	X	Nível Nacional	Sociedade em geral	MICULTUR	

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL								
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade								
Programa: Protecção Social								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
93	Adquirir e distribuir meios de compensação para Combatentes e fardamento para os Veteranos	Número de meios de compensação distribuídos	500		X	A nível nacional	Combatentes	MICO
94	Construir casa para combatentes	Número de casas construídas	20		X	Maputo Província (1), Gaza(1), Inhambane (1), Sofala (1), Manica(1), Tete(1), Nampula(1), Zambézia(1), Niassa(1) e Cabo Delgado (1)	Combatentes	MICO
95	Prosseguir com a expansão de centros comunitários de energia nas novas ilhas com o objectivo de promover o empoderamento económico das mulheres	Número de centros comunitários de energia construídos e operacionais	5	X	X	Cabo Delgado (Macomia, Meluco e Quissanga), Gaza e Maputo	Agregados familiares chefados por mulheres e consumidores da rede eléctrica no geral	MIREME

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE								
Objectivo estratégico (I): Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas								
Programa: Investigação								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
104	Estabelecer Centros Multimédia Comunitários (CMCs)	Número de CMCs estabelecidos	5		X	Inhamitane (2);Sofia (1); Manica (1) e Niassa (1)	Comunidade em Geral	MCTESTP
106	Criar Banco de dados sobre plantas nativas moçambicanas	Banco de dados criado	1		X	CIDE - Namaacha	Estudantes, Investigadores das áreas das Ciências Biológicas, Agronómicas, Nutricionais e Médicas	MCTESTP
107	Capacitar Jovens e estimular a inovação e empreendedorismo científico e tecnológico	Número de jovens empreendedores capacitados no programa Ideias de Negócios	200	X	X	Cidade de Maputo (25);Província de Maputo (25); Niassa (50); Inhambane (25); Gaza (25) e Manica (50)	200 (sendo 50 Mulheres)	MCTESTP
		Número de protótipos de inovação financiados	3		X	Niassa e Zambézia	Jovens envolvidos	MCTESTP
108	Realizar a 14ª Mostra Nacional de Ciência e Tecnologia	Número de mostras de Ciência e Tecnologia realizadas	1		X	Cidade de Maputo	10.000 inovadores	MCTESTP

PRIORIDADE III: PROMOÇÃO DO EMPREGO, DA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE								
Objectivo estratégico (ii): Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e para o aumento das exportações								
Programa: Agro Indústria e Comércio								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
129	Realizar o 3º Fórum Nacional de Agronegócio	Fórum realizado	1		X	Niassa	Produtores a nível nacional	MASA
130	Apoiar no estabelecimento de pequenas unidades de processamento de mandioca	Número de unidades estabelecidas	2	X	X	Cabo Delgado e Teie	5.000 produtores(sendo 2.500 Mulheres)	MASA
132	Revitalizar e modernizar a Indústria transformadora	% do aumento da produção Industrial (Transformadora)	6,5%	X	X	Todo o País	População em geral	MIC
135	Assistir, financiar e acompanhar empreendedores e MPME'S de exportação, comercialização agrícola, lojas rurais, pesca, aquacultura, avicultura e processamento	Número de PME's e empreendedores assistidos	2.530	X	X	Todo o País	1.500 PME's	MIC

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS								
Objectivo Estratégico (I): Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-económicas, o consumo doméstico e a exportação								
Programa: Infraestruturas de Energia								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
154	Construir centrais de energia solar, instalar a central térmica flutuante e prosseguir a construção e reforço das linhas de transporte de energia eléctrica	km's de linhas de Alta e Média Tensão (110 kV) em construção	215	X	X	Províncias de Niassa - Marrupa, Nungo, Tumbe, Massenguezi, Estatará, Maponde, Mapupulo, Doloma, Namuno, Quamba, Marrupa, Mecula, Marrangira; e Cabo Delgado - Balama	8,000 consumidores	MIREME
156	Aumentar a capacidade de armazenagem de combustíveis	Número de aeroinstalação construídas	1 concluída e 1 iniciada	X	X	Província de Niassa, cidade de Lichinga e Nampula, Nacala Porto	Companhias aéreas que escalam a zona	MIREME
		Gua de enchimentos de combustíveis líquidos reabilitada e operacional	1	X	X	Província de Nampula (Cidade de Nacala-Porto)	Distribuidores e Consumidores da Zona Norte	MIREME
158	Expandir a rede de distribuição de gás natural canalizado para o uso doméstico e industrial	Número de novas ligações de gás natural concluídas	625	X	X	Cidade de Maputo: Bairros de Jardim, Benfica, Luis Cabral, Aeroporto e 25 de Junho	Consumidores da Cidade de Maputo	MIREME
159	Expandir os Centros de uso produtivo de energia com o objectivo de promover o empoderamento económico em particular das mulheres	Número de centros comunitários de energia construídos e operacionais	8	X	X	Cabo Delgado (Macomia, Meluco e Quissanga), Gaza (Guijá, Mabalane e Bilene), Inhambane (Morrumbene) e Niassa (Sanga)	Agregados familiares chefiados por mulheres e consumidores da rede eléctrica no geral	MIREME
161	Início da reabilitação da subestação conversora de Songo (Fase II)	Subestação com reabilitação iniciada	1	X	X	Tete (Songo)	Consumidores	MIREME

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS								
Objectivo Estratégico (iii): Construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação								
Programa: Gestão de Recursos Hídricos								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
176	Construir redes de estações hidroclimatólogicas e furos piezométricos	Número de furos piezométricos construídas	9		X	Bacia de Montepuez (1), Messalo (1), Mocimboa da Praia (1), Matema (2), Inhazónia (2), Incomati (1) e Limpopo (1)	Comunidades das bacias	MOPHRH
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS								
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional								
Programa: Infraestruturas de Justiça e Lei e Ordem								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
183	Proseguir com a construção de infra-estruturas da Justiça	Número de edifícios de justiça construídos	8		X	Edifício Sede do IPAJ (Maputo Cidade); 3 Palácios de Justiça (Guro, Namputa e Gaza) e Tribunais Administrativos Provinciais (Maputo Cidade, Gaza, Manica e Cabo Delgado)	Público em geral	MJACR
184	Proseguir com a construção e reabilitação de infra-estruturas penitenciárias	Número de instituições construídas	3		X	Estabelecimento Penitenciário Distrital (Namacha), Complexo Penitenciário Integrado Sul e Escola Prática da Guarda Penitenciária de Lhengue (Moamba)	Reclusos e formandos	MJACR

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS								
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional								
Programa: Infraestruturas de Justiça e Lei e Ordem								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
186	Reabilitar Infra-estruturas da Polícia da República de Moçambique	Número de estabelecimentos reabilitados	6	X	X	1 Edifício Sede - SENAMI - Cidade de Maputo; 2 Comandos Provinciais (Zambézia e Manica); 2 Comandos Distritais de (Caia - Sofala e Mueda - Cabo Delgado) 1 Unidade de Cavalaria de Sofala - Beira	Forças da Lei e Ordem das Províncias abrangidas e População em geral	MINT
192	Iniciar a construção de Hospitais Gerais (HG) e Provinciais (HP) de Nampula	Número de hospitais com a construção iniciada	2	X	X	Nampula (HG de Nampula)	População da província	MISAU
193	Realizar obras de reabilitação de hospitais	Número de hospitais provinciais reabilitados	1		X	Niassa (Hospital Provincial de Lichinga)	População da província	MISAU
194	Iniciar a II fase das obras de construção do Hospital Geral de Mavalane	Número de hospitais com obras de construção iniciada	1		X	Maputo Cidade (HG de Mavalane)	População da província	MISAU
196	Iniciar a construção do Laboratório de Próteses no Hospital Central de Maputo	Numero de Laboratórios construídos	1		X	Maputo Cidade (HCM)	População da província	MISAU
PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS								
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional								
Programa: Infraestruturas Sociais								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
201	Prosseguir a construção, reabilitação e apetrechamento de Unidades Sociais	Número de unidades sociais apetrechadas	2		X	Centro Aberto (1): Niassa (Lichinga); Jardim Infantil (1): Gaza (Xai-Xai)	Crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	MGCAS

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS								
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional								
Programa: Infraestruturas Sociais								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
202	Iniciar a segunda fase de construção de Centros de Recurso	Número de centros com as obras iniciadas	1	X	X	Provincia de Sofala, Cidade da Beira (Bairro da Manga)	População das comunidades abrangidas	MJD
203	Iniciar a primeira fase de construção de pousadas e centros comunitários da juventude	Número de pousadas construídas	1	X	X	Pousadas (1): Nampula - Ilha de Moçambique		MJD
		Número de centros comunitários construídos	10	X	X	Centros Comunitários (10): Maputo Provincia (2- Moamba e Boane); Cidade de Maputo (1), Gaza (1), Sofala (1), Manica (1), Zambézia (3), Nampula (1)		MJD
204	Construir e reabilitar infra-estruturas desportivas	Número de infra-estruturas municipais reabilitadas	1	X	X	Reabilitação de instalações municipais (1): Cidade de Tete (pavilhão municipal)	Movimento Desportivo Nacional	MJD
205	Implantar ginásios ao ar livre	Número de ginásios implantados	5	X	X	Maputo Cidade (1), Matola (1), Beira (1), Chimoio (1) e Lichinga (1)	População das provincias abrangidas	MJD
206	Apetechar o Centro Regional de Medicina Desportiva	Centro regional apetrechado	1		X	Provincia de Manica	Atletas	MJD

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (iii): Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento									
Programa: Qualidade Ambiental									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
207	Fiscalizar as actividades de exploração de recursos no mar e nas águas territoriais e na Zona Económica Exclusiva (ZEE)	Número de fiscalizações realizadas	8	2	X	X	Maputo, Niassa, Tete e Manica	Operadores das pesca, estabelecimentos e População em geral	MIMAIP
208	Monitorar as actividades de Prospekção e Pesquisa Geológicas e de levantamentos Geológicos Sistemáticos do País	Número de projectos de prospekção e pesquisa de ouro, carvão, pedras preciosas e semi-preciosas, tantalite, bauxite, areias pesadas e matérias de construção monitorados	50	25	X	X	Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Zambézia	Instituições públicas e privadas, investidores e Comunidade Científica e público em geral	MIREME
PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (iii): Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento									
Programa: Qualidade Ambiental									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Meta Revista	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
					I Sem	II Sem			
		Número de inspeções às operações mineiras realizadas	70	30	X	X	Províncias de Maputo e Gaza	Operadores mineiros e seus trabalhadores	MIREME
		Número de inspeções às operações petrolíferas e infraestruturas de combustíveis realizadas	90	20	X	X	Província de Maputo e Cidade de Maputo	Operadores Petrolíferos e de combustíveis e seus trabalhadores	MIREME
209	Realizar inspeções e auditorias as operações mineiras, petrolíferas, combustíveis, infraestruturas, instalações eléctricas e realização de inspeções regulatórias de fontes de radiação ionizante	Número de inspeções às infra-estruturas de instalações eléctricas	120	80	X	X	Províncias de Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo	Operadores de instalações eléctricas e público em geral	MIREME
		Número de inspeções de fontes de radiação ionizante realizadas	90	45	X	X	Todas as Províncias	Operadores de equipamento de radiação ionizante	MIREME
		Número de operadores capacitados	200	50	X	X	Província de Tete	Associações de mineiros artesanais e de pequena escala	
210	Promover o acesso e disseminar técnicas e tecnologias de extração e processamento sustentável dos recursos minerais e prosseguimento dos ensaios de testagem de minerais industriais na agricultura e na pecuária	Número de Ensaios de testagem realizadas	4	2	X	X	Províncias de Inhambane e Gaza	Associações de mineiros artesanais e de pequena escala	MIREME

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE								
Objectivo Estratégico (ii): Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais								
Programa: Sustentabilidade Ambiental								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
225	Implementar o programa de gestão ambiental nas zonas algodoceiras	Programas implementado	1	X	X	Zonas algodoceiras do País (30 distritos prioritários)	250 mil produtores e 14 empresas algodoceiras	MASA
226	Fomentar plantios florestais	Área de plantações comunitárias (ha)	2.000 ha	X		Nacional	Comunidade em geral	MITADER
		Área de plantações energéticas (ha)	2.000 ha	X		Nacional	Comunidade em geral	MITADER
		Área de plantações de protecção (ha)	2.000 ha	X		Nacional	Comunidade em geral	MITADER
227	Financiar Programas de Extensão e Pesquisa para reflorestamento	Número de Programas financiados	4 programas sobre: Espécies e procedências para o reflorestamento e, estabelecimento e manejo de florestas comunitárias	X		Nacional	Comunidades a nível nacional	MASA
228	Distribuir matracas aos extensionistas e produtores, nas demonstrações modelo no âmbito da Promoção da Agricultura de Conservação	Número de matracas distribuídas aos extensionistas e produtores	7.200		X	Nacional	7.200 membros da comunidade [(4.084 homens e 3.116 mulheres), (1.200 Extensionistas e 6.000 produtores)]	MASA
229	Proseguir com a inventariação e conservação de amostras geológicas com valor museológico do País	Número de sítios/geosítios inventariados, caracterizados e propostos a categoria de património natural	10	X	X	Zona Centro (Distritos de Moatize, Changara, Cahora Bassa, Mague, Guro, Bárú, Sussundenga, Chingoma, Nhamatanda e Gorongosa)	Empresariado nacional, turistas e público em geral	MIREME

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE								
Objectivo Estratégico (ii): Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais								
Programa: Sustentabilidade Ambiental								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
230	Produzir manual de educação ambiental no âmbito do projecto da Educação Geo-ambiental	Manual de educação ambiental produzido	1	X	X	Nível nacional	Estudantes, professores e público em Geral	MIREME
233	Realizar seminários regionais para disseminação do conhecimento das tecnologias de uso e conversão das fontes renováveis nas comunidades	Número de seminários regionais realizados	3	X	X	Nas regiões sul, centro e norte	Comunidades locais	MIREME
PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE								
Objectivo Estratégico (v): Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infraestruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas								
Programa: Gestão de Riscos de Desastres								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
252	Expandir os sistemas de informação e comunicação sobre gestão de risco de calamidades	Número de conselhos técnicos (provinciais e distritais) capacitados	30		X	Todo o País	660 pessoas	MAEFP
253	Fortalecer a Unidade Nacional de Protecção Civil para a realização eficaz, célere e atempada das operações de busca e salvamento nas áreas afectadas por desastre	Número de barcos adquiridos para operações de busca e salvamento	6		X	Nampula (4) e Gaza (2)	População resgatada	MAEFP

PILARES DE SUPORTE DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO

PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO

Programa: Apoio Institucional e administrativo								
Nº de Ordem	Ação	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
256	Diversificar os mecanismos de registo à nascença	Número de postos do Registo Civil criados	20	X	X	Maputo cidade (Romão, 1 de Junho, Albazire, Maralane, Katembe, Kanyaka e Musekwa); Maputo Província (Machava - Sede); Sothila (Chiramba, Mulina, Catulene, Nensa, Maligapansi, Galinha, Chinapamimba e Horze) e Niassa (Messica, Itabira, Mitande e Meponda)	Público em Geral	MJCR
258	Produzir e submeter para a aprovação os seguintes instrumentos legais: a) Revisão do Decreto 20/99, de 4 de Maio (Estatuto Remuneratório das FADM); b) Revisão do Decreto 46/2006, de 30 de Novembro (Estatuto do Militar das FADM); e c) Resolução 17/2011, de 18 de Agosto (Estatuto Orgânico das FADM)	Número de instrumentos legais produzidos e aprovados	8	X	X	Maputo	Funcionários e Militares do MDN	MDN
259	Rever a Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos	Número de Leis revistas	1		X	Maputo	Sociedade em geral	MICULTUR
261	Elaborar a Estratégia de Rentabilização do Património Histórico e Política das Indústrias Criativas	Número de Políticas culturais e turísticas elaboradas	2		X	Maputo	Toda a Sociedade em geral e Turistas	MICULTUR
		Número de Residências Oficiais de Administradores de Distritos em construção	7		X	Distritos: Larde e Lúpo; Luabo, Mulevala e Mulumbo	Governos dos distritos abrangidos	MAEFP
262	Construir e reabilitar infraestruturas para os Órgãos Locais do Estado e para os municípios criados em 2013	Número de obras a iniciar	5		X	Edifícios do Governo Distrital (Nangade e Massangene) e Residência dos Administradores (Boane, Govuro e Chitila)	Órgão Locais abrangidos	MAEFP
		Número de obras de edifícios para o funcionamento dos conselhos municipais em construção	10		X	7 em construção (Nhamaanda, Sussundenga, Meganja da Costa, Chituro, Gorongosa, Mueda e Praia do Bilene); 2 a iniciar (Quissico e Mandimba) e 1 a concluir (Boane)	Órgão Locais abrangidos	MAEFP
		Número de Propostas de Lei elaborada	3	X	X	Todo o País	Público em Geral	GABINFO
265	Elaborar proposta da lei (Revisão da Política e Estratégia de Informação do Governo, Regulamento de lei da revisão de imprensa) de Comunicação Social do País, Monitorar as actividades dos Órgãos de Comunicação Social e transformar o Jornal de Moçambique em tabloide	Número de Órgãos de comunicação monitorados	66	X	X	Todo o País	Público em Geral	GABINFO
		Número de Edições no formato tabloide	3,646	X	X	Todo o País	Público em Geral	GABINFO

PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (I): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública									
Programa: Consolidação da Administração Pública									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
269	Criar regulamentos sobre a Lei das Transacções Electronicas	Número de Regulamentos Aprovados	1		X	Maputo	Sociedade em geral	MCTESTP	
PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (II): Melhorar o Ambiente de Negócios									
Programa: Promoção do Empresariado Nacional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
273	Transferir licenciamentos para os Balcoes de Atendimento Único (BAU)	Número de Licenças transferidas	3 Licenciamentos	X	X	Todo o País	Agentes económicos e população em geral (Licenças de Construção, Recursos Minerais e Pescas)	MIC	
274	Introduzir infraestruturas para a solicitação de licenças on line aos Licenciamentos que não requeriam pré- visita	Número de Licenciamentos informatizados	4		X	Todo o País	Agentes económicos e população em geral (Licença Comercial, Licença Simplificada, Licença a grosso e sociedades)	MIC	
276	Integrar os sectores que intervêm no processo de licenciamento, na Plataforma electrónica E-BAU	Número de sectores integradas	5 sectores abrangidos	X	X	Todo o país, Sectores de (Pescas, Recursos Minerais, Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos, Transportes e Comunicações e Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural)	Agentes económicos e população em geral	MIC	
PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivo Estratégico (IV): Assegurar uma Justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos									
Programa: Justiça, Legalidade e Segurança									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
282	Criar condições para o pleno funcionamento dos Tribunais Superiores de Recurso	Projectos executivos elaborados	2	X	X	Sofia (Beira) e Nampula (Cidade de Nampula)	População da região centro e norte	MJCR	
284	Promover a divulgação da legislação como forma de elevar a cultura jurídica do cidadão	Número de Brochuras e folhetos e panfletos informativos produzidos e distribuídos	2.500 Brochuras e 6.000 folhetos e panfletos informativos	X	X	Todo o País	Público em Geral	MJCR	

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL								
Objectivo Estratégico (i): Aumentar a arrecadação das receitas do Estado, assegurar a afectação criteriosa dos recursos, reduzir o défice orçamental e adequar a gestão da previdência social dos funcionários e agentes do Estado								
Programa: Sistema Financeiro								
Nº de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Resp.
				I Sem	II Sem			
296	Institucionalizar o Instituto Nacional de Previdência Social	Sistema electrónico integrado de acompanhamento dos processos dos pensionistas operacional	1	X	X	Todo País	Pensionistas	MEF
		Arquivo electrónico dos processos dos pensionistas operacional	1	X	X	Todo País	Pensionistas	MEF
		Directrizes de investimento operacionais	1	X		Todo País	Funcionários e agentes do Estado	MEF

PILAR III: REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PILAR III: REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL							
Objectivos Estratégicos (ii): Impulsionar a Integração Regional e Continental							
Programa:							
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)
				I Sem	II Sem		
307	Avaliar os ganhos e as perdas resultantes da adesão de Moçambique na ZCL Tripartida	Relatório do impacto concluído	1 Relatório		X	Todo o país	Agentes Económicos
							Resp. MIC